



Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação

Ética ambiental aplicada ao sector das pescas

Luís Manuel dos Ramos Rodrigues

Abril, 2013



Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação

Ética ambiental aplicada ao sector das pescas

Luís Manuel dos Ramos Rodrigues

Sob orientação da Professora Doutora Ana Paula Martinho e Professora

Doutora Paula Nicolau

Abril, 2013

Aos meus filhos
Margarida, Lourenço e Helena
A minha fonte de inspiração

AGRADECIMENTOS

Às professoras Ana Paula Martinho e Paula Nicolau, pela orientação e acompanhamento.

Ao Nuno Álvaro e Francisco Wallenstein pelos muitos ensinamentos.

À Maria Helena Dias, pela paciência e garantia de conforto aos meus filhos em noites (e manhãs) difíceis.

Ao Manuel Marques ao Marco Silva e todos os amigos que de alguma forma participaram nesta aventura.

Aos meus avós, porque em ambiente rural me proporcionaram um contacto saudável com a natureza, despertando em mim o gosto pelo Ambiente. À Meia Via.

Aos meus pais, por me transmitirem a vontade de descobrir, de aprender, e de continuamente melhorar.

Ao meu Mano Rui, “Lostéde”, mesmo à distância sempre atento e preocupado; à minha Mana Ana, princesinha, pelo incentivo e conforto em momentos difíceis, por nunca me ter deixado desistir.

À minha Rita, por tudo e mais alguma coisa.

Aos RH2LM.

RESUMO

É lícito afirmar que em nenhum outro sector se repercute com tanta intensidade a mudança, seja tecnológica, económica ou política, como na pesca. Tal resulta dos muitos e complexos desafios que a atividade enfrenta: problemas demográficos e a corrente de globalização, a poluição e, talvez o mais conhecido, a sobre pesca. A sustentabilidade da pesca e a valorização do pescado são cruciais para uma atividade que pode ser vítima do seu próprio sucesso.

A preocupação com os recursos marinhos é ainda estruturada no interior de um quadro profundamente antropocêntrico, dependendo, não do valor intrínseco que as espécies haliêuticas no seu todo possam ter, mas do interesse económico que possuem para a qualidade de vida dos humanos.

É objetivo deste trabalho compreender a relação da humanidade com a pesca, a cumplicidade que têm os humanos com os recursos marinhos e a sua relação com o lucro proveniente da exploração de um recurso selvagem, que não se vê, que é de todos e de ninguém e que tem o seu valor intrínseco, para isso foi desenvolvido um questionário que foi submetido a pessoas da fileira da pesca.

É necessário um acompanhamento cuidado da evolução do sector da pesca e de uma análise contínua do estado dos recursos, a fim de se poderem tomar, se necessário, as medidas corretas para a sua preservação, garantido a satisfação das gerações futuras. A exploração dos recursos haliêuticos depende excecionalmente da garantia de um conjunto de princípios éticos na área do ambiente, para uma gestão racional, de proximidade, precaucionista e cautelar, com vista a sua sustentabilidade, económica, biológica e social.

Acredita-se que o estudo pode contribuir para o desenvolvimento de novas abordagens e visões que poderão ser úteis na construção de novos trabalhos, novos modelos de desenvolvimento aplicados a esta fileira.

Palavras-chave:

Ética Ambiental, Consciência Ambiental, Antropocentrismo, Valor Intrínseco, Gerações Futuras.

ABSTRACT

It is fair to say that no other sector has repercussions with such intensity in change, either technological, economic or political, as in fisheries. This result from many complex challenges that the activity faces: demographic problems and the current globalization, pollution and, perhaps the best known, overfishing. The sustainability of fisheries and enhancement of fish are crucial for an activity that can be a victim of its own success.

The concern about marine resources is still structured within a deeply anthropocentric framework, depending on the economic interests that affect the quality of life for humans, rather than on the intrinsic value of the fish species as a whole.

It is the aim of this work to understand the relationship of humanity with fisheries, the complicity that humans have with marine resources, and its relationship with profit obtained with the exploitation of a wild resource, that is invisible, that belongs to everyone and to no one and has its intrinsic value.

A careful monitoring of the evolution of the fishing industry is required and an ongoing analysis of resources, to allow, when necessary, action measures that ensure their preservation, and consequently the satisfaction of future generations. The exploitation of fisheries resources depends on a set of ethical and environmental principles to ensure a rational management, with proximity and precautionary concerns in order to be economically, biologically and socially sustainable.

It is believed that the study may help to develop new approaches and views which can be useful in the construction of new work, new development models applied to this row.

Key words: Environmental Ethics, Environmental awareness, Anthropocentrism, Intrinsic Value, Future Generations

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJECTIVOS	6
3. PESCA	10
3.1. Aspetos históricos da gestão do mar	11
3.2. Aspetos socioeconómicos e ambientais da pesca	17
3.2.1. Considerações gerais	17
3.2.2. Externalidades	20
3.2.3. Recursos da pesca como bem comum.....	23
3.2.4. Códigos de conduta	25
4. ÉTICA NA PESCA E ÉTICA AMBIENTAL NA PESCA	31
4.1. Ética na pesca	32
4.2. Ética Ambiental	35
4.2.1. Éticas Antropocêntricas.....	37
4.2.2. Éticas não Antropocêntricas.....	40
4.2.3. Gestão ecocêntrica.....	43
5. METODOLOGIA	46
6. RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	54
6.1. Caracterização da amostra	55
6.2. Perspetivas sobre a pesca	59
6.3. Consumo de peixe	61
6.4. Sensibilidade às artes de pesca	66
6.5. Principais problemas identificados para o sector da pesca,	68
6.6. Importância dada ao pescado	71
6.7. Valor intrínseco do pescado	76
6.8. Perceção sobre a eficácia das medidas implementadas pelo Estado Português e pela União Europeia na preservação dos recursos da pesca	78
6.9. O principal problema do Sector da Pesca é ser gerido, sobretudo, por homens.	82
6.10. As atividades relacionadas com o Sector da Pesca devem estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos.	85
6.11. Preocupação com as gerações futuras, no desempenho da atividade	87

6.12.	Estudos, exames, análises e debates teóricos dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca.	90
6.13.	Alteração de alguns comportamentos, no desempenho da atividade, para que o recurso natural da pesca fosse preservado.	93
6.14.	O sector da pesca deve satisfazer o maior número de pessoas e só tem valor quando associado às atividades humanas.	94
6.15.	O estado dos oceanos é alarmante, são urgentes medidas restritivas, e severas para preservar a Pesca.	97
6.16.	As atividades relacionadas com o Sector da Pesca deveriam ser ajustadas e valorizadas de forma a preservar o Ecossistema Marinho.	99
6.17.	O Planeta funciona como um todo, não estado garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar.	100
6.18.	Beneficiando a qualidade / sustentabilidade, estaria disposto a consumir menos e a pagar mais pelo pescado	105
6.19.	Conhecimento dos Códigos de Conduta para a Pesca	106
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
8.	BIBLIOGRAFIA	113
9.	ANEXOS	120

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Distribuição da mostra de inquiridos, por género. (C2: Resposta quanto ao género)	55
Tabela 2: Habilitações académicas dos inquiridos (C4: Resposta relativa às habilitações académicas).....	58
Tabela 3: Identificação dos diferentes atores na fileira da pesca. (S2: Relação do inquirido com o Sector da Pesca)	59
Tabela 4: Variedades de espécies consumidas, por inquirido (S3: questão relativa à variedade de espécies consumidas).	62
Tabela 5: Conhecimento dos inquiridos sobre as artes de pesca mais utilizadas (S5: questão relativa ao conhecimento das técnicas envolvidas na captura das espécies consumidas – seletividade, impacte ambiental, áreas de operação).....	66
Tabela 6: Sensibilidade dos inquiridos às diferentes famílias de artes de pesca (S6: questão relativa ao conhecimento sobre as várias famílias de artes de pesca).	66
Tabela 7: Principais problemas do setor da pesca, percecionados pelos inquiridos (S7: a questão procura identificar, na opinião do respondente, quais os principais problemas do sector da pesca).68	
Tabela 8: Importância dada ao pescado (EA1: a questão procura identificar qual o valor do pescado para o inquirido).....	72
Tabela 9: Sem ser para a espécie humana, outro valor que poderá ter o pescado para os inquiridos (EA2: questão relativa ao valor do pescado, excluindo o interesse da espécie humana).	76
Tabela 10: Perceção da eficácia das medidas implementadas pelo Estado Português e pela União Europeia, relativamente à preservação dos recursos da pesca (EA3: questão relativa à preservação dos recursos da pesca, pela aplicação das medidas implementadas pelo Estado Português e pela União Europeia).	78
Tabela 11: Reação do inquirido à afirmação (EA 4) "O problema do setor da pesca é ser gerido, sobretudo, por homens"	82
Tabela 12: Reação por inquirido à questão (EA 5) "As atividades relacionadas com o setor da pesca devem estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos".	85
Tabela 13: Reação do inquirido à afirmação (EA6) "No desempenho da atividade, preocupo-me com a satisfação das gerações futuras".	87
Tabela 14: Reação do inquirido à afirmação (EA 7) "Estudos, exames, análises e debates teóricos dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca".	90
Tabela 15: Reação, por inquirido, à afirmação (EA 10) "Para que os recursos fossem preservados, disposição para alterar comportamentos.	93
Tabela 16: Reação, por inquirido, à afirmação (EA9) "O setor da pesca deve, em primeira análise, satisfazer o maior número de pessoas"	94

Tabela 17: Reação, por inquirido, à afirmação (EA 10) "O recurso da pesca só tem valor quando associado às atividades humanas".....	95
Tabela 18: Reação, por inquirido, à afirmação (EA 11) "O estado dos recursos vivos dos oceanos é alarmante, está em causa o futuro da pesca. Medidas restritivas, severas, são urgentes".	98
Tabela 19: Reação, por inquirido, à afirmação (EA 12) "As atividades relacionadas com o setor da pesca deveriam ser ajustadas e valorizadas de forma a que o recurso fosse preservado e o ecossistema marinho e estivesse de boa saúde e em equilíbrio".	99
Tabela 20: Reação; pelo inquirido, à afirmação (EA 13) "O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar".....	101
Tabela 21: Reação, do inquirido, à afirmação (EA 14) "Beneficiando a qualidade/sustentabilidade, estaria disposto a consumir menos e a pagar mais pelo pescado".....	105
Tabela 22: Respostas, do inquirido, à questão (S8) "Conhece os códigos de conduta para a pesca".	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caracterização da amostra, por classe etária.....	56
Figura 2: Caracterização da amostra, por classe etária e por género (% respostas/classe etária).....	56
Figura 3: Caracterização da amostra, relativamente à localização geográfica do inquirido, por género.....	57
Figura 4: Palavras relacionadas com a pesca, identificadas por inquirido	60
Figura 5: Variedades de espécies consumidas, por grupo etário.....	63
Figura 6: Variedades de espécies consumidas, em função do subsector da fileira da pesca.....	63
Figura 7: Variedades de espécies consumidas, em função da proveniência geográfica do inquirido	64
Figura 8: Preferências dos consumidores, quando solicitados a identificar três espécies consumidas no último ano.....	65
Figura 9: Principais problemas do setor da pesca percecionados.....	69
Figura 10: Principais problemas do setor da pesca, percecionados por ator privilegiado.....	70
Figura 11: Valor do pescado para o inquirido.....	73
Figura 12: Não considerando os seres humanos, qual o valor do pescado percecionado pelos inquiridos.....	77
Figura 13: Perceção da eficácia das medidas implementadas pelo Estado português e pela União Europeia relativamente à preservação dos recursos da pesca, em função do género.....	80
Figura 14: Perceção da eficácia das medidas implementadas pelo Estado português e pela União Europeia relativamente à preservação dos recursos da pesca, em função do ator chave.....	81
Figura 15: reação do inquirido, por género, à afirmação "O principal problema do setor da pesca é ser gerido, sobretudo, por homens".....	83
Figura 16: Reação do inquirido, por classe etária, à afirmação "O principal problema do setor da pesca é ser gerido, sobretudo, por homens".....	84
Figura 17: Reação do inquirido, por ator chave, à afirmação "O principal problema do setor da pesca é ser gerido, sobretudo, por homens".....	84
Figura 18: Reação do inquirido, por género, à afirmação "As atividades relacionadas com o setor da pesca deviam estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos".....	86
Figura 19: Reação, por ator representativo na fileira, à afirmação "No desempenho da minha atividade profissional preocupo-me com a satisfação das gerações futuras".....	89

Figura 20: Reação, por ator representativo na fileira, à afirmação " Estudos, exames, análises e debates teóricos, dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca"	92
Figura 21: Reação, por ator chave, à afirmação "O setor da pesca deve, em primeira análise, satisfazer o maior número de pessoas"	96
Figura 22: Reação, por ator chave, à afirmação "O recurso da pesca só tem valor quando associado a atividades humanas"	96
Figura 23: Reação, por classe etária, à afirmação "O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar"	102
Figura 24: Reação, por ator representativo na fileira, à afirmação "O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar".	103

1.INTRODUÇÃO

No início do século XXI, em cada ano, aproximadamente 90 milhões de toneladas de peixe são capturados no mundo, constituindo a maior fonte de abastecimento de proteínas recolhidas de seres vivos em estado selvagem e cujo destino é o consumo humano (Filipe *et al.*, 2011).

De acordo com a FAO (2012), muitas das áreas de pesca atingiram já o seu potencial máximo em termos de pesca. Cerca de 30% dos *stocks* de peixe já estão a ser pescados ao nível máximo que é compatível com o crescimento natural, cerca de 57% estão totalmente explorados, o que torna pouco crível que possamos prever consideráveis aumentos nas capturas. A pesca intensiva sobre determinada espécie pode condicionar a estabilidade e a integridade de um ecossistema (Pikitch *et. al.*, 2004).

A atividade da pesca tem um impacto no ecossistema, mas frequentemente desconhece-se a gravidade desse impacto e o tempo necessário para o neutralizar. A degradação dos habitats, induzida pela atividade de pesca, suscita cada vez mais preocupações. O facto de retirar indivíduos de populações selvagens pode também ter consequências para a diversidade biológica e para o bom funcionamento dos ecossistemas, independentemente de essa retirada atingir ou não níveis suscetíveis de ameaçar as espécies de extinção ou de desaparecimento local.

Entre as atividades humanas, a pesca é das que mais depende da natureza e, curiosamente pode ser vítima do seu próprio sucesso. A crise ambiental e as questões originadas pelos progressos científicos e tecnológicos, associados à explosão populacional, põem-nos face a novos problemas onde é legítimo interrogarmo-nos se não ultrapassam os quadros da nossa moral tradicional (Barreto, 1994).

A ética ambiental, uma área recente da filosofia e da ética, realiza uma análise sistemática e crítica da moral, da conduta que orienta o ser humano nas suas práticas em

relação ao ambiente. Neste sentido a pesca representa uma interação entre os seres humanos e o ecossistema aquático. A dimensão ética na pesca refere-se a valores, regras, deveres e virtudes determinantes para o bem-estar humano, relacionando-se com a sustentabilidade dos ecossistemas, proporcionando uma análise crítica normativa das questões morais em jogo.

Desde os tempos antigos que a pesca tem sido uma importante fonte de alimento, emprego, benefícios económicos e sociais, bem como uma base para grandes culturas. Que há limites para a extração dos recursos da pesca tem sido reconhecido pela ciência, mas as políticas e gestão falharam a considerá-los adequadamente, levando a lamentar as consequências ambientais e socioeconómicas (FAO, 2007). Agora é globalmente claro que os recursos da pesca não podem sustentar o nível de exploração e o desenvolvimento da indústria, muitas vezes sem controlo. Novas abordagens de gestão e conservação são necessárias e urgentes. Uma série de conferências, nomeadamente a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), a Assembleia do Milénio das Nações Unidas (2000), a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) e o Livro Verde para a Reforma da Política comum de Pescas (2009) aumentaram a consciencialização das preocupações.

Na pesca, as políticas de ambiente têm sido alvo de indefinições constantes, que tornam difícil traçar estratégias de futuro capazes de se abstrair de pressões e de interesses restritos ao aqui e agora, para os quais desenvolvimento e sustentabilidade não são sinónimos (Moniz, 2000). Desenvolvimento torna-se, muitas vezes, sinónimo de lucro pessoal e imediato. A ética ligada ao meio ambiente, fundamentalmente utilitarista e antropocêntrica, é também aquela que é aplicada a este recurso e permanece marcada pelo imediato, pelo “presentismo”.

Até o momento, as questões políticas e de gestão relacionadas com os direitos de pesca, com a sobre pesca, com a pesca ilegal ou com as espécies ameaçadas, são questões que têm sido abordadas em grande parte numa perspetiva ambiental, subestimando as dimensões económicas e social enquanto a dimensão ética, na melhor das hipóteses, têm sido abordada de forma muito ténue.

Segundo Castello (2007), gerir a exploração dos recursos pesqueiros tem sobretudo a ver com a gestão de mentalidades, regulamentar o comportamento dos principais atores na fileira e dos consumidores que, por sua vez, respondem a estímulos económicos e sociais. Na realidade todos os aspetos dos oceanos estão interligados e exigem ser considerados como um todo (CEO, 2003).

Barreto (1994) referia, que sendo a crise ambiental uma das mais difíceis que enfrentamos, devendo o cidadão de uma sociedade democrática participar na procura da sua solução, este, em princípio, carecerá estar minimamente familiarizado com as elaborações éticas que podem informar as suas análises e atuações. Todos enfrentamos novos problemas morais e temos a obrigação, criada pela responsabilidade da liberdade, de os abordar da maneira mais esclarecida possível. As questões de ética ambiental são aqui consideradas, no desenvolvimento desta dissertação, principalmente em relação à sua utilização pelas gerações presentes, considerando as futuras e em relação ao valor intrínseco do ecossistema marinho.

A preocupação com os recursos marinhos é ainda estruturada no interior de um quadro profundamente antropocêntrico, a preocupação com a pesca depende, não do valor intrínseco que as espécies haliêuticas no seu todo possam ter, mas do interesse económico que possuem para a qualidade de vida dos humanos. Vive-se uma espécie de dualidade, quando os sentimentos de preocupação ambiental não são acompanhados de práticas coerentes, sendo notória uma assimetria entre os domínios do pensar e do agir.

Globalmente é possível constatar, sobreexploração de muitos stocks, e o colapso de muitos ecossistemas (Zhou et. al., 2010)

Importa assim perceber, dado o estado muito avançado de degradação dos oceanos que, independentemente da perspetiva seguida, é obrigatório mudar as práticas que conduziram a esta lamentável situação. Para isso, a ética ambiental pode desempenhar um papel determinante na perceção do real valor dos recursos haliêuticos e na criação de uma consciência que garanta a integridade do ambiente marinho, que respeite a atual e as próximas gerações.

A ausência de estudos nesta área, constrangimentos na aplicação do inquérito, alguns vícios por declinação profissional e a distância ao ambiente académico, em concreto às áreas da filosofia, foram as principais limitações do estudo. Alguns termos, nomeadamente o nome das espécies identificadas, relacionam-se com a proveniência das respostas ao inquérito.

O trabalho está dividido em quatro partes: a introdução com a definição do problema e enquadramento sobre a pesca e sobre ética ambiental; a metodologia desenvolvida com a aplicação do inquérito por questionário; os resultados obtidos da sua aplicação e, por fim, a discussão dos resultados e as considerações finais.

2.OBJECTIVOS

Pierre Dansereau (1999) disse que “*As ciências do meio ambiente estão à procura de uma nova síntese do saber e de uma nova prescrição cujo princípio será mais ecológico do que económico e mais ético do que científico*”.

Perante o estado atual dos oceanos e dos seus recursos, questões de ética ambiental tornam-se fundamentais para a gestão da pesca. Um desenvolvimento sustentável, que perdure no tempo e beneficie a atual e as futuras gerações, necessita de sabedoria, conhecimento e uma forma holística de ser realizado, para que as escolhas e decisões tomadas sejam responsáveis não agravando os problemas que pretendem resolver.

A sobre exploração ameaça muitas espécies como recursos económicos. Várias espécies de grande produção quase desapareceram a seguir a períodos de pesca demasiado intensa. Nalgumas áreas afetadas por este fenómeno e noutras áreas pesqueiras ricas, a pesca desregulada foi seguida por mudanças notórias na composição das espécies. As razões para estas mudanças não são bem conhecidas e é necessário maior investigação para conseguir perceber as reações dos recursos marinhos à exploração, para que os empresários possam ter conselhos científicos mais apropriados. É urgente obter maior apoio para esse trabalho e esse apoio tem de incluir assistência adicional aos países em vias de desenvolvimento, para que aumentem a sua capacidade de investigação e o conhecimento dos seus próprios recursos (WCED, 1987).

A reflexão na área da ética ambiental coloca necessariamente em questão os nossos quadros de referência tradicionais em que, tanto a natureza no seu conjunto como realidade holística, como as espécies haliêuticas e todos os indivíduos não-humanos, são pensados como entidades com valor meramente instrumental, destituídos de valor intrínseco e, portanto sem dignidade ou estatuto moral, passíveis, por esta razão, de serem explorados e manipulados sem limites de qualquer ordem, em função e em nome dos interesses humanos, independentemente da relevância efetiva desses interesses. As questões com as

quais nos confronta a ética ambiental forçam-nos a repensar a nossa relação com a natureza no seu todo e com os indivíduos não-humanos.

Técnicos, empresários, decisores públicos e privados, os cidadãos em geral, confrontam-se com situações de conflitualidade variável em que para clarificação da posição a assumir, o recurso só a critérios de eficiência e equidade económicas é insuficiente (Barreto, 1994).

As gerações futuras, daí o papel indispensável e decisivo da educação ambiental, poderão alterar verdadeiramente a nossa forma de pensar, aprofundando um conjunto de conceções e crenças que, apesar de estarem já presentes no espírito de muitas pessoas, ainda não adquiriram a força suficiente para provocar uma mudança substancial nas nossas práticas e modos de vida. O nosso destino, depende da capacidade de superarmos o nosso atual estado e assumirmos incondicionalmente a responsabilidade de estabelecermos uma coincidência, o mais perfeita possível, entre aquilo que pensamos e aquilo que fazemos.

Todos sabemos que os sistemas resistem à mudança e tendem a perpetuar práticas que a experiência revelou serem erradas. Infelizmente o nosso conhecido egoísmo ético e psicológico, que faz com que façamos apenas aquilo que julgamos que serve os nossos interesses, impede a assunção plena de responsabilidade pelas gerações futuras. A generalidade das pessoas, não altera as suas práticas quotidianas em função das suas consequências futuras porque, consciente ou inconscientemente, dificilmente percebe o valor intrínseco da natureza e o seu real valor para gerações futuras.

A ética ambiental divide-se em várias correntes, determinando diferentes atitudes face ao ambiente e aos recursos naturais, umas são consequência de conceções reducionistas e unilaterais, outras, dependem de diversos graus de posições de

compromisso entre a economia, por um lado, e meio ambiente e recursos naturais por outro (Barreto, 1994).

O objetivo geral deste trabalho consiste em fazer uma ligação entre a ética ambiental e a gestão dos recursos haliêuticos e lançar linhas de orientação para trabalhos futuros.

Para promover a reflexão dessa ligação foram investigados os seguintes objetivos específicos:

1. Refletir sobre o estado dos recursos haliêuticos e as causas que provocam os impactes sentidos;
2. Verificar quais as correntes de ética ambiental que podem estar presentes na fileira das pescas e investigar as que permitem promover a construção de possíveis respostas em questões decisivas para a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos;
3. Medir a sensibilidade de atores chave da fileira da pesca a questões de ética ambiental e analisar a sua predisposição para a mudança.

3. PESCA

3.1. Aspetos históricos da gestão do mar

A pesca é uma das atividades mais antigas praticadas pela espécie humana para obtenção de alimento indispensável à subsistência e, muito embora existam registos do período paleolítico com mais de 50.000 anos, encontramos muitas semelhanças, nos dias de hoje, com a pesca praticada pelos nossos antepassados (Leite, 1989). Não é propriamente na técnica que reside a diferença, mas sim na tecnologia, na capacidade de deteção, de orientação, de comunicação, na qualidade de vida a bordo, nos utensílios e materiais utilizados (Rodrigues, 2007).

A história da pesca confunde-se com a história da humanidade. Desde sempre esta atividade tem sido fonte de alimento, rendimento, base e alicerce de muitas sociedades (FAO, 2005).

No período romano, havia uma preocupação de atribuir ao mar uma consciência jurídica que, ao mesmo tempo, levava a que se considerasse, genericamente, como *res communis omnium*, e portanto não possível de apropriação pelos estados. Era já visível a preocupação de reconhecer ao Estado a faculdade de domínio iminente sobre as águas do litoral, onde podia regular o exercício da pesca e conceder o exclusivo de pescar; no alto mar eram-lhe atribuídos poder de policiamento para reprimir formas de pirataria e garantir liberdade de navegação (Guedes, 1989).

Com a queda do império romano, surgiram na Europa unidades políticas que começavam a reivindicar direitos sobre grandes espaços marítimos, com particular interesse no controle do comércio, da pirataria, das pescas e da segurança, com fundamento jurídico na lei romana. No norte da Europa entre os séculos XIII e XVI, alguns estados, como a Noruega, proclamavam pretender garantir o monopólio da pesca em largas áreas marítimas. A tese do domínio exclusivo sobre certas áreas marítimas propagava-se para

países do Sul (Inglaterra e França – século XIV; Portugal e Espanha – século XV) (Filipe e Ferreira 2007).

De acordo com Guedes (1989), uma nova regra seria proposta, supostamente *De Perno*, a qual ganhou notoriedade, a partir do século XV. Segundo esta regra, a delimitação das águas territoriais deveria ser fixada pelo alcance da vista a partir da linha da costa. Foi adotada por Felipe II em 1565 e generalizada posteriormente, pelo menos com valor acessório, entre países nórdicos.

Como resultado do conflito diplomático entre Inglaterra e a Holanda, despoletando em função da disputa de recursos pesqueiros nas águas do Canal da Mancha e nos mares da Irlanda e da Escócia, surgia em 1610 pela primeira vez uma referência ao alcance da artilharia como processo de delimitação das águas territoriais, que serviu de base a muitos instrumentos internacionais e a textos de direito interno, concorrendo com os outros critérios vigentes à altura. Face à imprecisão do alcance dos canhões da época, o holandês Bynkershoek referia-se, no princípio do século XVIII, ao poder das armas do estado ribeirinho, constituindo critério preconizado por Vattel em meados desse século (Filipe e Ferreira 2007).

A forma como se utilizava o mar, nomeadamente a sua exploração pela atividade da pesca, era considerada pelos estados, um direito de “livre acesso”, exercendo a sua soberania nas águas adjacentes ao território. Vigorou, desde o século XVII, o conceito criado pelo grande jurista Hugo Grótius que, na sua obra “*Mare liberum sive de iure quod Batavia competit ad indicana commercia dissertatio*”, defende a ideia de que os mares devem ser livres e abertos a todos (Albuquerque e Nascimento, 2004).

A doutrina liberal que ao longo dos tempos vigorava sobre os mares viria a determinar, desde o século XVII, a jurisdição e os direitos nacionais dos estados costeiros

apenas a uma pequena faixa da sua costa marítima. Com exceção dessas pequenas parcelas marítimas de projeção sobre o território em terra sobre as quais era exercida soberania nacional e funcionavam nomeadamente como salvaguarda da segurança do estado costeiro, toda a restante amplitude de território marítimo era espaço comum e poderia ser usufruído pela comunidade internacional. O mar funcionava basicamente como suporte aberto para a navegação, pesca e para o comércio. Vigorava o princípio da liberdade dos mares que, com maiores ou menores objeções, iria perdurar por muitos anos (Filipe e Ferreira 2007).

À tese *Mare Nostrum* sustentada pelos portugueses dos descobrimentos, seguia-se a tese de *Maré Liberum* de Grótios a favor dos interesses comerciais holandeses e contra o potestado português. Surgiria depois um ataque a Grótios para defesa dos interesses da Inglaterra, através de Selden, com uma posição intermédia, *Mare Clausum*, assente no domínio naval para salvaguarda do “Mar Inglês” nas costas inglesa e irlandesa. Onde não houvesse suficiente poder naval, o mar seria livre. A revolução industrial e a necessidade da abertura geral ao comércio traduzir-se-iam numa efetiva liberdade dos mares, como princípio absoluto (Guedes, 1989).

Até ao século XX os recursos marinhos eram considerados ilimitados. Questões como a poluição e a conservação de recursos não faziam parte das preocupações. Pelo contrário, numa perspetiva eminentemente económica, entendia-se que a realização do bem-estar dos cidadãos de um Estado se potenciava através da maior exploração dos recursos (CE, 2002). Era usual considerar os recursos haliêuticos como património de uso comum e, portanto, ninguém poderia ser impedido de pescar fora das águas territoriais de um país, primeiro fora das 6 milhas náuticas e, mais tarde, das 12 milhas (Castello, 2007).

Assim, durante milhares de anos muito se tirou e despejou no mar, sem consideração às consequências ambientais. Até meados do século XX, as zonas mais afastadas no mar eram vistas como sendo de todos, parecendo os seus recursos inesgotáveis (sustentado

mesmo pela própria incapacidade tecnológica da sua exploração a larga escala e a longa distância) e, por isso, usufruídos de acordo com uma lógica de utilidade dos bens comuns. Essas zonas passam a ser regidas posteriormente sobretudo de acordo com princípios geoeconómicos nacionais. Pretendiam ver-se salvaguardados interesses nacionais geoestratégicos, coincidentes quer com os das potências marítimas, quer mais consentâneos com a expansão da soberania territorial dos estados costeiros (CE, 2002).

Os estados puderam proceder à exploração dos recursos em espaços marítimos mais distantes das costas, a partir do momento em que se tornou tecnologicamente possível, e aceder às riquezas proporcionadas pelos reservatórios mantidos enquanto depósitos importantes de recursos naturais não explorados, quer vivos quer não vivos (Pereira e Leite, 1991).

As figuras que a prática internacional utilizou ao longo dos tempos, e que permitiram individualizar e denominar, por forma a irem sendo adotados pelo direito internacional, passam por conceitos como águas interiores, mar territorial, águas arquipelágicas, zona contígua, zona económica exclusiva, plataforma continental, área ou alto mar (NU, 1982).

Em 1945 profundas mudanças afetaram o comportamento dos Estados. Importantes progressos tecnológicos (tecnologia de deteção, de orientação, de localização e comunicação) e necessidades geradas pelo segundo conflito mundial agudizam o “saque” (Soares *et al.*, 2002). Até final dos anos cinquenta, os Estados mostraram-se avessos não só a cooperar, como a estabelecer regras de solidariedade, entendendo-se umas e outras como limitações da soberania (CE, 2002).

Em 1958, na primeira Conferência das Nações Unidas discutem-se um conjunto de medidas que alteraram a visão minimalista relativamente ao uso dos mares. Foi um marco

no Direito do Mar, definindo conceitos de espaço marítimo, meio ambiente marinho e conservação dos recursos biológicos (NU,1982).

Na Europa, a partir dos anos sessenta tomam-se um conjunto de medidas pontuais e nem sempre com fundamento científico. Tratou-se de instrumentos “para remediar” e não medidas precaucionistas ou preventivas (CE, 2003). Na mesma altura, em Portugal, a pesca atinge o seu auge, e para isso contribuíram diversos fatores: recursos marinhos abundantes e de acesso livre, possibilitando o desenvolvimento de uma frota de pesca longínqua; custos de exploração baixos, sobretudo devido ao preço dos combustíveis; internamente, uma política de contenção, uma organização rigorosa, corporativa, bem articulada com a indústria da transformação, construção e reparação naval (Filipe e Ferreira 2007).

Esta situação evoluiria, porém, dando lugar nos anos setenta à publicação, por vários países, de legislação respeitante a pescas restringindo, principalmente aos nacionais, a possibilidade de pescarem em águas costeiras, assim como normas restritivas da pesca de certas espécies tendo como objetivo a respetiva proteção e impedir a sua sobre exploração (CE, 2003). Houve uma tomada de consciência de que as consequências da exploração de certos recursos marinhos tinham forçosamente reflexos nos demais e que o impacto acumulado afetava de forma mais drástica todo o ecossistema. Assistiu-se assim ao infletir de uma política ditada por princípios de supremacia absoluta, para uma outra inspirada na coresponsabilização de todos. Este princípio está refletido na regulamentação internacional (Direito Marítimo Internacional): cada país constitui-se na obrigação de proteger os «oceanos de todos» (Guedes 1989).

É em 1970, na Europa, que surgem as primeiras regras comuns. Referiam-se ao acesso aos pesqueiros, garantindo o livre acesso dos pescadores comunitários às águas dos estados membros, salvaguardando as pequenas embarcações, estabelecendo uma faixa costeira reservada aos pescadores locais, permitindo a pesca perto dos seus portos de

armamento; regras de mercado, que protegem os interesses quer dos produtores quer dos consumidores; e de estruturas, orientando a modernização dos navios e das estruturas de apoio em terra (CE, 2003).

Com a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (NU, 1982), em 1982, os Estados costeiros procuram tirar partido das novas oportunidades para desenvolver a sua recém-adquirida zona económica exclusiva (ZEE), investindo pesadamente em modernas frotas de pesca e fábricas de processamento. No entanto, durante este período, tornou-se globalmente claro que os recursos pesqueiros não podiam mais sustentar a exploração rápida e muitas vezes descontrolada (FAO, 1993).

A consciência aumentou rapidamente com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) em 1992, a Assembleia do Milénio das Nações Unidas em 2000 e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS), em 2002. A necessidade de integrar os aspetos ecológicos, socioculturais, jurídicos, institucionais e tecnológicos em discussões sobre recursos pesqueiros tem sido amplamente aceite. Um esforço está a ser feito para articular as dimensões éticas do desenvolvimento sustentável da pesca como uma parte importante dessa consciência.

Nos primeiros anos do século XXI, em cada ano, aproximadamente 90 milhões de toneladas de peixe foram capturados no mundo, constituindo a maior fonte de abastecimento de proteínas recolhidas de seres vivos em estado selvagem e cujo destino é o consumo humano (Hang, 2003). De acordo com a FAO, 2002, citada por Hang (2003), muitas das áreas de pesca no mundo atingiram já o seu potencial máximo em termos de pesca. Cerca de 50% dos stocks de peixe já estão a ser pescados ao nível máximo que é compatível com o crescimento natural, o que torna pouco crível que possamos prever consideráveis aumentos nas capturas.

Hoje é reconhecido pela ciência e de uma forma geral, pela população, que a exploração dos recursos haliêuticos tem limites, no entanto, as políticas de gestão têm falhado com repercussões ambientais e sócio económicas. É globalmente claro que os recursos pesqueiros não suportam o nível de exploração, sem controlo. Uma nova abordagem à exploração dos recursos, uma nova forma de gestão é necessária e urgente. Com objetivo de prevenir o declínio global dos stocks de peixe, é necessário continuar a requerer o acréscimo de esforço a nível internacional com vista a melhorar a gestão e governabilidade das pescas nas águas marítimas internacionais. As nações deverão adotar novas e mais efetivas políticas de pesca e assegurar que as regulamentações existentes são cumpridas.

Existe hoje conhecimento que comprova a sobreexploração das espécies pesqueiras.

Perante a crescente procura mundial por pescado, a atividade passa a ser totalmente dependente do mercado, alimentando o desenvolvimento da indústria alimentar.

O quadro atual da pesca no mundo, não é animador. Globalmente, a grande maioria das populações de pescado, tem sido explorada acima daquilo que é recomendado. A maioria das espécies está numa “trajetória de queda contínua” (Pikitch, E., 2012).

3.2. Aspetos socioeconómicos e ambientais da pesca

3.2.1. Considerações gerais

Ao longo da história mais recente da humanidade, não foram assim tão raros os casos em que, por alterações significativas do meio ou por excessos cometidos pela espécie

humana, as pescas atravessaram períodos de crise suficientemente acentuada para se repercutirem negativamente nas comunidades mais dependentes (Moniz e Kovács, 2000).

Os mesmos autores referem que em menos de duas décadas de crescimento extremamente rápido, a produção começa a dar sinais de se ressentir dos excessos cometidos, obrigando as frotas melhor equipadas e dimensionadas a afastar-se cada vez mais dos pesqueiros tradicionais, ao mesmo tempo que aumentando a frequência dos conflitos entre artes diferentes nas zonas costeiras. O esforço de pesca tende a aumentar, quando simultaneamente diminuem os rendimentos e crescem os custos operacionais.

O processo culmina com o desastre, traduzido ele pouco a pouco pela exaustão dos principais pesqueiros tradicionais, pelo descalabro de inúmeras frotas e indústrias, pelo desemprego e pela instabilidade socioeconómica generalizada na fileira da pesca.

Antes considerava-se que a riqueza dos recursos aquáticos fosse uma dádiva ilimitada da natureza. Mas o desenvolvimento dos conhecimentos e a evolução dinâmica das pescas, em particular, após a II Guerra Mundial fizeram desvanecer esse mito para constatar que os recursos aquáticos, ainda que sendo renováveis, são limitados e têm que se submeter a uma ordenação adequada se se desejar que a sua contribuição para o bem-estar nutricional, económico e social da crescente população mundial seja sustentado, como refere o documento de 1995 que a FAO aprovou, denominado Código de Conduta para a Pesca Responsável (FAO,1995).

No sector primário, as atividades baseiam-se muitas vezes na extração intensiva provocando desequilíbrios no ecossistema para além do sustentável. Hoje, a exploração na natureza, baseia-se num sistema económico suportado nestas atividades primárias, de onde redundam a degradação dos sistemas físicos e dos recursos naturais (Filipe *et al.*, 2007).

Em muitos países do mundo os recursos marinhos estão sobre explorados. Isso parece dever-se em grande parte à ineficácia das políticas de gestão adotadas com fim de manter as capturas em níveis sustentados. Como resultado as capturas excedem frequentemente a capacidade produtiva e de renovação das espécies conduzindo os *stocks* a níveis muito baixos em detrimento da fileira da pesca (FAO, 2010).

As atividades humanas não influenciam apenas os ecossistemas nem o ambiente físico que partilham com outras espécies, passaram a ter efeitos efetivos sobre o bem-estar das populações e sobre as relações que a sociedade em geral tem com o meio que a envolve. Os custos sociais e económicos pela exploração intensiva de uma única espécie, podem ser substanciais e, raramente, são tidos em conta (Pikitch et. al., 2004).

No que se refere à sobre pesca, recorrendo à análise económica, podemos então constatar a ocorrência da lei dos rendimentos marginais decrescentes aplicada. De facto, ao aumentarmos a quantidade de fatores de produção, as quantidades capturadas de peixe deverão ser maiores mas em proporções cada vez menores, chegando mesmo a reduzir-se em termos absolutos a partir de determinado momento. Note-se que ao introduzir um novo barco na pesca, a quantidade de peixe para os restantes pescadores reduzir-se-á (Filipe *et al.* 2007).

Em geral, as empresas são premiadas pela maximização de lucros, não necessariamente pelos benefícios sociais ou ambientais. Apesar da crescente preocupação socio ambiental, o sector pesca, ainda está longe de atingir os objetivos pretendidos. Segundo Deborah Doane (2005), a responsabilidade socio ambiental das empresas, como conceito, abrevia fundamentos complexos e falha em reconhecer que a opção final deve ser feita entre a saúde financeira da empresa e seus resultados éticos. Para a maioria dos empresários, quando encaram essa escolha, segundo a autora, forçosamente o lucro sobrepõe-se aos princípios. Para Shrivastava (1995), a mudança na atuação das

organizações depende de uma nova orientação na gestão, centralizada nos fatores tecnológicos e nos riscos ambientais. As empresas devem incorporar nos seus modelos de gestão as chamadas variáveis de risco, como a produção de resíduos, a poluição, a limitação de recursos naturais, o uso de tecnologias perigosas, a segurança dos colaboradores e da sociedade em geral. Além disso, que entendam os riscos como problemas internos a serem administrados e não como elementos externos à organização.

O sistema socioeconómico das pescas pode ser definido pela inter-relação e inclusão do sector da pesca com outros sectores, tais como, a construção naval, capturas, aquicultura, investigação, transformação, comercialização, conservação ou a distribuição. No entanto, as atividades económicas a montante e a jusante não se encontram normalmente no mesmo sector, nem constituem uma cadeia de valor direta. No caso das pescas, há que considerar agregações de atividades que têm implicações diretas entre si (Moniz e Kovács, 2000).

Os mesmos autores referem que a fileira da pesca pode sofrer de dois tipos de dependência. Um refere-se a uma dependência significativa em termos de estrutura de emprego e de política económica, das atividades diretas e indiretas da pesca e, o outro tipo, inclui um envolvimento significativo dos trabalhadores do sector da pesca noutros sectores de atividade económica.

3.2.2. *Externalidades*

Conforme Filipe *et al.* (2007), embora existam diversas definições de externalidades, algumas permitem tornar o conceito abrangente e disponível para análise. Para Nicholson (1989), as externalidades surgem porque os agentes económicos geram efeitos nas atividades uns dos outros, que não são refletidos nos mercados. Por sua vez, Tietenberg

(2000) refere que uma externalidade ocorre sempre que o bem-estar de um agente depende diretamente das suas atividades controladas por outro agente.

Baumol e Oates (1988), de uma forma mais abrangente, defendem que ocorre uma externalidade sempre que as funções de utilidade ou de produção de um indivíduo incluam variáveis reais (não monetárias) cujos valores são escolhidos por outros (pessoas, empresas, governos), sem ter efeitos sobre o bem-estar desse indivíduo.

Não se inclui no conceito de externalidade a ideia de influência deliberada no bem-estar de alguém exercida por outrem. O que está em causa, quando se fala de externalidades, é a ação de um agente que tem implicações noutra quando aquele agente age sem que tencione provocar deliberadamente efeitos em outrem com a sua ação (Filipe *et. al.*, 2007).

As consequências resultantes podem ser positivas ou negativas (externalidades positivas ou negativas) em função de o efeito provocado sobre a entidade que sofre a externalidade resultar num aumento do seu bem-estar (quando se geram externalidades positivas) ou numa diminuição do bem-estar (quando as externalidades são negativas).

De acordo com Pearce e Turner (1990), ocorre um custo externo (ou externalidade negativa) quando a atividade de um agente provoca uma redução de bem-estar noutra agente e esta perda de bem-estar não é compensada.

Segundo Pareto (1906), um dos primeiros a fazer referência, uma externalidade pode ser relevante ou irrelevante em função das compensações que lhe estiverem associadas. Uma externalidade positiva será relevante se o causador da externalidade não receber o montante correspondente aos benefícios, o que provoca uma externalidade negativa é relevante se o causador da externalidade não suportar o montante correspondente aos danos que provoca. Por sua vez, uma externalidade positiva ou negativa, é irrelevante se houver

uma compensação que o causador dos efeitos externos recebe ou paga, respetivamente, correspondente aos efeitos provocados. Uma externalidade irrelevante, não gera qualquer tipo de ineficiência (o equilíbrio atingido num mercado de concorrência perfeita é um equilíbrio eficiente).

3.2.2.1. *Externalidades na economia da pesca*

De uma forma geral assiste-se a uma diminuição acentuada do peso das atividades piscatórias no conjunto das economias e ao mesmo tempo um aumento do esforço de pesca junto dos stocks de pescado ainda disponíveis. Da certeza, cientificamente infundada, de inesgotabilidade dos recursos marinhos vivos que caracterizaram as décadas passadas, está-se a tomar consciência no presente, que a sua rarefação e até desaparecimento a ritmos verdadeiramente assustadores é uma realidade e que é possível um cenário de esgotamento, com todas as consequências ambientais, económicas e sociais que se podem adivinhar (Moniz *et al.*, 2000).

No caso da economia da pesca, as externalidades podem normalmente ser definidas como um efeito exógeno nas capturas de outrem. Conforme Filipe *et al.* (2007), este efeito exógeno pode ser provocado por outros pescadores (externalidade dinâmica ou externalidade de stock), pelo mercado (externalidade de mercado) ou pela existência de uma pesca multiespecífica (externalidade provocada por interação multiespécies ou externalidade biológica).

Quando um pescador utiliza o seu barco na pesca e ao retirar recursos (peixe) aos restantes pescadores, este pescador está a gerar uma externalidade negativa (pois afecta negativamente a produção dos restantes). Como o pescador não tem de pagar os prejuízos que causa aos demais agentes, ele está a gerar um resultado que é subóptimo, apesar de esse resultado corresponder a um conjunto de ações perfeitamente racionais. No mesmo

sentido, e conforme Carvalho *et al.* (2011), os subsídios ou apoios à pesca podem reforçar uma externalidade negativa.

3.2.3. *Recursos da pesca como bem comum*

Os recursos haliêuticos são recursos naturais, renováveis e móveis e que, antes de serem capturados não pertencem a ninguém, uma vez que não podemos controlar a sua reprodução e deslocação. Fazem parte do nosso património comum.

Nos tempos em que a capacidade pesqueira era inferior à capacidade dos cardumes se regenerarem não havia razões para haver preocupações. O acréscimo da capacidade da frota pesqueira mundial não tardaria muitas décadas a confirmar a existência de graves desequilíbrios, que se têm refletido nomeadamente na forte redução dos stocks de peixe e na sua capacidade de regeneração. Face à exploração dos recursos piscícolas é necessário que se enverede por soluções razoáveis que permitam evitar chegar a uma situação de tragédia relativa aos bens comuns marítimos (Moniz *et al.*, 2000).

A atividade da pesca enfrenta, desde há vários anos, desafios fundamentais para o seu futuro, a diminuição dos recursos, nalgumas espécies em resultado de uma sobre pesca capaz de pôr em perigo essas unidades populacionais, está obviamente no centro desses desafios. Os diversos impactes negativos no meio aquático, regra geral com origem humana (poluição, alterações climáticas ou a sobre pesca) constituem igualmente um desafio crucial (Rodrigues, 2007). Soares *et al.* (2002), refere que a evolução mais recente do sector tem evidenciado uma tendência para a diminuição gradual das oportunidades de pesca, acompanhada de uma tomada de consciência global, quanto à necessidade de uma gestão comum e precaucional dos recursos e do meio marinho, assim como pelos ativos do sector, que seja mais eficaz, equilibrada e sustentada a prazo, num contexto marcado pela globalização e pelo agravamento substancial dos custos na produção.

Assiste-se, dia após dia, com uma velocidade e uma intensidade crescente à “tragédia dos bens comuns”. Hardin (1968) definiu "tragédia dos bens comuns" como o aproveitamento desordenado e competitivo dos recursos naturais que, ao mesmo tempo que pertencem a todos, não pertencem a ninguém em particular.

Os bens comuns têm uma grande capacidade geradora de riqueza, de valor económico, social e pessoal. Contudo, a sua exploração origina um empobrecimento contínuo e insuprível dos recursos naturais, de bens e valores que compõem a biodiversidade natural, social e cultural do planeta Terra (Filipe *et. al.*, 2007). É a demonstração de um modelo de desenvolvimento que é insustentável porque não leva em conta o facto de que os recursos naturais são limitados.

Hardin (1968) alerta para problemas que não podem ser resolvidos por meios técnicos e argumenta que esta classe de problemas inclui muitos daqueles levantados pelo crescimento da população humana e o uso dos recursos naturais da Terra – *“é preciso ter a coragem para se afirmar que uma solução técnica desejada não é possível; cada homem é bloqueado num sistema que o compele a aumentar o seu rebanho sem limites num mundo que é, de facto, limitado”*.

O ensaio de Hardin foi alvo de diversas controvérsias, sustentadas pela aplicação das suas ideias a situações reais, nomeadamente a privatização de recursos de posse comunitária e de recursos que, tradicionalmente, eram administrados por entidades locais. Considerada por muitos uma abordagem “equivocada”, é certo que as ideias de Hardin são aplicadas aos recursos marinhos, sobre-explorados e com dificuldade para deter e controlar essa extracção desmedida (Filipe *et al.*, 2007).

Os mesmos autores referem que, na sequência dos trabalhos que têm vindo a ser realizados no âmbito da economia das pescas e da gestão dos recursos marinhos vivos, a

pesca tem vindo a ser considerada sob várias formas de acesso, mesmo se pensarmos que se pode reger de acordo com princípios inerentes às várias categorias de prioridade comum, por se constituir como um recurso livre para ser capturado. A utilização comum dos espaços comuns envolve, muitas vezes, uma menor preocupação individual da sustentabilidade desses espaços. A alegoria hardiniana da tragédia dos comuns resulta então como uma consequência óbvia e portanto, em resultado disso, é necessário encontrar formas alternativas de salvaguarda desses espaços.

Deve referir-se que existem recursos, entre os quais os stocks de peixe, que envolvem um conceito de propriedade mais amplo: o de propriedade comum da Humanidade, património comum da Humanidade ou preferencialmente, nas palavras de Arvid Pardo, citado por Filipe *et al.* (2007), de “herança comum da Humanidade”. Arvid Prado considera propriedade um termo que dá demasiada ênfase ao aproveitamento dos recursos e aos benefícios daí resultantes. Segundo Pardo, há recursos que devem ser considerados uma herança comum da Humanidade, propriedade de todos e, por conseguinte, não devem ser apropriados por ninguém, devendo ser geridos de forma comum.

A pesca deve ser regulamentada através da cooperação internacional, para permitir a renovação contínua das populações de peixes e a proteção dos ecossistemas marinhos. Mal gerida, pode ser vítima do seu próprio sucesso.

3.2.4. *Códigos de conduta*

As unidades populacionais de peixes saudáveis podem suportar um nível de pesca razoável, mas necessitam de um meio marinho também saudável. A pesca é uma das nossas principais formas de exploração do mar, para além de constituir uma fonte de

alimento são e agradável, cria emprego nas zonas costeiras e promove o bem-estar social e económico das regiões piscatórias (Moniz *et al.*,2000).

No que diz respeito à conservação e ambiente, é importante garantir a sustentabilidade da fileira da pesca e, para isso, é necessário respeitar a integridade dos ecossistemas marinhos. Para haver uma quantidade suficiente de peixes adultos que permitam a renovação das populações, é necessário deixar no mar os peixes pequenos, de modo a que cresçam e se reproduzam.

Para limitar as capturas de peixes pequenos e, deste modo, permitir que cresçam, é adotado um certo número de medidas técnicas restritivas. São fixadas malhagens mínimas ou encerradas determinadas zonas, a fim de proteger as unidades populacionais. Proíbe-se a utilização de determinadas artes de pesca e é obrigatório o recurso a técnicas mais "selectivas", que facilitam a fuga dos peixes juvenis e limitam a captura de espécies não desejadas. Por último, fixam-se tamanhos mínimos para os peixes pescados, sendo ilícito o desembarque de peixes de dimensões inferiores. As capturas e os desembarques devem ainda ser registados em diários de bordo específicos (CE, 2001).

Em 1995, de acordo com a aplicação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre a lei do mar, é editado o Código de Conduta para uma Pesca Responsável, pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, 1995). Entre outros, estabelece como objetivos: a pesca responsável; a conservação e proteção dos recursos vivos aquáticos, ambientes e áreas costeiras e, fomento da investigação em pescas, dos ecossistemas associados e dos fatores ambientais relevantes.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, é ratificada por Portugal pelo Decreto do Presidente da República n.º 67-A/97, publicado no Diário da República, de 14 de Outubro de 1997. Este determina que os Estados são responsáveis pelas suas

zonas costeiras e, conjuntamente com os demais Estados, responsáveis pelo mar de todos (JOCE, 2000).

Em 2001 é editado o Livro Verde, uma auscultação aos Estados ribeirinhos na União Europeia. O documento, de cariz prospectivo faz um diagnóstico do sector, apresentando sugestões a contemplar na Reforma da Política Comum de Pescas, a aplicar a partir de 2002.

Também no Código de Conduta para uma Pesca Responsável, aprovado na sequência de todo um trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão das Pescas da FAO, se lê, na nota introdutória, que «este Código estabelece os princípios e padrões internacionais de comportamento para práticas responsáveis com vista a assegurar uma efetiva conservação, gestão e desenvolvimento dos recursos vivos aquáticos, no respeito do ecossistema e da biodiversidade» (FAO, 1993).

Portugal, por exemplo, não poderia alhear-se das preocupações que vêm sendo referidas, as quais, de resto, estão também patentes nos regulamentos comunitários relativos à pesca, delas se fazendo eco na PCP. A Constituição da República dispõe no artigo 66.º, n.º 2, alínea d), que incumbe ao Estado «promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações». O reconhecimento de que a natureza carece de proteção, pelos valores e futuro que representa para as gerações vindouras, impõe uma intervenção por parte do legislador, de que constitui expressão o princípio do desenvolvimento sustentado ou sustentável.

De modo a assegurar, mediante a definição de medidas adequadas, a conservação e preservação a longo prazo, a gestão e o aproveitamento sustentável dos recursos, foram

criadas em Portugal, um conjunto de princípios básicos regulamentares, para o exercício da pesca profissional (Gomes, 2002):

- O princípio da responsabilidade ou da pesca responsável, que implica a adoção de medidas adequadas à proteção do ambiente marinho e ao uso sustentável dos recursos vivos marinhos a longo prazo;

- O princípio da precaução, traduzido na adoção de medidas cautelares de gestão que, tendo em devida conta quer a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do sector quer o grau de incerteza do conhecimento científico existente em cada momento, permitam assegurar uma elevada probabilidade para a auto-renovação dos recursos e a consequente sustentação das atividades no futuro;

- O princípio da equidade intergeracional, de acordo com o qual a atual geração deve respeitar condições que permitam assegurar às que se seguirem uma diversidade de recursos e níveis de abundância pesqueira pelo menos análogos aos herdados das gerações anteriores, mas tanto quanto possível melhorados;

- O princípio da igualdade e da não discriminação, que implica equidade no tratamento dos diferentes problemas, envolvendo eles o mesmo ou diferentes segmentos da frota nacional, bem como os respeitantes a diferentes bandeiras.

A 1 de Janeiro de 2003 entra em vigor o Regulamento 2371/02, que acompanha a Política Comum de Pescas, com o objetivo de "garantir que a exploração dos recursos aquáticos vivos crie condições sustentáveis dos pontos de vista económico, ambiental e social".

Em matéria de conservação as medidas previstas tomam em consideração os pareceres científicos, técnicos e económicos para regular o acesso às águas e aos recursos e ao exercício sustentável das atividades da pesca (Artº.4). Assim, são limitadas algumas

capturas, fixam-se o número e o tipo de navios autorizados a pescar, limita-se o esforço de pesca e adota-se um conjunto de novas medidas técnicas restritivas.

Em 2004, no âmbito da reforma da Política Comum de Pescas é editado o Código de Boas Práticas para uma pesca Sustentável e Responsável (CE, 2004). No quadro fornecido às autoridades de pesca pelo Código de Conduta para uma Pesca Responsável da FAO a União Europeia, pelo Comité Consultivo da Pesca e da Aquicultura (CCPA) criou o referido Código que fixa normas de comportamento a respeitar pelo sector das pescas, a fim de favorecer e preservar ecossistemas marinhos não poluídos e a exercer as atividades de pesca de forma responsável, e apresenta os seguintes objetivos:

a) Contribuir para a conservação das unidades populacionais de peixes e, ao mesmo tempo, promover a prossecução das atividades de pesca profissional tanto nas águas comunitárias como nas águas internacionais ou de países terceiros.

b) Contribuir para a criação, em condições sustentáveis, de prosperidade e empregos nas regiões dependentes da pesca.

c) Promover a contribuição da pesca para a segurança alimentar e a disponibilidade de peixes de elevada qualidade.

d) Desenvolver uma cultura de boas práticas de pesca e fornecer normas em matéria de «práticas comportamentais» a todos os que participam nas atividades de pesca em quaisquer águas, incluindo nas águas internacionais ou de países terceiros.

Apesar do supracitado, atualmente, a área gerida pela Política Comum de Pescas é uma das que apresenta maior exaustão de recursos a nível mundial. Como dado comparativo, refira-se que, enquanto a nível mundial 25% dos stocks estão em situação de sobre pesca, na União Europeia os números dos stocks conhecidos apontam para uma taxa de 81% de sobre pesca, sendo que a rentabilidade económica do sector é uma das mais

baixas do mundo (Sissenwine & Symes, 2007). O mesmo acontece a um nível global, refiram-se nos últimos anos os relatórios da FAO (SOFIA, 2010, 2012). A atividade da pesca enfrenta vários desafios para poder cumprir o seu papel de fornecedora de alimentos (Hannesson, 1996) e ao mesmo tempo, assegurar a viabilidade dos recursos que explora.

4.ÉTICA NA PESCA E ÉTICA AMBIENTAL NA PESCA

4.1. Ética na pesca

Em 1994, Barreto referia que as normas morais ou prescrições éticas dos últimos anos, situavam-se exclusivamente no âmbito das relações entre humanos. Mesmo quando abrangem entidades não humanas, estas eram consideradas sob a perspectiva das relações entre as pessoas seus direitos, sensibilidades e interesses. Assumindo, assim, uma posição antropocêntrica, centrada nos interesses dos seres humanos.

O mesmo autor refere que a crise ambiental tem vindo a dar corpo à conceção de que existem obrigações morais, igualmente, da parte dos humanos para com entidades não humanas. Este novo enfoque levou a uma axiologia que confere estatuto moral ao ambiente e suas componentes, requerendo-se que os seres humanos tenham um comportamento para com a natureza também regido por obrigações morais, ou pelo menos não alheio a este tipo de preocupações.

O conceito da sustentabilidade dos recursos naturais nasceu no contexto da exploração florestal e pesqueira. De acordo com a definição da Comissão Mundial para o Desenvolvimento Económico (Correia, 1991), *o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias*.

Diante da crescente procura mundial por produtos do mar, a pesca tornou-se um sector orientado para o mercado, numa dinâmica de desenvolvimento ligado à indústria alimentar (Russell, 1931). Nos últimos anos, esforços têm sido feitos para articular a dimensão ética do desenvolvimento da pesca como uma parte importante dessa consciência. Refiram-se os códigos de conduta, anteriormente mencionados.

O nível de responsabilidade da atividade deve ser julgada à luz dos princípios e critérios da utilização sustentável dos recursos naturais e, em particular, a sua contribuição para o bem-estar dos ecossistemas e para a necessidade dos seres humanos.

Evidências indicam que, em muitas áreas, a gestão da pesca está desajustada. Em alguns casos, os *stocks* entraram em colapso, e a maioria estão nos limites da sua produtividade biológica ou gravemente sobre utilizados (Filipe *et al.*, 2007). Embora a exploração agressiva tem, em algumas áreas, resultando em benefícios económicos, estimativas conservadoras indicam que no sistema global não é possível, com certeza, tirar essas conclusões (Filipe *et al.*, 2007). Além disso, conforme Carvalho *et al.* (2011) a criação de emprego e da paz social, a gestão das pescas depende em muito de prestações sociais que contribuem para o sobre investimento, sobredimensionamento das frotas e, com isso, para a sobre exploração. O sistema é, portanto, insustentável e pouco eficiente.

Hoje, as questões éticas relacionadas ao bem-estar das pessoas e do ecossistema são fundamentais para o debate sobre o futuro que queremos para as pescas e os pescadores. De acordo com FAO (2005), uma visão global da ética está a surgir, a saúde, o bem-estar e os direitos humanos básicos, tais como o direito à alimentação, são considerados, juntamente com a gestão ambiental e os valores intrínsecos e usos alternativos dos recursos naturais e do meio ambiente. A atenção a essas preocupações tem sido crescente, e vai continuar a aumentar, em parte como resposta às tendências de várias esferas, entre as quais as alterações demográficas, a situação dos recursos e ecossistemas associados, incluindo aumento da pressão da pesca e degradação ambiental; o progresso da ciência e tecnologia, abrangendo o desenvolvimento da aquicultura, a biotecnologia, a engenharia genética e da "revolução da informação".

As políticas de gestão para a pesca, têm sido desenvolvidas contemplando principalmente o ponto de vista ecológico, tecnológico e socioeconómico. Algumas das

questões-chave relacionadas com a ética ambiental foram, apesar de forma tangencial, abordados implicitamente a partir desses pontos de vista. Em muitos casos, no entanto, têm sido ignorados, por exemplo, no desenvolvimento dos ecossistemas e no bem-estar animal. Não existe um quadro explícito para incorporar questões éticas na pesca, apesar da sua contribuição poder ser considerada significativa para a resolução dos problemas enfrentados pelo sector.

As políticas para a pesca, movidas muitas vezes por interesses económicos têm impactes mais visíveis em comunidades de áreas remotas e rurais, em países em desenvolvimento, onde muitas pessoas dependem do setor primário e onde as fontes alternativas de subsistência são escassas ou não existem. Em muitos países, alguns populosos, famílias de pescadores artesanais estão entre os mais desfavorecidos socialmente, economicamente e, muitas vezes, politicamente (FAO, 2012).

Em todos estes tipos de interação há valores importantes em jogo, há regras e normas que protegem esses valores, deveres implícitos nos papéis sociais e posições que podem promover estes valores e ainda virtudes, ou capacidades que nos permitem agir em conformidade. A ética é uma análise sistemática e crítica da moral, da conduta moral que orienta o ser humano em uma determinada prática ou sociedade (Barreto, 1994). Como a pesca representa uma interação entre os seres humanos e o ecossistema aquático, a dimensão ética na pesca relaciona-se com os valores, regras, deveres e virtudes determinantes para o bem-estar humano e para a sustentabilidade dos ecossistemas, proporcionando uma análise crítica normativa das questões morais em jogo.

Quando reais valores morais, regras e deveres são submetidos à análise ética, a sua relação com os interesses humanos básicos, independentemente de seu ambiente cultural, são particularmente importantes. Os valores morais podem mudar, legitimados pela lei, religião ou pela política.

As principais questões éticas na pesca relacionam a satisfação dos seres humanos e a sustentabilidade dos ecossistemas. Questões como a pobreza, o direito à alimentação, a sobrepesca ou a degradação de ecossistemas são alguns dos exemplos. Estas questões sectoriais específicas incluem, por exemplo, a equidade na distribuição de peixe; os perigos de alteração genética, e a captura e devolução de espécies indesejadas (FAO, 2005).

Os problemas são agravados pelas mudanças contextuais relacionados, por exemplo, com alterações climáticas ou, conforme acima se referiu, a globalização. Este último é um processo complexo e multidimensional caracterizado, nomeadamente, pela crescente integração das grandes economias através de fluxos comerciais e financeiros. Isto levanta uma série de questões éticas, designadamente:

- (i) o risco de perder a identidade e a diversidade cultural nas comunidades piscatórias;
- (ii) o risco de degradação dos recursos haliêuticos, da biodiversidade e da pesca;
- (iii) a dificuldade em tentar satisfazer vários interesses;
- (iv) as consequências negativas nos esforços para reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar e garantir a justiça e a paz social.

4.2. **Ética Ambiental**

O valor da Natureza constitui o problema maior da filosofia ambiental dando origem a clivagens agudas e a diferentes abordagens. Trata-se de indagar se a Natureza tem um valor próprio (intrínseco ou se, pelo contrário, será sempre um meio para satisfação das necessidades humanas (valor instrumental), (Varandas, 2009). Conforme a autora, na sua obra “Ambiente, uma questão de ética”, a designação plural de “Éticas Ambientais” reenvia desde logo para a pluralidade de modelos e orientações éticas que a problemática

ambiental alberga em si mesma, modelos que, com frequência, conflituam entre si e se distinguem, não só em termos de critérios que identificam o sujeito ético, mas, sobretudo, em termos do entendimento da própria eticidade.

Em alguns séculos, o consumo aumentou mais rapidamente do que a população à escala mundial. Durante o século XX, a população foi multiplicada por quatro, enquanto o consumo de produtos industriais se multiplicou por quarenta, o consumo energético por dezasseis, o consumo de água por nove, o consumo de peixe por trinta e cinco e o volume total da economia mundial por catorze. A exploração das novas oportunidades na área ambiental e da energia resultou em forte medida, da necessidade de responder à pressão dos países produtores de petróleo. Os impactes assumem proporções difíceis de quantificar (FAO, 2005).

A reflexão na área da ética ambiental coloca necessariamente em questão os nossos quadros de referência tradicionais, em que tanto a natureza no seu conjunto como realidade holística, como espécies haliêuticas e todos os indivíduos não - humanos são pensados como entidades com valor meramente instrumental, destituídos de valor intrínseco e, portanto sem dignidade ou estatuto moral, passíveis, por esta razão, de serem explorados e manipulados sem limites de qualquer ordem, em função e em nome dos interesses humanos, independentemente da relevância efetiva desses interesses (Barreto, 1994). As questões com as quais nos confronta a ética ambiental, forçam-nos a repensar a nossa relação com a natureza no seu todo e com os indivíduos não - humanos.

A Ética Ambiental trata de um ponto de vista racional, os problemas morais relacionados com o ambiente. Este ramo da Ética tem cada vez mais importância, uma vez que os problemas ambientais atualmente estão presentes no nosso quotidiano. As diferentes abordagens prendem-se com diferentes conceções do valor da natureza desenvolvidas pela reflexão filosófica e/ou científica. O lugar do ser humano e das suas atividades no seio do

mundo físico foi entendida de diferentes formas, as quais, é certo, aparecem não de forma sucessiva mas que, ao manter-se através dos tempos, acabaram por constituir outros tantos paradigmas diferentes na explicação da relação do ser humano com a natureza.

4.2.1. *Éticas Antropocêntricas*

Historicamente, René Descartes está na origem do mais rigoroso antropocentrismo, capaz de reconhecer quase todos os direitos ao homem e nenhum à natureza. Na verdade não há que se falar em “vontade da natureza” no que tange ao antropocentrismo, porquanto a natureza não é provida de razão, de pensamento, não é livre, não delibera. À natureza é atribuído um valor instrumental à proporção que o ser humano é livre para impor sua vontade que encontrará limites nas liberdades de outras pessoas. A legitimidade humana para atos morais, também se expressa em outros fenômenos culturais além do reconhecimento de valores morais, “tais como a linguagem, a liberdade de decisão, o conhecimento científico, o desenvolvimento e o uso da técnica, a reciprocidade de deveres e obrigações” (Rolla, 2010).

A nossa capacidade de intervenção sobre o meio é cada vez maior, Marcos (2001) refere que o *Antropocentrismo* proclama o primado absoluto do homem sobre a natureza e o seu direito a dominá-la. Nega qualquer carácter moral à relação entre o homem e o resto dos seres naturais. O *Antropocentrismo* procura basicamente a conquista, a colonização, a urbanização e a exploração de tudo o que permanece selvagem. O único valor que se atribui à natureza é de carácter económico, para a satisfação das necessidades humanas, e reconhece o direito absoluto do homem sobre a natureza, confiando que haverá solução tecnológica para qualquer problema ambiental (Faucheux e Noël, 1995).

Para o antropocentrismo somente o ser humano será sujeito moral. Nesta concepção, unicamente ele é capaz de realizar atos morais e ser sujeito de direitos. A ação moral em

relação à natureza considera o interesse do próprio ser humano visto que por ter características próprias, razão e o poder de liberdade de vontade, exclusivas à espécie humana, a sua vontade não pode ser comparada a uma suposta vontade da natureza, já que somente ele tem a capacidade de reconhecer valores morais nos comportamentos alheios e adequar a própria conduta a um determinado tipo de racionalidade (Vaz e Delfino, 2010).

Os utilitaristas defendem a teoria moral que avalia as ações de acordo com as consequências das mesmas e, segundo a qual, as nossas ações deveriam maximizar a felicidade do maior número de indivíduos. Mais importante que o bem-estar do indivíduo é o bem-estar do todo, tem por isso uma interpretação holística; as consequências das ações são mais importantes que as ações, é “consequencialista” e tem carácter hedonista porque defende que a busca do prazer deve determinar as ações.

O princípio sugerido pelo utilitarismo clássico, a saber, da maximização do prazer e da redução do sofrimento, é centrado no ser humano. No entanto, Singer sustenta uma teoria que considera o ambiente e, afastando-se do utilitarismo clássico, refere a natureza não apenas como um meio para os fins humanos, mas como algo do qual os seres humanos devem ser responsáveis (Vaz e Delfino, 2010).

Ao contrário do utilitarismo a tese de Kant é não consequencialista. Os autores referem que a ética kantiana é deontológica, ou seja uma ética do dever baseada em direitos e não em utilidade. A moralidade não tem em consideração as nossas ações mas é uma questão de agir por princípio, ou seja, o que a determina são as próprias ações e não algo que lhes é externo (tal como as suas consequências). Para Kant o ambiente, as árvores, os rios, os animais, as espécies e os ecossistemas são apenas coisas, não dotadas de autonomia, e portanto não dignas de respeito em si mesmas ou de serem tratadas como um fim em si mesmas. A natureza tem apenas um valor derivado.

Uma das mais antigas teorias éticas com relevo no âmbito da ética ambiental e incluída ainda no antropocentrismo é a ética da lei natural que procura princípios morais fundamentais, a descobrir na nossa natureza, aplicáveis a todos os seres humanos independentemente de leis e convenções impostas por estados ou culturas. Assenta na constatação que a nossa natureza é um guia para o nosso modo de ação, que há certas coisas que contribuem para o nosso bem, a nossa felicidade e desenvolvimento enquanto seres humanos e que o certo é aquilo que contribuirá para a prossecução dos nossos fins tal como determinados pela nossa natureza. Representantes desta corrente, Aristóteles defendia que todas as coisas têm um bem próprio e têm uma atividade natural distinta e, São Tomás de Aquino, acreditava que a atividade característica de todos os objetos naturais resulta do plano e dos fins divinos (Vaz e Delfino 2010).

Entre outras correntes antropocêntricas destacam-se ainda o Pragmatismo Ambiental e a Ética da Virtude Ambiental.

Numa perspetiva pragmática, a controvérsia sobre o antropocentrismo é desprovida de sentido pois é impossível separar o bem-estar dum ser humano do bem-estar do ambiente onde este se insere. O pragmatismo ambiental considera que os valores da filosofia ambiental devem co-evoluir com as novas práticas sociais da relação entre o homem e a natureza. Como estas se caracterizam por complexidade e incerteza, não se justifica a procura de valores únicos na filosofia ambiental.

Nesta senda, o pragmatismo ambiental considerou que a filosofia deveria pensar o significado, a causa e as possíveis soluções da crise ambiental, e não fechar-se em discussões teóricas alheadas da política ambiental. O pluralismo moral, a diminuição da importância de debates teóricos e a consideração de que assuntos práticos de consenso político são o cerne da questão são os três aspetos centrais do conceito de pragmatismo ambiental (Vaz e Delfino, 2010).

A ênfase que a maior parte destes filósofos ambientais põe na mudança para estilos de vida que se preocupem e respeitem a natureza, é já um sinal de uma vida ambientalmente virtuosa. A ética da virtude do ambiente, que advém da constatação de que, para além das éticas ambientais mais tradicionais – utilitaristas, consequencialistas, de direitos e deveres – existe espaço para preocupações com o carácter e a atitude das pessoas. De facto, são pessoas, com traços de carácter, atitudes, hábitos e disposições, que promovem políticas, estabelecem leis e agem sobre o ambiente. Faz portanto sentido identificar quais são as potenciais atitudes que constituem virtudes ambientais e qual o papel duma ética de carácter numa ética ambiental.

Apesar da ausência de uma defesa teórica do Antropocentrismo, existe uma cultura popular bastante difundida e assumida de modo consciente. Esta atitude não é estranha nas pessoas cuja relação com a natureza tem sido dura, na maioria das vezes pertencentes às camadas mais pobres, que conheceram bem o seu lado amargo. O Antropocentrismo age frequentemente como um guia prático, por exemplo, na produção primária e, em concreto, na atividade da pesca.

4.2.2. *Éticas não Antropocêntricas*

Segundo *Biocentristas*, como Paul W. Taylor ou Kenneth Goodpaster, a *consideração moral* para com os viventes, a atitude de respeito ou reverência pela vida e os nossos deveres neste sentido, derivam, não nos direitos dos seres vivos, mas no seu valor. Qualquer pessoa pode negar que os seres vivos não-humanos tenham direitos e, ainda assim, reconhecer-lhes valor e *relevância moral*, e reconhecer, em consequência, que temos deveres para com eles. Há que ter em atenção que do fato dos seres vivos não terem interesses próprios não se segue que tenham direitos. Os direitos são considerados mais como interesses que foram reconhecidos como legítimos no seio de um sistema de regras capaz de resolver conflitos entre direitos que se opõem. Além do mais, para resolver os

problemas ambientais não é imprescindível reconhecer direitos duvidosos a todos os seres vivos, mas é suficiente para dispor de um dever de respeito por parte dos seres humanos.

Em Rolla (2010), o ecocentrismo, também denominado fisiocentrismo (concede valor intrínseco aos indivíduos naturais, na maior parte também coletividades naturais como biótipos, ecossistemas, paisagens) e biocentrismo (onde o enfoque está apenas nos seres com vida, sejam individuais e coletivos), considera que a natureza tem valor intrínseco: a proteção à natureza acontece em função dela mesma e não somente em razão do homem. Tendo a natureza valor em si a sua proteção muitas vezes se realizará contra o próprio homem. Os ecocentristas buscam justificar a proteção à natureza afirmando que “dado à naturalidade um valor em si, a natureza é passível de valoração própria, independente de interesses econômicos, estéticos ou científicos.”

Em Marcos (2001), o *Biocentrismo* tem como o primeiro e mais básico dos seus objetivos desenvolver uma filosofia em que se reconheça o *valor intrínseco* das entidades naturais vivas e não apenas o seu *valor instrumental*.

O autor que de um modo mais sistemático definiu as fronteiras do biocentrismo, traçou o seu alcance normativo e argumentou em favor de um critério não-antropocêntrico e não especialista da moralidade foi alegadamente, segundo Varandas (2009), Paul Taylor. Segundo o autor, qualquer ser vivo é o produto de um processo de evolução e, no caso dos seres humanos, um produto tardio, já que quando os hominídeos apareceram já a Terra continha uma profusão exuberante de formas de vida.

Três das correntes que gostaríamos de destacar no âmbito da Ética não Antropocêntrica são o Ecofeminismo, a Ética da Terra e a Ecologia Profunda

O Ecofeminismo lança uma crítica forte à forma como a humanidade utiliza e explora a natureza, por considerar que a exploração e objectualização da mulher sob o

domínio de um sistema machista e patriarcal, que sistematicamente excluiu do conceito de racionalidade, as emoções, os sentimentos, a sensibilidade. Baseia-se na ideia de que a natureza é feminina e de que, quer a mulher quer a natureza têm vindo a ser exploradas e submetidas ao poder masculino. Há que reconhecer alguma pertinência na crítica ecofeminista quando Bacon (século XVII) afirma que a Natureza é “como uma mulher pública”. Segundo este autor, “devemos domá-la, penetrar os seus segredos e subjuga-la à nossa vontade”. Segundo esta corrente, as mulheres estão mais próximas da natureza do que ao homens e portanto, na vanguarda no que respeita a um relacionamento com a natureza (Vaz e Delfino, 2010).

Ferreira (2009) refere que a principal mensagem da ética da terra é a de que os seres vivos integram uma mesma comunidade – “a comunidade biótica” – conceito central desta ética e que permite enfatizar a relação de interdependência dos seres assim como a sua autonomia relativa. Segundo Leopold, “a ética da terra alarga as fronteiras da comunidade para nela incluir os solos, as águas, as plantas e os animais, ou coletivamente: a terra” (Leopold, 1949).

Como defendia Leopold (2000), um dos precursores da ética ambiental, uma Ética da Terra que permita aos humanos e não - humanos, habitar em conjunto e de forma sustentável o planeta Terra, a quem James Lovelock, na sua obra que é hoje um clássico da filosofia do ambiente, atribuiu a designação simbólica da deusa grega *Gaia*.

O propósito explícito de Callicott, o de recondução do ser humano à Natureza, vem formalmente expresso pela ciência ecológica que perspetiva o ser humano e a ação humana como inextricavelmente relacionados com o mundo natural. É uma pressuposição que, em si mesma, constitui um desafio ao modo tradicional de entender a relação entre o ser humano e os aspetos não humanos do mundo e, de certo modo, mandata uma reconfiguração desse mesmo entendimento. A perspetiva individualista e auto-centrada do

Eu, torna-se aqui inviável, visto que a relação é a categoria que determina e justifica o Eu (Varandas, 2009). A pressuposição de que o Todo está em cada parte, ou seja, de que a energia que flui pela cadeia biótica é transferida de organismo para organismo numa vasta trama relacional e simbiótica, implica, segundo Callicott, a concepção de um Eu relacional e a transformação do egoísmo em ambientalismo (Galvão, 2002).

A filosofia da ecologia profunda, para Metzner, citado por O'Leary (2002) “*ensina valores biocentricos e ecocêntricos, em que os humanos são vistos como parte da natureza e não superiores ou contrários a ela (...) os ecologistas profundos mais radicais não se sentem à vontade sequer com o conceito de sermos guardiões da natureza, pois tal noção implica que os humanos têm um conhecimento ecológico superior e como tal têm o direito de tomar conta da Terra.*”

A explicitação do significado por Naess e Sessions, leva à reafirmação da vida como dimensão englobante de elementos bióticos e abióticos; do igual valor de todas as formas de vida e da exigência de preservação da complexidade/biodiversidade; da assunção de uma consciência ecológica que limite a ingerência abusiva dos humanos no meio natural, perspetive formas de diminuir o aumento da população humana, procure preservar áreas de natureza selvagem, esforce-se por implementar modelos tecnológicos alternativos e tenda para a simplificação dos modos urbanos de viver (Varandas, 2010).

4.2.3. *Gestão ecocêntrica*

A gestão ecocêntrica é o contraponto teórico, à gestão antropocêntrica que tem conduzido as empresas nos últimos anos. Assenta na perspetiva holística, que encara a comunidade humana como parte integral da natureza. Os humanos pertencem a esta vasta comunidade e relacionam-se com a mesma através de interdependências complexas. Os humanos não estão separados da natureza, nem são superiores à mesma, são parte dela

(Darwin, 1859). Darwin estabeleceu o princípio da comunidade das formas de vida. Argumentou que as espécies mudaram as suas formas ao longo do tempo e que não há qualquer base para tratar uma espécie (a humana) como superior às outras. Concedeu às espécies animais e às plantas um novo e mais elevado estatuto no processo de evolução humana (Rego *et al.*, 2011).

Rego *et al.*, (2011) referem que o ecocentrismo rejeita a ideia de que a natureza é simplesmente um recurso a ser usado para bem-estar dos humanos. Encara um mundo natural como detentor de um estatuto moral por direito próprio, e não simplesmente como um acessório do bem-estar dos humanos.

O ecocentrismo concede à natureza um estatuto e direitos similares aos que os humanos atribuíram a si próprios. A partir deste conjunto de crenças, podemos construir um paradigma alternativo de gestão ecocêntrica. É uma forma de gestão que respeita a natureza e a usa com cuidado e responsabilidade. Não se trata de gerir para remediar e reparar os prejuízos ambientais, trata-se de fazer gestão proactiva que pretende eliminar os danos ambientais e viver em harmonia com a natureza (Vaz e Delfino, 2010).

A perspetiva convencional tende a ver a proteção ambiental como um custo adicional – em que as empresas devem incorrer por pressão legal, ou para evitar danos reputacionais e más vontades das autoridades e de outros *stakeholders*. Na última década, todavia, esta leitura foi contrariada por autores que viram no ambiente uma possibilidade de melhoria organizacional. Embora as práticas de gestão ambiental não criem necessariamente melhores resultados económico-financeiros, a literatura indica que a reconsideração do fator ambiental pode ajudar a repensar a atividade de uma empresa a múltiplos níveis – melhor acesso a determinados mercados, diferenciação de produtos, inovação de processos, atração de talento (investigação associada), reputação organizacional.

O declínio dos stock de peixes e a fragilidade da segurança alimentar, com a diminuição na oferta de alimentos, perdas económicas, dificuldades para os pescadores e suas famílias e as perturbações dos modos de vida tradicionais em muitas comunidades são alguns riscos. A sobre pesca, portanto, ameaça o ecossistema, o uso sustentável dos pesqueiros e os meios de subsistência das comunidades piscatórias e deste modo torna-se evidente que a simples abordagem biológica ou mesmo bioeconómica da pesca não constitui resposta suficientemente aceitável e bem sucedida. A abordagem necessita de ser sistémica, articulada, interinstitucional e centrada nos níveis biológico, económico e social.

Hoje em dia ser competitivo já implica ser sustentável. Quando os consumidores começarem a refletir as suas escolhas nestas temáticas, as empresas que ainda não adotaram práticas sustentáveis vão ser obrigadas a mudar de comportamento.

5.METODOLOGIA

No sentido de auscultar a sensibilidade da fileira da pesca, às questões relacionadas com Ética Ambiental foi realizado um inquérito, onde se procurou abarcar a maior representatividade possível do sector, ao nível transnacional, no Continente Português e nas Regiões Autónomas, nomeadamente nos órgãos de decisão e subsectores da investigação, extração, associativo, transformação, comercialização, formação, administração, fiscalização e vigilância. Para isso, numa fase inicial foram enviados mails dirigidos a atores representativos dos grupos identificados. Preocupados com a perspetiva de género, e para garantir número semelhante de respostas ao inquérito, foram solicitadas a algumas organizações ligadas à defesa dos direitos das mulheres na pesca, colaboração na disseminação do inquérito. Refira-se a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e AKTEA (Rede de Mulheres na Pesca). Entre diversos atores-chave auscultados, destacam-se: Ministério da Agricultura e Pescas, deputados europeus, da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, investigadores, Secretaria do Ambiente e do Mar, Subsecretaria Regional das Pescas, Direção Regional do Ambiente, Federação das Pescas dos Açores, Dirigentes Associativos, Representantes da Organização de Produtores, Inspeção Regional das Pescas, dirigentes sindicais, Lotaçor e Docapesca, associações de comerciantes, cooperativas de comercialização, empresas privadas na área da pesca, restauração, pescadores, e estudantes de biologia marinha foi ainda ouvida a opinião de consumidores que, de alguma forma, se relacionam com o sector. Depois de identificados, foram privilegiados os diferentes protagonistas representantes dos vários subsectores na fileira da pesca.

Em grande parte dos estudos que se realizam, é habitual encontrar-se a referência aos termos “investigação quantitativa” ou “investigação qualitativa”. Esta terminologia, embora bastante comum, corre o risco de ambiguidade, podendo levar a pensar que o fulcro da questão assenta não nos pressupostos teóricos, crenças e formas de ver o mundo

por parte do investigador, mas tão-somente no tipo de tratamento dos dados (Santos, 2002). Neste projeto de dissertação, pretende-se a construção da reflexão a partir da análise das respostas à aplicação de um inquérito.

O inquérito, anónimo, foi aplicado, durante os meses de junho e julho de 2011, na sua generalidade recorrendo à internet, utilizando a “plataforma” Googledocs. O inquérito foi divulgado através do correio eletrónico, numa mensagem em que para além do endereço eletrónico (sítio identificando a plataforma referida), era apresentado, de uma forma sucinta, o objetivo do trabalho de investigação. Em algumas comunidades piscatórias nos Açores foi realizado trabalho de campo, auscultando alguns ativos da pesca (15 pescadores) “*in loco*”. Responderam e foram considerados validas, no total, as respostas de 372 indivíduos.

O inquérito utilizou na sua estrutura os conceitos fundamentais associados à ética ambiental, as principais correntes e as diretrizes do Código de Boas Práticas para uma Pesca Sustentável e Responsável, concretamente o primeiro domínio, relacionado com o respeito pelos recursos haliêuticos e pelo meio em que evoluem.

O inquérito era constituído por um conjunto de vinte e seis questões fechadas, e por uma questão aberta. Durante todo o processo, quando necessário, fez-se o acompanhamento e foram prestados os devidos esclarecimentos. A primeira parte do inquérito procurou caracterizar o perfil sociodemográfico do(a) inquirido(a), e a segunda parte procurou caracterizar o seu nível de sensibilidade à atividade e à fileira da pesca e conceitos de ética ambiental. Procurou-se ainda auscultar a forma como eram apropriados alguns dos conceitos referidos, na relação estabelecida com a atividade e o grau de disponibilidade para a mudança (refira-se: hábitos, práticas e comportamentos). Foi realizado um pré-teste, antes da aplicação do inquérito por questionário a um grupo de 5 indivíduos, representativos do universo que se esperava atingir.

O questionário era composto por um conjunto de questões destinado à caracterização da amostra, nomeadamente:

C1. Idade;

C2. Género;

C3. Local de Residência;

C4. Habilitações Académicas;

C5. Área de Formação;

Seguia-se um conjunto de questões com o objetivo de saber qual o nível de sensibilidade à atividade e à fileira da pesca, através das questões:

S 1. Refira três palavras, relacionadas com pesca

S 2. Qual a relação que tem com o sector da pesca? – identificam-se diferentes níveis de protagonismo na fileira e também o “estatuto” de consumidor;

S 3. Quantas variedades de peixe consumiu no último ano? (estimativa) – avalia-se a diversidade na escolha da dieta alimentar;

S 4. Refira três das espécies que consumiu. (as mais frequentes) - avalia-se a diversidade na escolha da dieta alimentar;

S 5. tem consciência das técnicas envolvidas na captura das espécies que consome? - seletividade, impacte ambiental, áreas de operação.

S 6. Identifique as técnicas que conhece? – foram apresentadas diferentes “famílias de artes de pesca;

S 7. Para si qual o principal problema com que o sector da pesca se depara? – elencaram-se sensibilidades ao tipo de problemas na atividade da pesca;

S 8. Conhece os Códigos de Conduta para a Pesca? – auscultou-se o nível de conhecimento ao documento de orientação (mundial) para a sustentabilidade da pesca;

Procurou-se ainda auscultar a forma como eram apropriados alguns conceitos de “Ética Ambiental”, na relação estabelecida com a atividade e o grau de disponibilidade para a mudança (refira-se: hábitos, práticas e comportamentos), através das questões seguintes:

EA 1. Qual o valor que o pescado tem para si? (O considerado mais relevante) – avaliou-se o nível de perspetiva: antropocêntrica/ecocêntrica;

EA 2. Sem ser para a espécie humana, que outro valor poderá ter o pescado? Refira o mais importante - avaliou-se o nível de perspetiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (ética da Terra e valor intrínseco);

EA 3. As medidas implementadas pelo Estado Português e União Europeia permitem preservar o recurso pesca? - avaliou-se o nível de perspetiva: Antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de Ética Ambiental (ecopragmatismo);

EA 4. O principal problema do sector da pesca é ser gerido sobretudo por homens - avaliou-se o nível de perspetiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (ecofeminismo);

EA 5. As atividades relacionadas com o sector pesca deviam estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos - avaliou-se o nível de perspetiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (ética do direito natural);

EA 6. No desempenho da minha atividade profissional preocupo-me com a satisfação das gerações futuras – avaliou-se o nível de perspetiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (avaliando perspetiva impacte/ legado para “gerações futuras);

EA 7. Estudos, exames, análises e debates teóricos, atrasam e dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca - avaliou-se o nível de perspetiva:

antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (ecopragmatismo);

EA 8. Estaria disposto em alterar alguns comportamentos, no desempenho da minha atividade, para que o recurso natural pesca fosse preservado – avaliando predisposição para a mudança / cidadania;

EA 9. O sector da pesca deve, em primeira análise, satisfazer o maior número de pessoas - avaliou-se o nível de perspectiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (utilitarismo);

EA 10. O recurso pesca só tem valor quando associado às atividades humanas - avaliou-se o nível de perspectiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (antropocentrismo);

EA 11. O estado dos recursos vivos dos oceanos é alarmante, está em causa o futuro da pesca. Medidas restritivas, severas, são urgentes - avaliou-se o nível de perspectiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (ecopragmatismo);

EA 12. As atividades relacionadas com o sector pesca deveriam ser ajustadas e valorizadas para que o recurso pesca fosse preservado e o ecossistema marinho estivesse de boa saúde e em equilíbrio - avaliou-se o nível de perspectiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (ética da virtude);

EA 13. O planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar - avaliou-se o nível de perspectiva: antropocêntrica/ecocêntrica com apropriação de conceitos de ética ambiental (ética da terra/ecologia profunda);

EA 14. Beneficiando a qualidade/sustentabilidade, estaria disposto a consumir menos e a pagar mais pelo pescado - avaliando predisposição para a mudança / cidadania.

Os dados obtidos foram tratados pela ferramenta "gráficos dinâmicos" do Excel. A análise e reflexão sobre os resultados é feita questão a questão, pelas respostas relacionadas com os conceitos fundamentais associados às principais correntes dentro da ética ambiental e as diretrizes do Código de Boas Práticas para uma Pesca Sustentável e Responsável:

Para facilitar a análise de resultados os dados foram organizados por grupos.

- Relativamente às habilitações:

Primeiro ciclo, até à 4ª classe (1);

Segundo e terceiro ciclo, até ao 9º ano (2);

Secundário e formação Superior, 12º (3).

- Relativamente à relação com o Sector da Pesca, considerou-se a fileira numa perspetiva holística, nos principais subsectores a montante e a jusante da atividade extrativa. Alguns agrupados da forma seguinte:

Barcos e Artes – Motores e aprestos e construção naval;

Consumidores – Apenas consumidores, administração e restauração;

Fiscalização – Agente da autoridade / fiscalização e controlo de qualidade;

Transformação – Transformação de pescado, venda e distribuição.

- Relativamente às variedades de peixe consumido:

Menos de 6, os intervalos 2 ou menos e 3 a 6;

Mais de 7, 7 a 10 e 11 ou mais.

- Relativamente ao principal problema do Sector (entre dimensões de natureza Ambiental, Social e Política):

Alterações Climáticas – Aquecimento global e alterações climáticas;

Formação – Qualificação / formação, exclusão, pobreza e subdesenvolvimento;

Política / Estratégia – Políticas desajustadas, falta de orientação estratégica;

Sobrepesca – sobrepesca e sobredimensionada.

- Relativamente ao valor do Pescado para o Inquirido (entre dimensões de natureza ambiental, económico e social):

Biodiversidade – Proteção da biodiversidade, reserva genética e essencial ao equilíbrio dos ecossistemas;

Económico – Económico, segurança alimentar, património da humanidade, ciência e valor nutricional;

Património / Social / Cultural – Atividade tradicional, social e atividade recreativa.

- Relativamente ao valor do pescado sem considerar a espécie humana:

Biodiversidade – Património do planeta, proteção da biodiversidade e recurso natural essencial ao funcionamento do ecossistema marinho;

Valor Intrínseco – Qualquer forma de vida tem o mesmo valor e valor intrínseco.

Nas afirmações que procuravam sondar a opinião dos inquiridos, foram agrupadas todas as respostas que reuniam concordância – Concordo Totalmente e Concordo em Parte.

6. RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

6.1. Caracterização da amostra

Os resultados desta dissertação foram provenientes da aplicação de um inquérito à fileira da pesca, onde se pretendia avaliar o nível de entendimento da atividade e do setor da pesca, verificar a relação entre a consciência ambiental e a prática, identificar comportamentos que os indivíduos estavam dispostos a alterar com o objetivo de tornar a pesca mais sustentável e que correntes de ética ambiental estavam associadas aos comportamentos referidos.

Responderam ao inquérito por questionário 372 indivíduos, dos quais 357 pela internet e 15 por aplicação presencial, *in loco*, na ilha de São Miguel, no porto de pesca de Rabo da Peixe. Os inquiridos eram, 41% do género feminino e 59 % do género masculino (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição da mostra de inquiridos, por género. (C2: Resposta quanto ao género)

Resposta C2	n°	%
Masculino	220	59%
Feminino	152	41%

As classes etárias mais representadas situam-se entre os 20 e os 50 anos, com maior incidência dos 30 aos 40 anos, como se pode observar na Figura 1. Essa distribuição mantém-se quando consideramos a caracterização por classe etária e género, embora seja mais notório no género masculino (Figura 2).

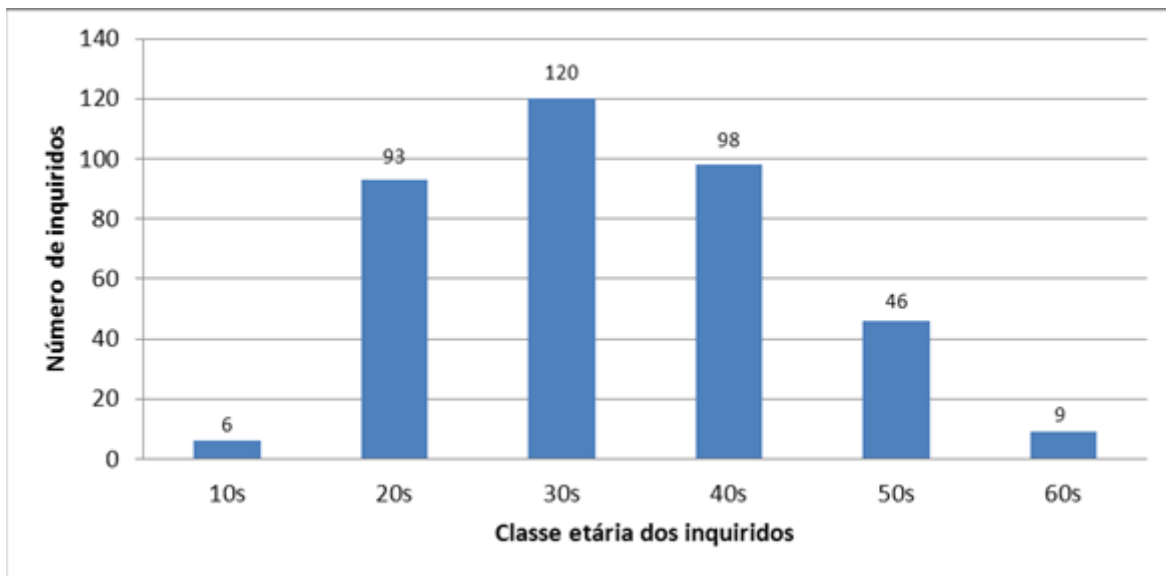


Figura 1: Caracterização da amostra, por classe etária.

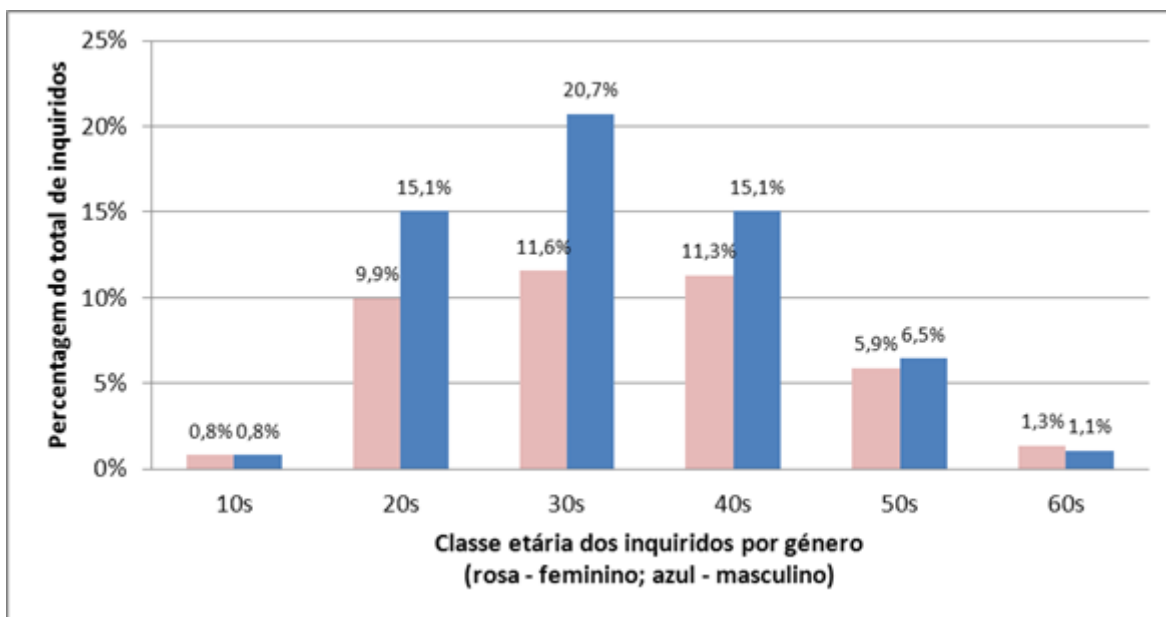


Figura 2: Caracterização da amostra, por classe etária e por género (% respostas/classe etária)

Quanto à proveniência geográfica dos inquiridos, o nível de repostas foi semelhante em todo território nacional, sendo 44% de Portugal continental e 43,5% de Portugal

insular, e 12% provenientes de fora de Portugal. Os locais com maior número de participações foram Portugal Continental e os Açores, como se pode observar na Figura 3.

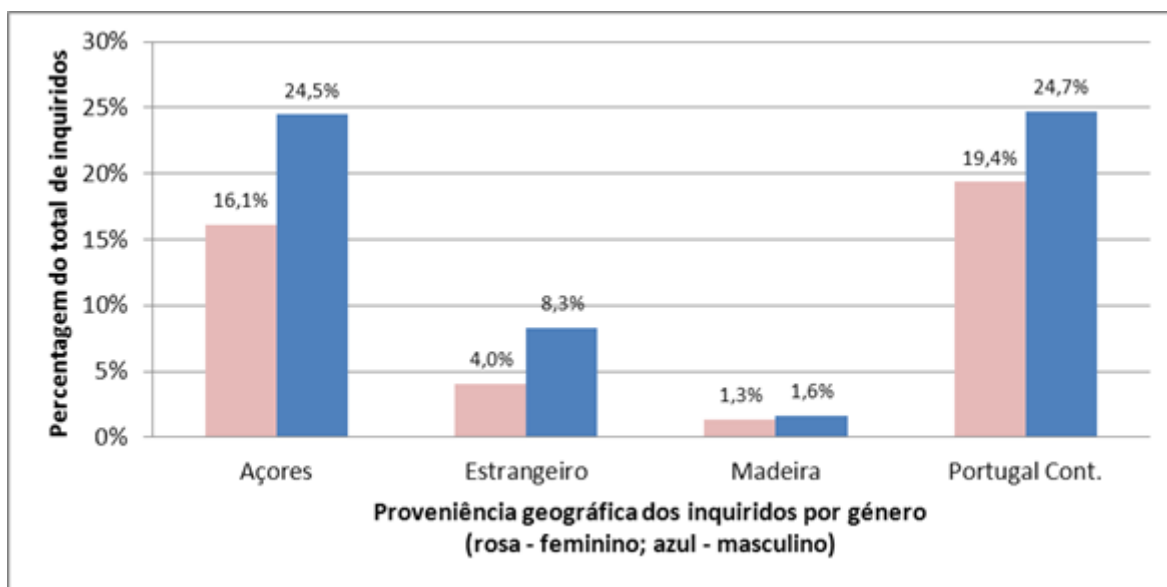


Figura 3: Caracterização da amostra, relativamente à localização geográfica do inquirido, por género.

Verificou-se que nem todos os atores representativos da fileira da pesca, tiveram semelhante nível de participação. Tal poder-se-á dever à forma como foi disseminado o inquérito. Como referido anteriormente, praticamente todas as respostas foram solicitadas e dadas por internet. Este facto limitou a participação do subsector extrativo onde uma parte substancial dos ativos tem baixas qualificações (1º ciclo) ou, em muitos casos, não sabe ler nem escrever e, por isso, com acesso limitado à internet. Na sua maioria, como se pode observar pela Tabela 2, os auscultados têm qualificação superior, 34% com mestrado e doutoramento.

Tabela 2: Habilitações académicas dos inquiridos (C4: Resposta relativa às habilitações académicas).

Resposta C 4	nº	%
não sabe ler nem escrever	3	1%
não tem a 4ª classe	0	0%
com a 4º classe	3	1%
tem o 6º ano	5	1%
tem o 9º ano	15	4%
tem o 12º ano	65	17%
com curso superior	156	42%
Mestrado / Doutoramento	125	34%

A pesca em sentido estrito depende de um conjunto de atividades: a montante, as que se prendem com a investigação, com a construção e reparação naval e de aprestos, motores; a jusante, as ligadas à comercialização dos produtos (primeira venda na lota, transporte, armazenamento), à transformação dos produtos da pesca (conservas, congelados, etc.) e, algumas transversais, como é o caso dos serviços na administração, das autoridades ou do sector associativo.

De modo a ter a maior representatividade possível da fileira da pesca, foram convidados a participar os principais atores do sector. Foi recebida resposta de representantes dos subsectores identificados na Tabela 3, com maior expressão do “consumo” e da “investigação” com 44% e 16% de respostas respetivamente. Refira-se que foram considerados consumidores, entre outros: estudantes de biologia pesqueira, administrativos em instituições do setor da pesca, formadores e outros técnicos para a área da pesca.

Tabela 3: Identificação dos diferentes atores na fileira da pesca. (S2: Relação do inquirido com o Sector da Pesca)

Resposta S 2	n°	%
Pescador(a)	40	11%
Transformação do pescado	2	1%
Venda do pescado	2	1%
Distribuição do pescado	1	0%
Controlo da qualidade do pescado	6	2%
Construção Naval	3	1%
Motores e Aparelhos	0	0%
Agente de Autoridade / Fiscalização	7	2%
Administração	19	5%
Sector Associativo	7	2%
Investigação	61	16%
Restauração	2	1%
Política	7	2%
Apenas Consumidor	164	44%
Outros	51	14%

6.2. Perspetivas sobre a pesca

Há uma natural tendência em relacionar o estado dos ecossistemas marinhos com a atividade da pesca, em particular, com o subsector extrativo, com a produção. Este facto foi constatado na resposta aos questionários, quando se pediu para identificar três palavras relacionadas com a pesca, tendo 70% dos inquiridos, referido a produção (subsector extrativo, elementos, trabalho árduo e pesca ilegal). De facto, pela Figura 4 é possível constatar a falta de uma perspetiva holística sobre o sector. A perspetiva integrada da fileira é “esquecida” e identificados como principais atores, os ativos da pesca, os pescadores. O Sector é reduzido ao subsector extrativo, facto que pode, de alguma forma, influenciar interpretações, discursos, projetos ou políticas.

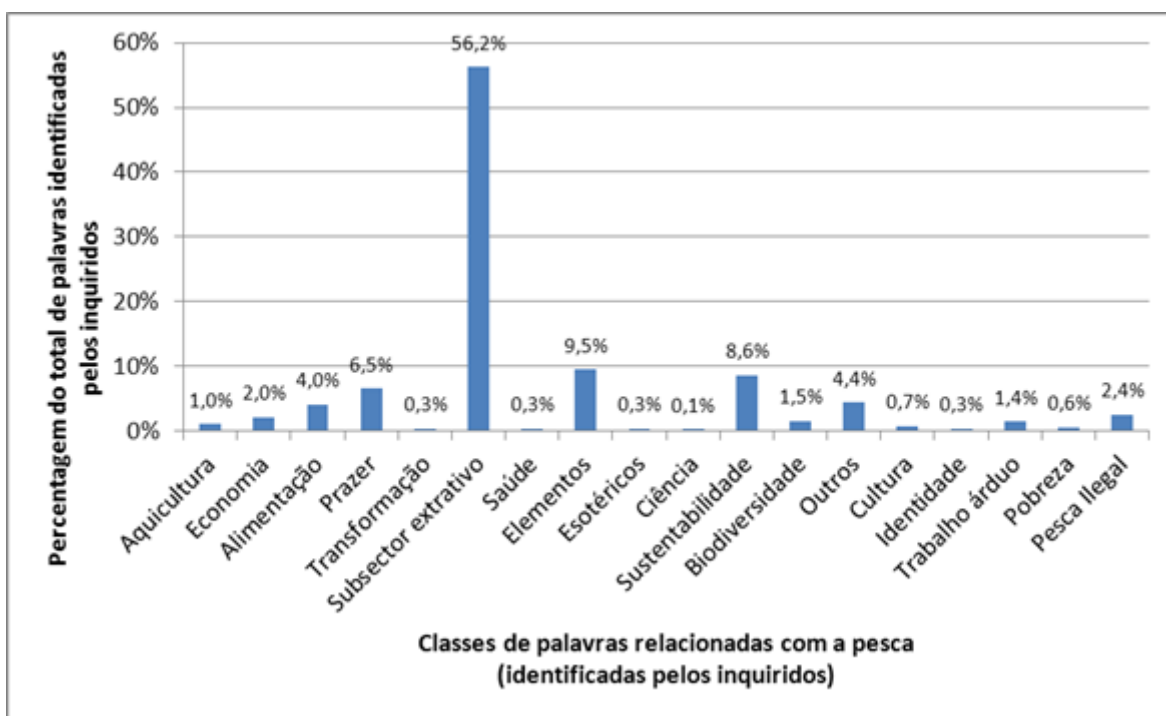


Figura 4: Palavras relacionadas com a pesca, identificadas por inquirido

O sucesso de uma abordagem orientada para a defesa da sustentabilidade da pesca e, ao mesmo tempo da proteção da integridade dos ecossistemas, dependerá da vontade de todos aceitarem a responsabilidade coletiva na conservação dos recursos e da existência de instituições que proporcionem uma atmosfera exequível em termos de debate e tomada de decisões coletivas. A este respeito Filipe *et al.* (2007) refere que a gestão da pesca deverá ser entendida numa perspetiva ampla, incluindo as várias vertentes em que se possa considerar cooperação, quer em termos da exploração do recurso quer em termos da sua conservação e a proteção no ambiente natural envolvente, que garante a sua sustentabilidade.

A Pesca, enquanto sector fundamental para a qualidade de vida das populações, assume-se igualmente como um fator cuja transversalidade percorre outros domínios determinantes na estruturação do modelo de desenvolvimento das regiões. É uma atividade aglutinadora de valor económico e social, recurso que serve de âncora a diversas

atividades, criando e preservando valor. Serve de estímulo e confere vantagens competitivas ao desenvolvimento do potencial endógeno dos territórios. Tem, por isso, natureza multidimensional, integrando múltiplas atividades.

O capital social, não diz respeito apenas ao somatório das pessoas ou ao conjunto das instituições que alicerçam o sector, mas sim à eficiência do trabalho que desenvolvem em conjunto - à cola que as mantém unidas. A perspectiva mais alargada de capital social inclui investigação, produção, indústria, comerciantes, autoridades, decisores e claro, os consumidores.

O sucesso de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a pesca dependerá da estrutura organizacional e funcional e não apenas de orientações sectoriais, as quais, só por si, não asseguram a sustentabilidade da própria decisão. Conforme Cunha (2011), a principal ideia subjacente à governação dos oceanos é que o mar constitui um todo e que as políticas que a ele se dirigem, quer seja de cariz ambiental ou referentes à sua exploração económica, devem estar interligadas, ser articuladas e ser subordinadas a princípios e objetivos comuns de governação.

6.3. Consumo de peixe

Pouca pesquisa tem sido conduzida para revelar a associação entre a ética e o comportamento do consumidor de peixe. Os consumidores atribuem grande importância a questões como a sustentabilidade dos recursos, no entanto, essa importância não é percebida nem correlaciona com a frequência do consumo de peixe, nem com a atitude geral para comer peixe. Com milhões de pessoas em todo o mundo a depender dos recursos marinhos para a sua sobrevivência, o consumo de pescado aumentou nas últimas décadas. Sobretudo porque o peixe contribui para uma dieta saudável, pelo aumento da população mundial, pela boa imagem do peixe e por corresponder a uma imagem de elevado padrão

de vida. Este aumento da demanda levou a uma expansão da frota e, associado a uma maior eficiência na captura, contribuiu para a sobre pesca e com isso o esgotamento de alguns recursos (Verbeke, 2007).

Tabela 4: Variedades de espécies consumidas, por inquirido (S3: questão relativa à variedade de espécies consumidas).

Resposta S 3	nº	%
2 ou menos	7	2%
3 a 6	140	38%
7 a 10	126	34%
11 ou mais	99	27%

Relativamente ao número de espécies consumidas, como se pode observar na Tabela 4, 38 % dos inquiridos consomem entre 3 e 6 espécies/por ano, mas a maioria (61%) dos inquiridos consumiu mais que sete variedades de peixe, no ano anterior à realização do inquérito. Este facto comprova alguma diversificação na dieta alimentar. Refira-se que, apesar de pouco expressivo, o grupo etário dos 20, a classe política e inquiridos no estrangeiro, referem ter consumido menos de 6 espécies (ver Figura 5, Figura 6 Figura 7).

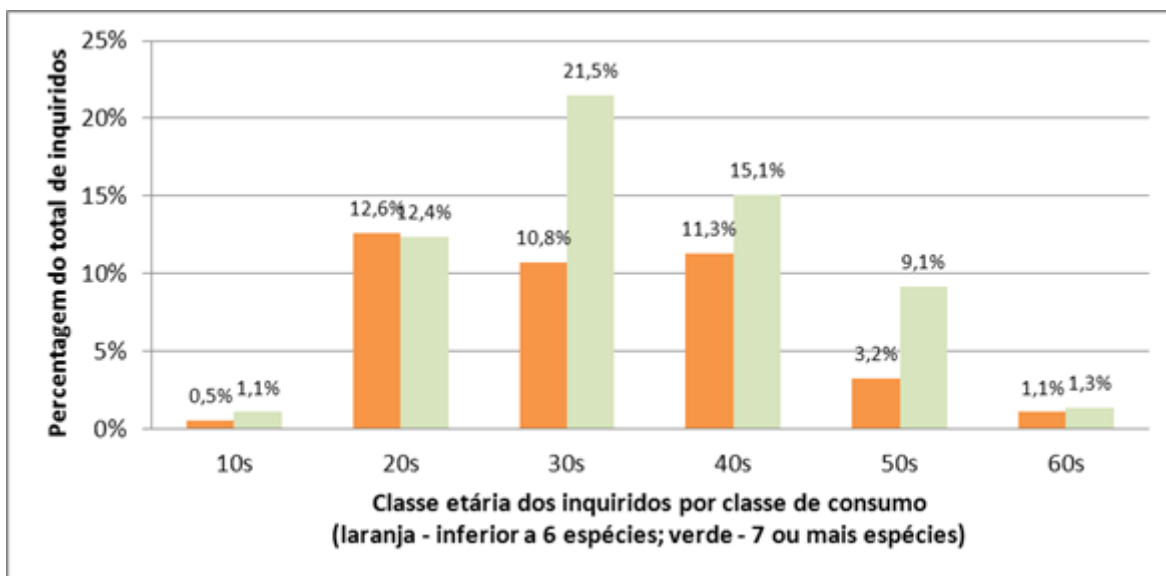


Figura 5: Variedades de espécies consumidas, por grupo etário.

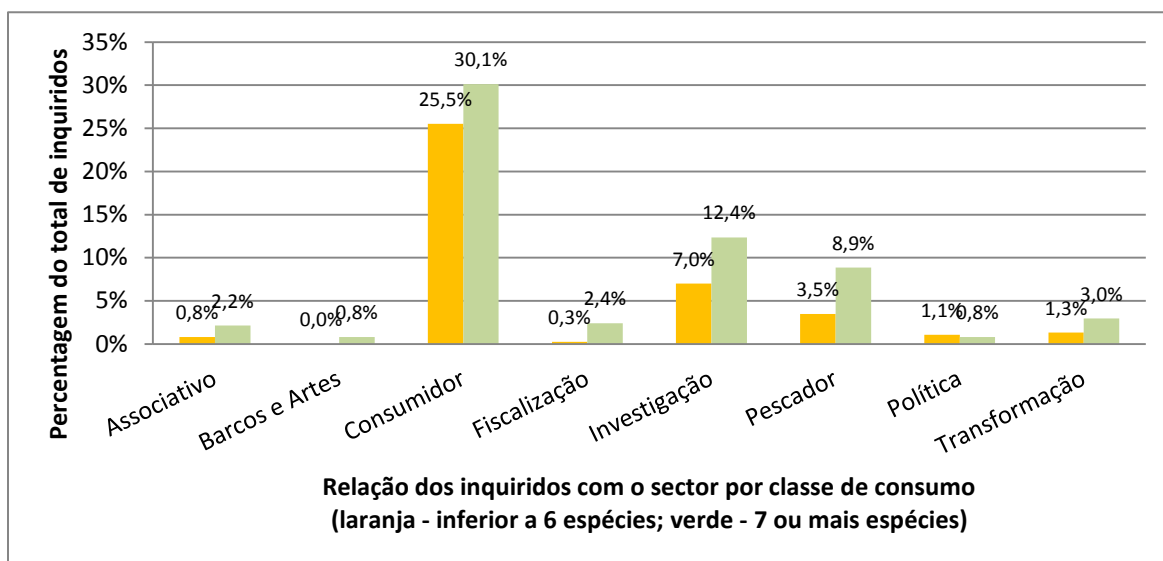


Figura 6: Variedades de espécies consumidas, em função do subsector da fileira da pesca

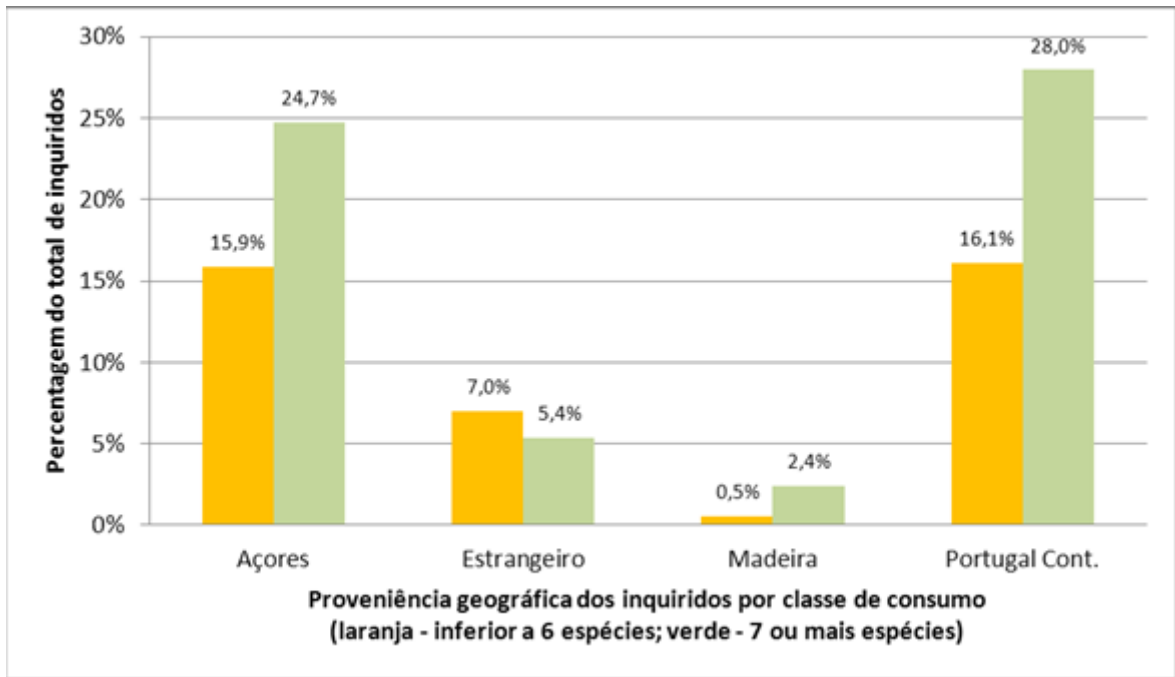


Figura 7: Variedades de espécies consumidas, em função da proveniência geográfica do inquirido

Quando solicitados a identificar 3 espécies consumidas no último ano, registaram-se 101 variedades diferentes em 1116 respostas possíveis, no entanto, a escolha dos inquiridos recai sobretudo em poucas espécies (Figura 8).

Segundo Fernandes *et al.* (2011), num total de cerca de dois milhões de espécies descritas pela ciência, a descrição atual de formas de vida dos oceanos ronda as 250.000. Entre estas, muitas são as que podem ser aproveitadas para consumo humano. Em “*Estado das Pescas e Aquicultura Mundiais 2012*” (FAO, 2012), revela a produção de uma quantidade recorde de 128 milhões de toneladas de peixe para alimentação humana no ano referido, uma média de 18,4 Kg por pessoa, fornecendo a mais de 4,3 mil milhões de pessoas cerca de 15% do seu consumo de proteína animal. O relatório observa ainda que muitos dos *stocks* marinhos de peixe monitorizados pela FAO permanecem sob grande pressão. Segundo as últimas estatísticas disponíveis, quase 30 % dos *stocks* estão sobre

explorados, 57% estão muito próximos ou já se encontram muito próximos da sua produção máxima sustentável.

Todos os consumidores de peixe, em última análise, nas escolhas que fazem à refeição, provocam impactos sobre os ecossistemas e recursos haliêuticos. Apesar do exposto, quando solicitados a referir três espécies consumidas, há uma tendência em referir sempre as mesmas e, como é possível verificar na figura 8, as preferências nas opções de consumo resumem-se a cinco espécies. Refiram-se, por ordem, “Chicharro”, Atum, Bacalhau, Sardinha e Pescada, mencionada cada uma mais de 70 vezes.

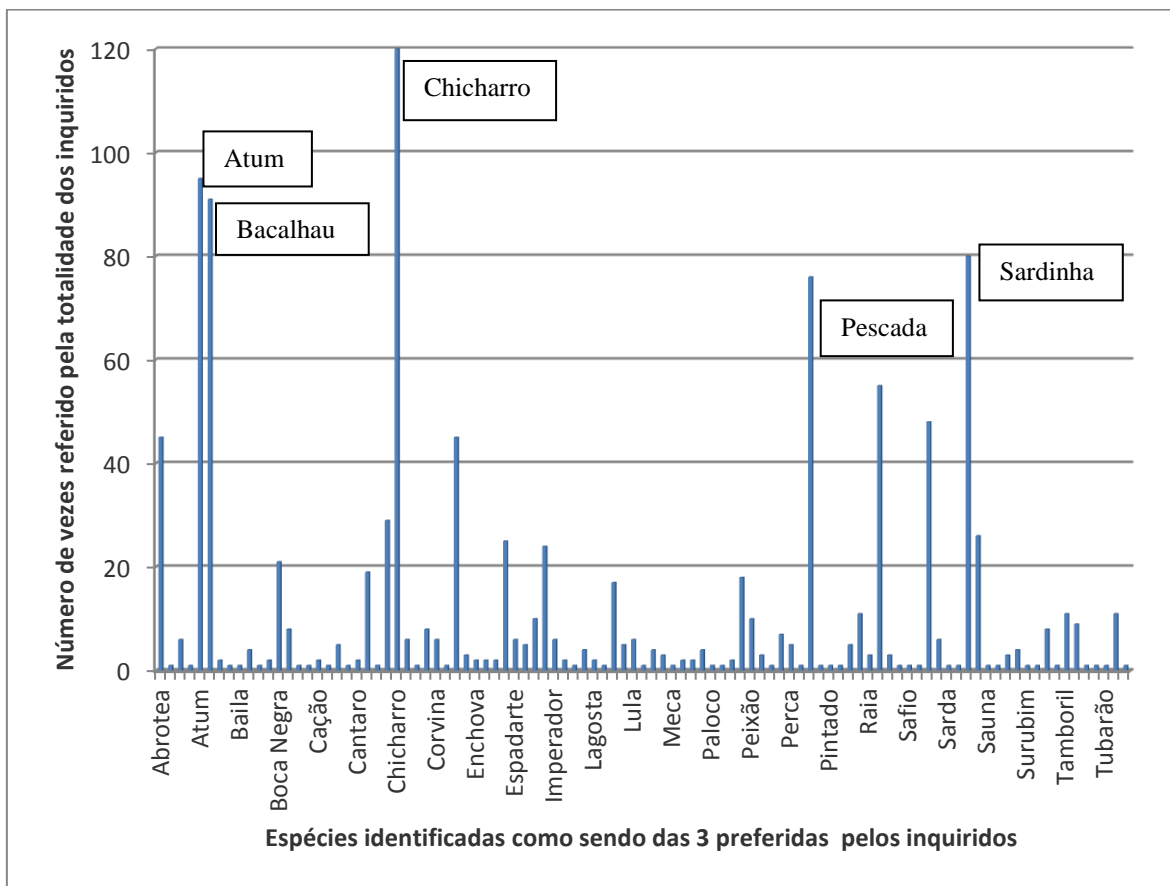


Figura 8: Preferências dos consumidores, quando solicitados a identificar três espécies consumidas no último ano.

Este facto, apesar de aparentemente ser contraditório com as respostas à questão anterior, denota uma natural propensão ao consumo mais frequente de algumas espécies, evidenciando pela demanda em satisfazer o mercado, uma maior pressão sobre determinados *stocks*. A consciência da influência do consumidor, na sustentabilidade dos recursos, pela prática de um consumo sustentável, não é revelada nas respostas apresentadas.

6.4. Sensibilidade às artes de pesca

Conforme se observa na Tabela 5, verificou-se que os respondentes percecionavam ter consciência das técnicas envolvidas na captura das espécies que consomem. É possível também constatar, pela Tabela 6, que os respondentes têm conhecimento das principais famílias de artes de pesca.

Tabela 5: Conhecimento dos inquiridos sobre as artes de pesca mais utilizadas (S5: questão relativa ao conhecimento das técnicas envolvidas na captura das espécies consumidas – seletividade, impacte ambiental, áreas de operação).

Resposta S 5	n^a	%
Sim	229	62%
Não	23	6%
Só de algumas	120	32%

Tabela 6: Sensibilidade dos inquiridos às diferentes famílias de artes de pesca (S6: questão relativa ao conhecimento sobre as várias famílias de artes de pesca).

Resposta S 6	n^o	%
1 Redes (Cercos, Arrasto, Sacadas)	344	92%
2 Linhas e Anzóis (Palangre, de mão, "salto-e-vara")	326	88%
3 Armadilhas ("Covos", Nassas, Gaiolas)	287	77%
Não conheço	3	1%
Já ouvi falar	16	4%
Outros	47	13%

Ao longo de milhares de anos os seres humanos têm vindo a melhorar a eficácia de, em ambiente aquático, explorar diferentes espécies para seu proveito através da pesca (Rodrigues, 2008). Conforme Martins (2007), o pescador, que constrói, conserta e labora com as artes, tem a consciência que a sua atividade depende de uma sucessão de invenções e novidades quotidianas. Não se trata só de imaginar como se deve construir o aparelho que vai operar escondido da vista: como toca no fundo dos mares, se vai formar uma parede erguida à passagem da presa, ou se permanece pairando junto ao leito; se deve alvorar em algumas secções e acamar em outras, ou se anda sempre a meia água, etc. Tendo em conta as inúmeras circunstâncias que lhe veem ao pensamento, e o tipo de peixe a capturar, cada profissional constrói o aparelho e reinventa-o diariamente segundo a sua atenção aos resultados das marés das outras embarcações e companha, o uso rotineiro de um aparelho ou ferramenta pode ser sentido como uma conquista permanente de maior precisão e rapidez nos gestos, porque, em cada recomeço se perdem os movimentos parasitas, a amplitude excessiva, e se aperfeiçoa a obra.

O nível de perceção, sobre o impacte dos diferentes tipos de tecnologia de pesca (artes de pesca) nos ecossistemas, nem sempre é suficiente para a garantia de uma consciência ambiental crítica. Refira-se a pesca accidental, provocada pela fraca seletividade de algumas artes, um dos maiores problemas na sustentabilidade dos recursos haliêuticos. Segundo Fernandes *et al.* (2011) cerca de 30 milhões de toneladas de peixe (cerca de 20 – 40%) do total de capturas, dependendo do tipo de pescarias) são mortos e devolvidos ao mar em cada ano sob a forma de pesca acessória devido a formas de pesca não seletivas. Algumas formas de pesca, como por exemplo o arrasto bentónico, para captura de camarão nalgumas regiões, desperdiça 3 a 15 toneladas de peixe, por cada tonelada de camarão capturado. As capturas acessórias ou accidentais é, para além de um desperdício, um dos maiores problemas da indústria da pesca (Zhou *et. al.*, 2010)

6.5. Principais problemas identificados para o sector da pesca,

Constatada a importância da existência de características inerentes aos ecossistemas, com contornos específicos e de implicações determinantes na forma como se desenvolvem as espécies e se inter-relacionam, resulta a necessidade de compreender a ação humana sobre o ambiente, que nas últimas décadas tem sofrido alterações profundas. Os ecossistemas marinhos estão a ser alvo de diversas agressões conferindo duros golpes ao nível das cadeias alimentares e da biodiversidade.

No que diz respeito à perceção do principal problema do sector da pesca, e conforme se pode observar na Tabela 7, a Sobre pesca, Políticas Desajustadas e a Falta de Orientação Estratégica foram os mais referidos com 36%, 25% e 20% das respostas respetivamente.

Tabela 7: Principais problemas do setor da pesca, percecionados pelos inquiridos (S7: a questão procura identificar, na opinião do respondente, quais os principais problemas do sector da pesca).

Resposta S 7	nº	%
Aquecimento Global	2	1%
Poluição	12	3%
Sobrepesca	135	36%
Alterações Climáticas	5	1%
Políticas desajustadas	93	25%
Qualificação / Formação	18	5%
Exclusão, pobreza, subdesenvolvimento	11	3%
Falta de orientação estratégica	74	20%
Sobredimensionada	10	3%
Não existem problemas	0	0%
Outro	12	3%

O conceito de “pesca sustentável” é, de certa forma, contraditório. A mesma expressão reúne uma palavra - Pesca - uma atividade extrativa, que explora recursos aquáticos vivos (um “bem comum”) e, em simultâneo - sustentabilidade - que nos induz a pensar em defesa, proteção e conservação desses mesmos recursos. Esta relação nem sempre é pacífica. A sustentabilidade da pesca é normalmente compreendida nas suas dimensões: ambiente, económica e capital social (Neves, 2009).

Relativamente à questão que solicita a identificação dos principais problemas da pesca, entre várias opções, é clara a identificação, de falta de orientação estratégica, políticas desajustadas e a sobre pesca como os principais problemas, como se pode observar na Figura 9.

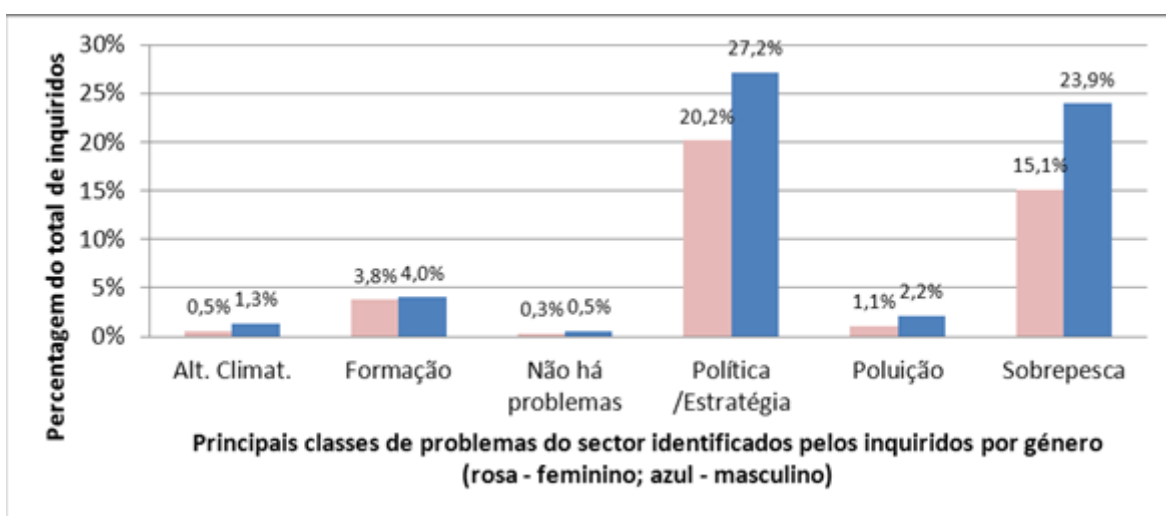


Figura 9: Principais problemas do setor da pesca percecionados.

É facto que a sobre pesca e o conseqüente impacte nos recursos haliêuticos traduz-se em conseqüências ambientais, económicas e sociais e, portanto, na sustentabilidade da atividade. No entanto, as questões relacionadas com a política e as questões de orientação estratégica não se enquadram em qualquer das dimensões consideradas para a garantia da sustentabilidade. Este resultado, conforme se pode ver na Figura 10, torna-se mais evidente

nas respostas dos consumidores, nos investigadores e nos pescadores. Assim, as opiniões dos inquiridos estão de acordo com os factos referidos pelo “O Estado das Pescas e Aquicultura Mundiais 2012” da FAO de que *o setor enfrenta uma série de problemas, incluindo uma má governação, fracos regimes de gestão das pescas, conflitos sobre o uso dos recursos naturais, utilização persistente de práticas de pesca e aquicultura inadequadas. As principais ameaças que comprometem o potencial de segurança alimentar e nutricional da pesca e da aquicultura resultam principalmente da gestão ineficaz, juntamente com má conservação de habitats.*

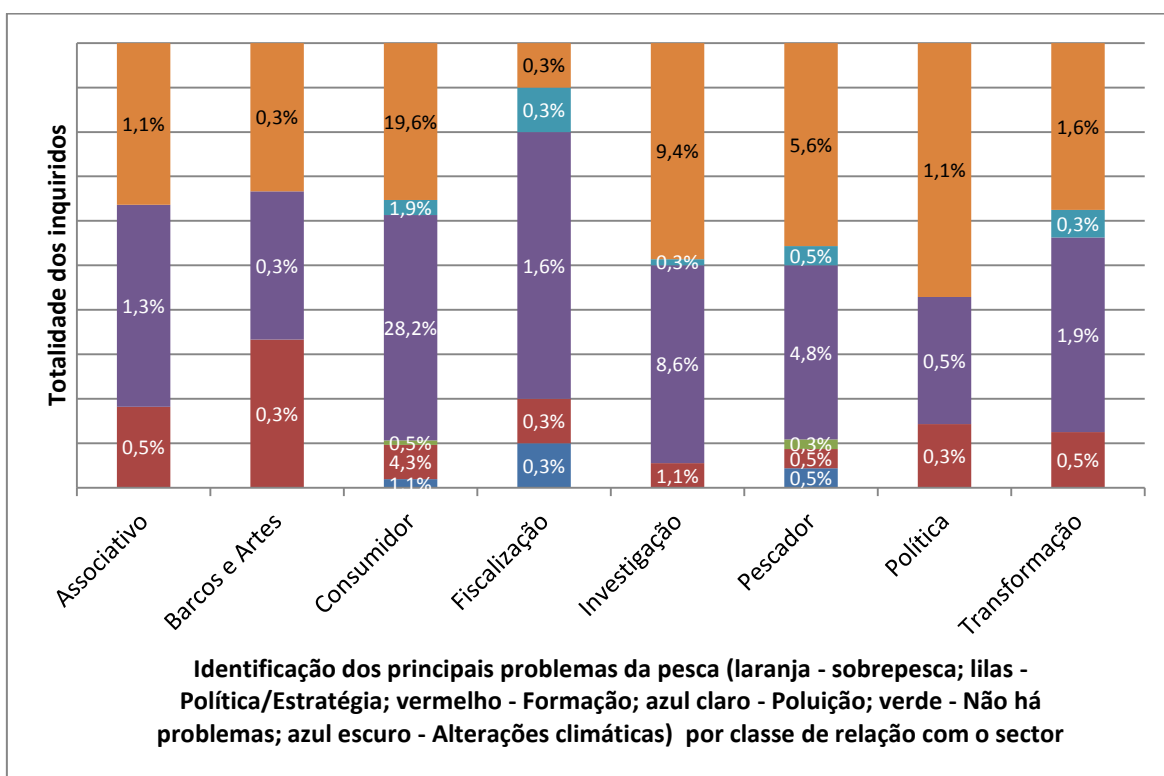


Figura 10: Principais problemas do setor da pesca, percebidos por ator privilegiado.

A prevalência da perspectiva de lucro, quase impulsiva, com um recurso selvagem, leva a um círculo vicioso. Como referido por Moniz (2000), a lógica de um sistema de exploração que funcione na base do lucro e do curto prazo, com ajuda do avanço

tecnológico, mais não faz do que gerar um ciclo infernal caracterizado pela sobre pesca, sobre investimento e desperdício.

Considera-se assim, que uma reflexão mais cuidada das questões políticas, relacionadas com a orientação estratégica e com a governança devem, no que diz respeito à formação de uma consciência coletiva que respeite os recursos haliêuticos e no que diz respeito ao conceito de sustentabilidade, ser tidas em conta.

6.6. Importância dada ao pescado

A pesca é uma atividade económica que tem como objetivo a exploração de recursos vivos aquáticos, e tem desempenhado um papel decisivo nesse sentido. A sobre-exploração de muitas espécies, em particular as de maior valor comercial, tem conduzido à sua rarefação ou desaparecimento levando os pescadores à captura de outras espécies menos interessantes, numa cadeia infindável de destruição que, apoiada em tecnologias auxiliares de captura cada vez mais eficazes, tem vindo a acelerar o ritmo de depleção.

Importa ver quais os impactes da ação dos seres humanos sobre a natureza e os custos dessa ação sobre ambiente e espécies vivas. As atividades das sociedades humanas não são inócuas em termos dos efeitos exercidos e têm custos muitas vezes de efeitos catastróficos.

Tabela 8: Importância dada ao pescado (EA1: a questão procura identificar qual o valor do pescado para o inquirido).

Resposta EA 1	nº	%
Económico	55	15%
Protecção da Biodiversidade	37	10%
Protecção de actividades tradicionais	14	4%
Social	18	5%
Actividade recreativa	14	4%
Reserva genética	2	1%
Essencial ao equilíbrio dos ecossistemas marinhos	90	24%
Segurança alimentar	24	6%
Património da Humanidade	28	8%
Ciência e Investigação	7	2%
Valor Nutricional	76	20%
Outros	7	2%

A questão que se coloca é de como valorizar um recurso tão rico, considerando todas as suas dimensões: Refira-se o valor de uso e o seu valor intrínseco.

Pode ser determinante, promover processos para a alteração de perceção relativamente ao oceano e aos seus recursos, para conseguir atribuir o seu real valor. Só assim poderemos passar a valorizá-los como um verdadeiro recurso natural e considerando o seu valor intrínseco.

Este facto é possível verificar nas respostas à questão EA1 do questionário, que procurava auferir o valor do pescado para o inquirido e de que forma este, se posiciona numa perspetiva da ética ambiental. O valor na proteção da biodiversidade, para o equilíbrio dos ecossistemas marinhos, o valor nutricional e o valor económico foram os valores identificados, como se pode verificar na Tabela 8.

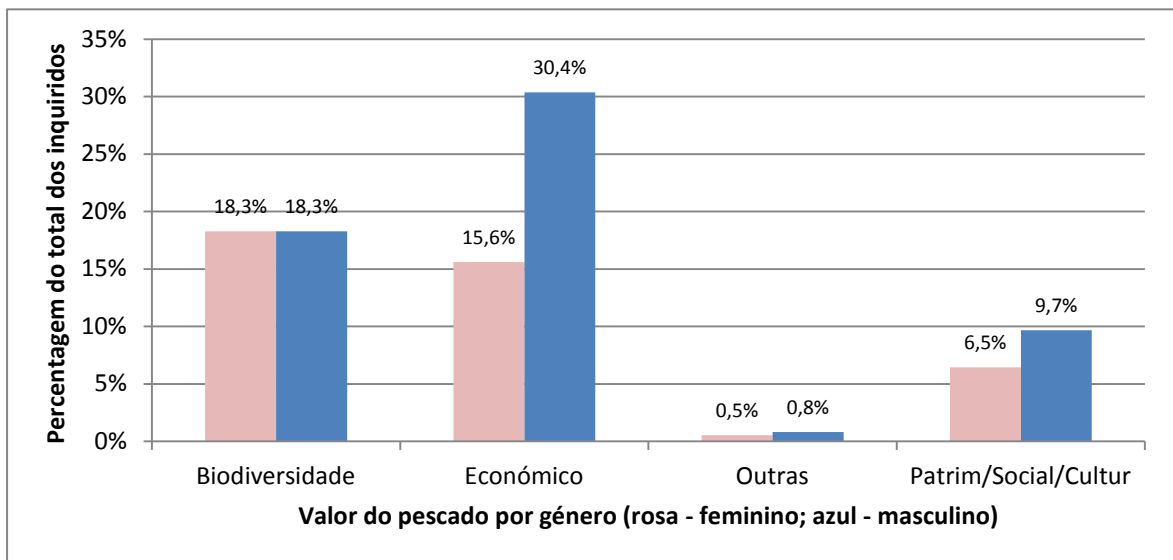


Figura 11: Valor do pescado para o inquirido.

Enquanto as consequências da atividade humana, e em particular da atividade económica, não eram suscetíveis de pôr em causa as regulações que governam a reprodução da biosfera, pode considerar-se a economia e a natureza como dois universos distintos, possuindo cada um a sua lógica e as suas condições de reprodução (Faucheux, 1995). No caso da pesca, deixou de ser assim desde que o desenvolvimento da população, a conseqüente extração e a tecnologia de pesca ameaçam destruir o meio que os suporta. A manutenção dos ecossistemas marinhos já não pode ser pensada independentemente da economia e, esta última, não pode ser encarada sem relação com a integridade dos recursos haliêuticos.

Faucheux (1995) refere ainda que, a tomada de consciência da amplitude das relações mútuas entre a economia, os recursos naturais e o meio ambiente, ou seja, a constituição destas relações como problemas, foi concomitante com o aparecimento de um risco de esgotamento dos recursos naturais e com o agravamento dos danos sofridos pelo ambiente.

Apenas quando ganharmos efetivamente consciência da vulnerabilidade dos oceanos, da sua multidimensionalidade, da irreversibilidade de alguns ecossistemas, da presença de problemas de equidade tanto intra como inter geracional, passaremos a valorizá-lo verdadeiramente.

É também possível verificar que, apesar de se destacarem, como valor do pescado, questões ligadas à biodiversidade e ao equilíbrio dos ecossistemas (uma perspectiva ecossistêmica em destaque), a postura antropocêntrica aparece em evidência nas respostas. Para além do valor económico, a atribuição de um valor instrumental relacionado com as questões culturais, de recreio ou lazer, surge também com algum destaque (Figura 11), reforçando uma perspectiva utilitarista sobre os recursos.

Os oceanos são, neste caso, considerados como “armazém de bens e serviços, com um valor “instrumental” para os seres humanos. Isto significa que os bens e serviços do oceano, em concreto, a atividade da pesca e outras formas de exploração dos recursos haliêuticos, aparecem como valor em função da sua utilização, direta ou indireta, pelos seres humanos. Deste modo, e conforme Faucheux (1995), a abordagem económica convencional dos recursos naturais e do meio ambiente é simultaneamente utilitarista e antropocêntrica.

Quando se trata de atribuir um valor aos bens e serviços ambientais livres, este deve ser medido por meio das preferências individuais. Parte-se do pressuposto que os indivíduos exprimem estas preferências comunicando as avaliações da sua adesão a pagar bens e serviços ambientais num mercado efetivo ou fictício (Faucheux, 1995). O valor de um bem ou serviço ambiental não é, então, senão que uma função do uso efetivo que dele é feito pelo indivíduo.

É um facto que os oceanos e os seus recursos fornecem um conjunto de bens e serviços às sociedades humanas e ao seu sistema económico, destacando-se: a segurança alimentar, matérias-primas, na regulação dos ciclos hidrológicos e do clima, na reciclagem de nutrientes, na bio remediação, no recreio e lazer, na identidade cultural e no seu património imaterial. No entanto, na perspetiva de correntes éticas situadas num espectro mais ecocêntrico, será também importante considerar o seu uso futuro, o valor de não-uso e a importância associada ao valor intrínseco e de herança para as gerações futuras.

Refira-se que, entre as respostas apresentadas que destacam o valor “ambiental”, a perspetiva Ecosistémica surge em destaque em detrimento da perspetiva biocêntrica. Uma clara valorização do todo pela parte.

Entre as respostas apresentadas, na tabela 8, 65% referem-se a formas de utilização pela espécie humana (refira-se: valor económico, proteção de atividades tradicionais, valor social, atividade recreativa, reserva genética, segurança alimentar, património da humanidade, ciência e investigação e valor tradicional), revelando uma perspetiva utilitarista e antropocêntrica.

Até recentemente, a pesca era, como são a maioria dos outros recursos naturais, analisada com as ferramentas da ecologia e da economia. Nessa análise, os critérios de desempenho estão relacionados com a conservação ecológica e de preservação, bem como a maximização instrumental a uma definição restrita de autointeresses, eficiência e crescimento económico. Com estas ferramentas analíticas, muitos dos aspetos éticos da pesca são difíceis de analisar. A análise económica, por exemplo, não enfatiza a importância das noções de ética ambiental, como o estado dos recursos. O mesmo pode ser dito sobre a análise ecológica clássica, abstraindo-se dos fundamentos da relação dos seres humanos com a natureza.

6.7. Valor intrínseco do pescado

Sem ser para a espécie humana, entre as diferentes opções para o valor do pescado, 58% das respostas referem o valor do pescado como recurso natural essencial ao funcionamento do ecossistema marinho.

Tabela 9: Sem ser para a espécie humana, outro valor que poderá ter o pescado para os inquiridos (EA2: questão relativa ao valor do pescado, excluindo o interesse da espécie humana).

Resposta EA 2	n°	%
Qualquer forma de vida tem o mesmo valor.	31	8%
Património do Planeta.	36	10%
Protecção de biodiversidade.	68	18%
Recurso natural essencial ao funcionamento do ecossistema marinho.	214	58%
Valor intrínseco.	16	4%
Não tem outro valor	6	2%
Outros	1	0%

Na EA 2, “Sem ser para a espécie humana, que outro valor poderá ter o pescado”, quisemos retirar quaisquer considerações utilitaristas e antropocêntricas. A maior parte das respostas integra os recursos haliêuticos numa perspetiva holística, considerando-os um valor essencial ao funcionamento dos ecossistemas marinhos, um património do planeta ou, referem ainda, que qualquer forma de vida tem o mesmo valor.

Retirando a humanidade “da equação”, as questões relacionadas com o valor essencial ao funcionamento do ecossistema, a protecção de biodiversidade e qualquer forma de vida tem o mesmo valor aparecem com evidência (com destaque para posturas ecocentricas), como se pode observar na Tabela 9 e Figura 12. A conceção naturalista do mundo tem como resultado, conforme Faucheux (1995) as teses geocêntricas ou

biocêntricas, que se opõem diretamente à economia dos recursos naturais e do meio ambiente, tal como esta é tradicionalmente concebida.

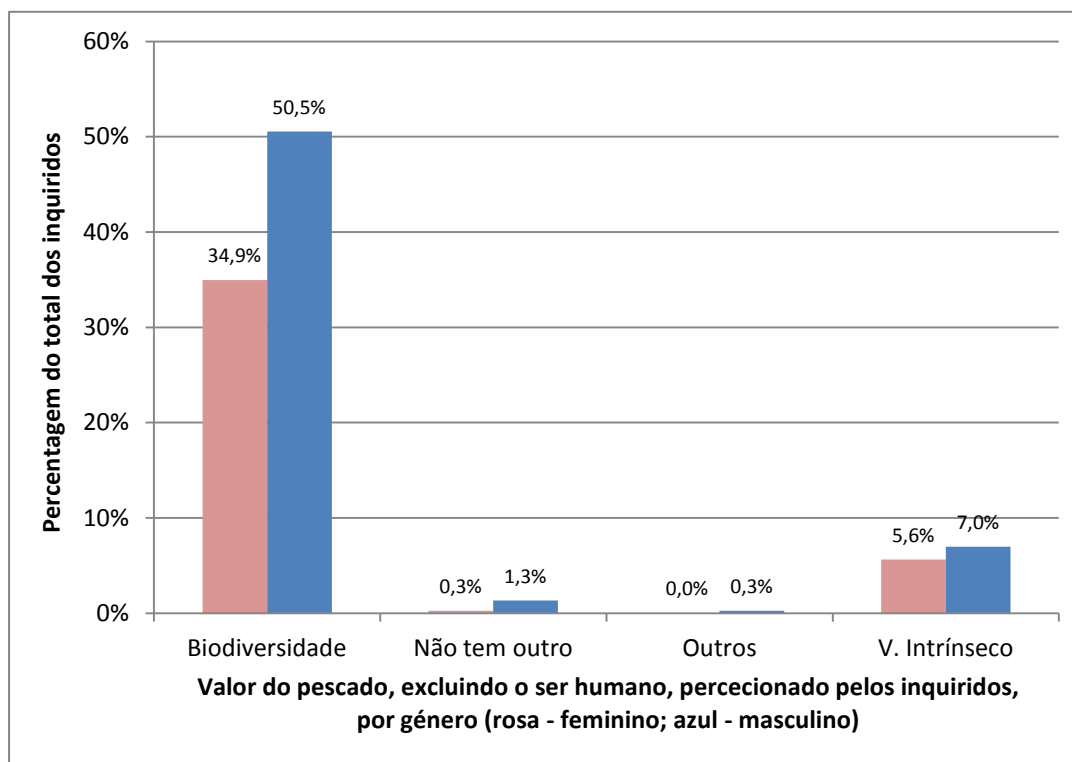


Figura 12: Não considerando os seres humanos, qual o valor do pescado percebido pelos inquiridos.

O valor para o equilíbrio do ecossistema (Tabela 9), aparece como resposta em destaque. O pescado é integrado, num todo, considerado uma parte que determina o funcionamento do ecossistema.

A questão apresentada surge ainda como resposta, referência ao valor intrínseco dos recursos haliêuticos. Um conceito importante em ética ambiental e que Vaz e Delfino (2010) definem como *valor que determinada coisa tem devido à sua própria natureza. As coisas são intrinsecamente valiosas, mesmo na ausência de outros motivos, quando há várias razões para as promover, apreciar ou proteger por causa da sua própria natureza.* As correntes de ética ambiental subjacente a este conceito (valor intrínseco) consideram

que os elementos não humanos na natureza possuem direitos que os seres humanos devem respeitar. As considerações éticas estenderam-se portanto a toda a natureza e são válidas para toda a sucessão dos tempos futuros.

Mesmo não podendo, com rigor, analisar o nível de sensibilidade a estas questões, é-nos possível inferir, pelas respostas apresentadas, evidente consciência ambiental. Apesar de, para isso, ser necessário retirar o impacto e o interesse dos seres humanos sobre os recursos. Há uma questão que deve ser considerada nesta matéria, ao contrário da maior parte dos ecossistemas terrestres, os ecossistemas marinhos são, de certa forma invisíveis, inacessíveis e, portanto, uma razão que ofusca a real percepção do seu valor.

6.8. Perceção sobre a eficácia das medidas implementadas pelo Estado Português e pela União Europeia na preservação dos recursos da pesca

Apesar de em apenas 2 % das repostas haver total concordância, “As medidas implementadas pelo Estado Português e pela União Europeia”, na opinião da maioria dos auscultados (48 %), permitem, de alguma forma, preservar os recursos da pesca. 30 % discorda, duvidando da assertividade das medidas (Tabela 10).

Tabela 10: Perceção da eficácia das medidas implementadas pelo Estado Português e pela União Europeia, relativamente à preservação dos recursos da pesca (EA3: questão relativa à preservação dos recursos da pesca, pela aplicação das medidas implementadas pelo Estado Português e pela União Europeia).

Resposta EA 3	nº	%
Concordo Totalmente	7	2%
Concordo em parte	178	48%
Não Concordo nem Discordo	76	20%
Discordo Totalmente	111	30%

O Livro Verde para a Reforma da Política Comum de Pescas (CE, 2009), documento de diagnóstico prospetivo e prospetivo, que orienta a discussão para a construção da PCP, refere que *a maioria das unidades populacionais está a ser dizimada. 88 % das unidades populacionais comunitárias são pescadas acima dos níveis MSY¹ (...) 30 % destas unidades populacionais estão fora de limites biológicos de segurança, o que significa que a sua reconstituição pode não ter lugar². As pescas europeias dependem hoje de peixes jovens e pequenos que, na sua maior parte, são capturados antes de se poderem reproduzir.*

A este propósito, o Livro Verde refere ainda que *a situação exposta se insere num contexto pautado por um forte apoio financeiro público ao sector das pescas, que contribuiu, designadamente, para a manutenção artificial da sobre capacidade de pesca. A acrescer à ajuda direta do Fundo Europeu das Pescas e aos regimes de auxílio nacionais semelhantes, o sector beneficia de alguns subsídios indiretos. Ao contrário de outros sectores, o sector das pescas tem acesso gratuito aos recursos naturais que explora e não tem de contribuir para as despesas públicas associadas à gestão das suas atividades. Em diversos Estados-Membros, estimou-se que o custo das pescas para os orçamentos públicos excede o valor total das capturas. Por outras palavras, os cidadãos europeus pagam praticamente duas vezes o peixe que comem: primeiro na loja e em seguida através dos impostos.* Carvalho (2001) refere que os subsídios à pesca causam grandes danos nos recursos, exacerbando os problemas decorrentes da atividade, levam à super exploração através de um novo conjunto de incentivos perversos. Muitos defendem agora que os subsídios devem ser gradualmente extintos.

¹ MSY: em Português, “Máximo Rendimento Sustentável”

² Segundo avaliações do Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM) em 2008. Estes números referem-se a unidades populacionais em relação às quais existem informações suficientes para avaliar o seu estado. Nada permite esperar que a situação seja melhor no caso de unidades populacionais para as quais não se dispõe de informações suficientes.

O Livro Verde para a reforma da PCP identifica ainda como grandes obstáculos à sustentabilidade da pesca:

- A falta de objetivos políticos precisos, e, conseqüentemente, de orientações claras para a tomada de decisões e a sua aplicação;
- Um processo de decisão que incentiva as visões a curto prazo.

Em EA 3, quisemos saber qual a sensibilidade dos inquiridos à assertividade das medidas e políticas implementadas pelo Estado Português e pela União Europeia e, se as mesmas permitem preservar os recursos haliêuticos.

Analisando cada um dos documentos referidos na apreciação a esta questão, é possível identificar como prioridade, a garantia da sustentabilidade, no entanto, as intenções das políticas não se têm traduzido em resultados práticos.

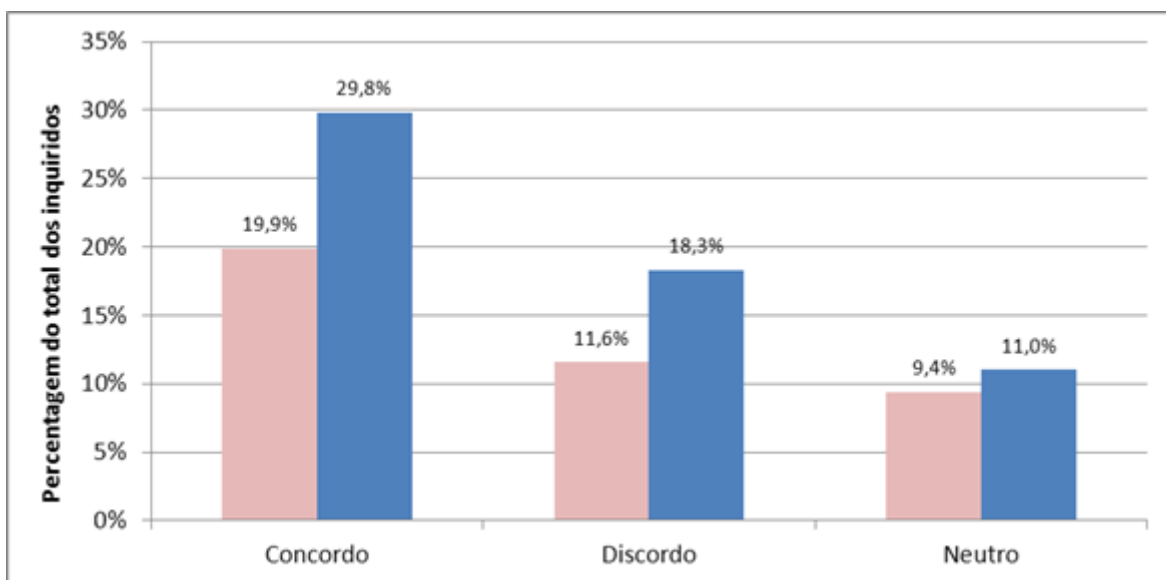


Figura 13: Perceção da eficácia das medidas implementadas pelo Estado português e pela União Europeia relativamente à preservação dos recursos da pesca, em função do género.

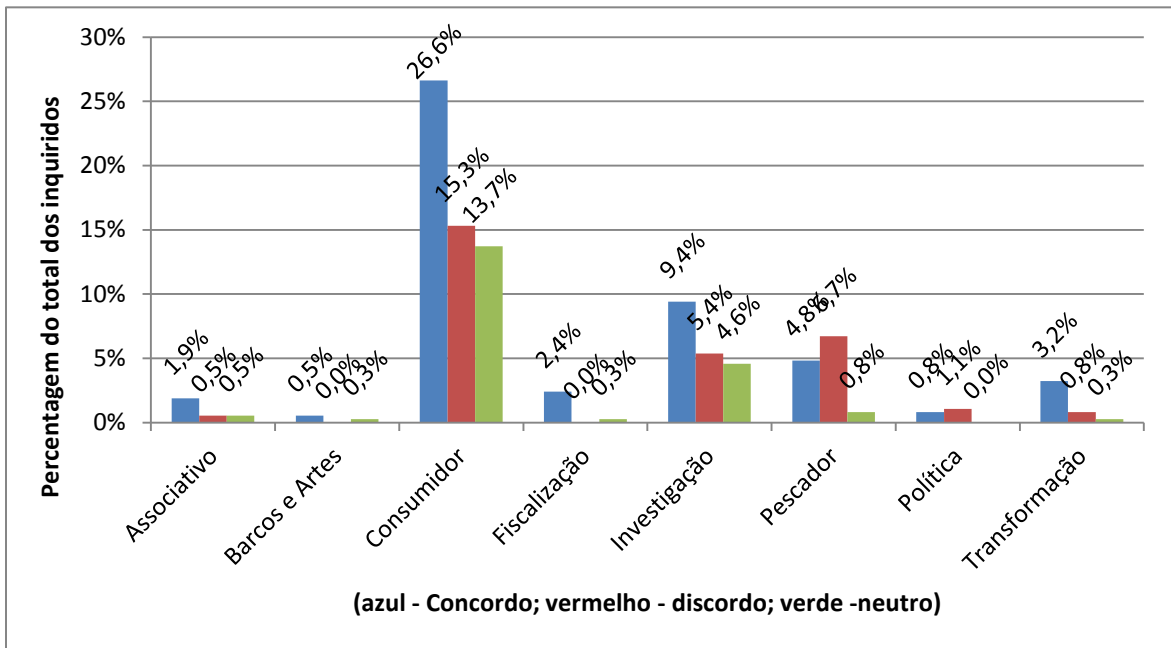


Figura 14: Percepção da eficácia das medidas implementadas pelo Estado português e pela União Europeia relativamente à preservação dos recursos da pesca, em função do ator chave.

Como se pode observar nas Figura 13 e Figura 14, apesar de uma parte substancial dos inquiridos (30%) discordar totalmente da afirmação, revelando descredito ou pragmatismo relativamente às medidas que regulam a pesca, 50% das respostas reúne concordância (48% concorda em parte e 2% concorda totalmente). As respostas à questão em análise revelam algum desajuste perante a realidade. Deve referir-se que, quando solicitados a referir três palavras relacionadas com pesca, na análise de uma questão anterior, questões políticas não foram mencionadas. No caso, a consciência individual, não se traduz numa consciência coletiva. Curiosamente, entre os diferentes atores, pescadores e políticos foram os que discordaram da afirmação.

6.9. O principal problema do Sector da Pesca é ser gerido, sobretudo, por homens.

A maioria dos inquiridos concorda (totalmente ou em parte) que o principal problema da pesca é ser gerido por homens e, apesar de 26% não ter opinião formada, uma parte substancial (30%) discorda totalmente (Tabela 11).

Tabela 11: Reação do inquirido à afirmação (EA 4) "O problema do setor da pesca é ser gerido, sobretudo, por homens".

Resposta EA 4	nº	%
Concordo Totalmente	52	14%
Concordo em parte	111	30%
Não Concordo nem Discordo	98	26%
Discordo Totalmente	111	30%

O Ecofeminismo relaciona a dominação das mulheres e a dominação da natureza, por um conjunto de valores masculinos, dominantes na sociedade. Segundo Oliveira (2012), este sistema de valores apoiado pela ciência e pela tecnologia (consideradas como “formas” masculinas) têm tido um efeito desastroso na relação entre o ser humano e o mundo natural até porque o objetivo desta relação assente na manipulação e no domínio exercido pelo homem.

Segundo Frazão e Morais (2009) a partir do monolítico, para sedentarização definitiva e para o aparecimento de novas “profissões”, que trouxeram consigo também um crescendo na divisão de trabalho, com reflexos, designadamente, nas atribuições masculinas e femininas. O homem ter-se-á especializado na linha da caça e da pesca, a mulher, na linha da recolção, ter-se-á especializado na agricultura, cerâmica e tecelagem.

Não podemos, com certeza, referir que o sector ou a fileira da pesca seja masculinizada. É um facto que existe subsectores onde a presença do homem é mais visível, refira-se, por exemplo, o subsector extrativo. No entanto, noutras áreas verifica-se o contrário. É o caso da indústria transformadora, que ocupa sobretudo mão-de-obra feminina, conforme estudo em *CRC Virtual – Plataforma Colaborativa da rede de centros de recursos em conhecimento do Instituto de Emprego e Formação Profissional*. O mesmo estudo refere que o sector das pescas e aquicultura apresenta uma distribuição do nº de pessoas ao serviço por sexo relativamente equilibrada.

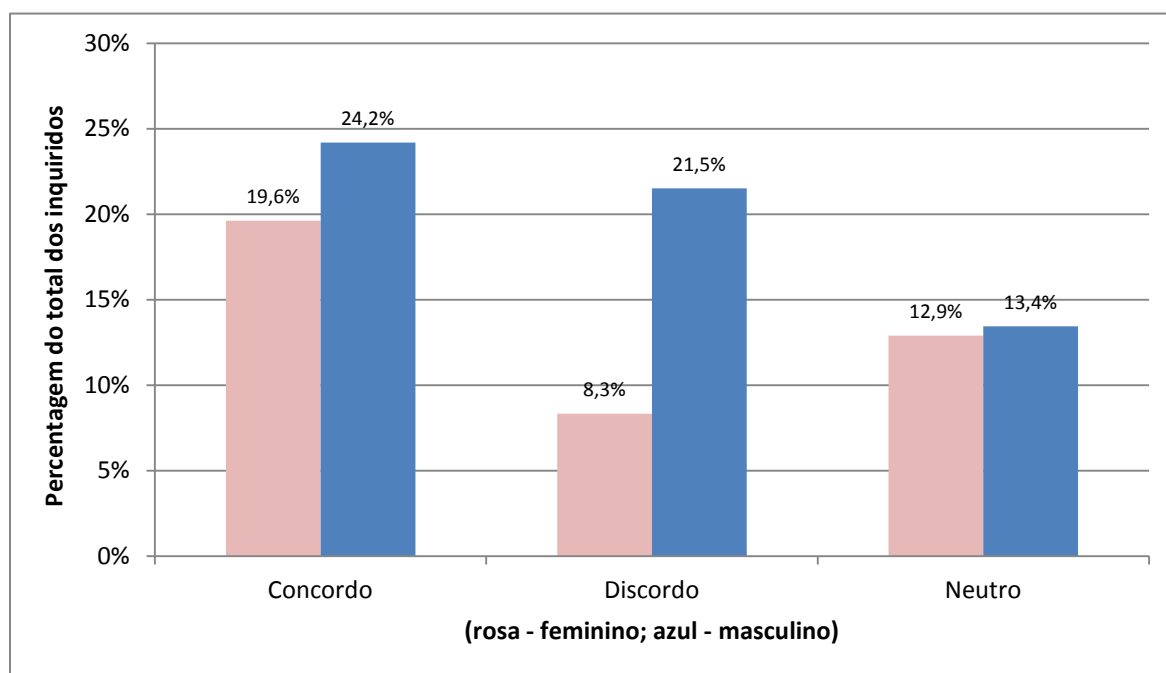


Figura 15: reação do inquirido, por género, à afirmação "O principal problema do setor da pesca é ser gerido, sobretudo, por homens".

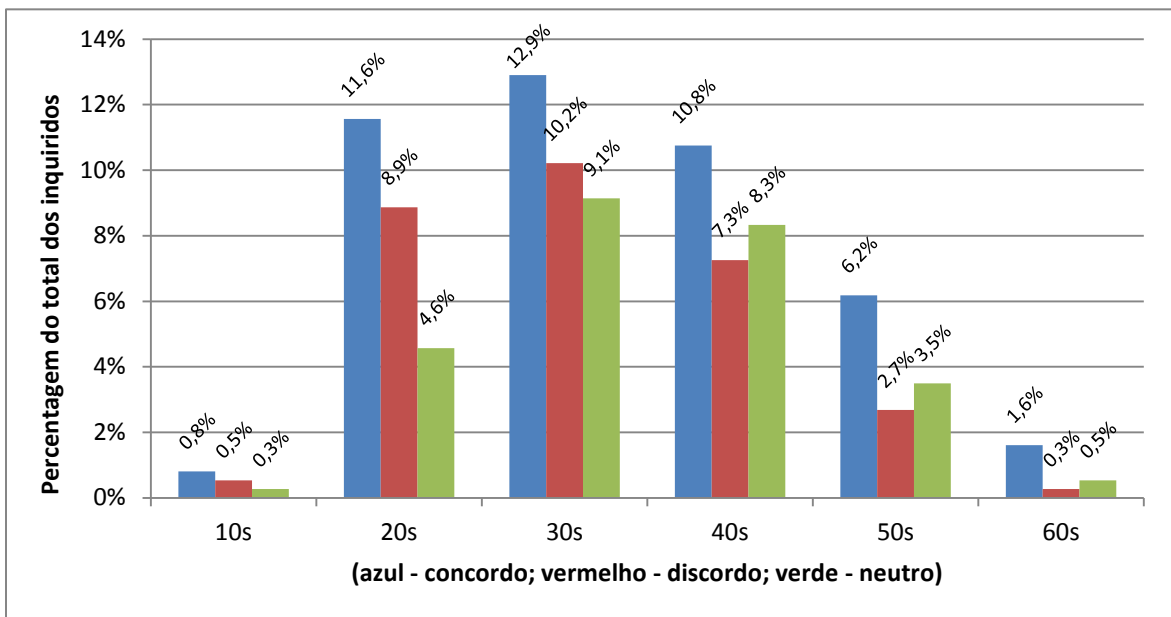


Figura 16: Reação do inquirido, por classe etária, à afirmação "O principal problema do setor da pesca é ser gerido, sobretudo, por homens".

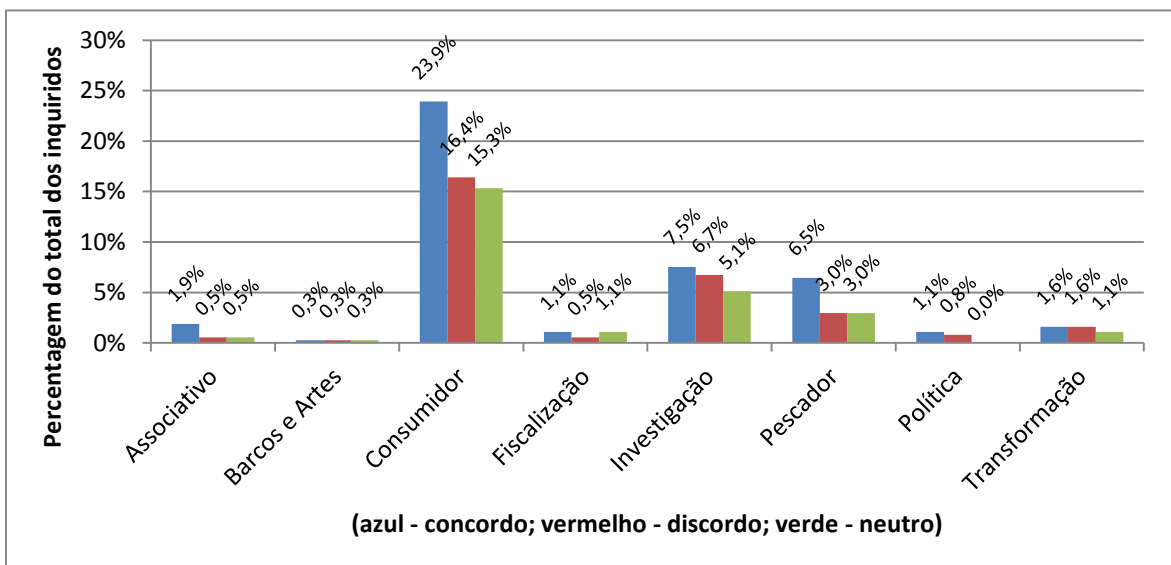


Figura 17: Reação do inquirido, por ator chave, à afirmação "O principal problema do setor da pesca é ser gerido, sobretudo, por homens".

Na Figura 15, para facilitar a interpretação, agruparam-se as respostas que reuniam concordância. Uma parte substancial das respostas ao inquérito, conforme Tabela 11, concorda totalmente (14%) ou em parte (30%) com a responsabilidade do homem nos principais problemas do sector, semelhante postura é possível encontrar nos movimentos

ecofeministas. Em nosso entender, no caso, trata-se de uma evidência do preconceito de que o sector é constituído apenas pelo sector extrativo e, nesse caso, apenas por homens. Apesar de não ser objeto de estudo neste trabalho, regista-se que relativamente ao género, não parecem existir diferenças significativas nas respostas e o mesmo acontece tanto nas diferentes classes etárias (Figura 16) como nos vários atores identificados na fileira (Figura 17). Deve referir-se que, quando solicitados a referir três palavras relacionadas com pesca, questões relacionadas com a participação da mulher foram referidas apenas três vezes em 1116 palavras (por contagem direta).

6.10. As atividades relacionadas com o Sector da Pesca devem estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos.

Excetuando 5 % dos inquiridos, que revelaram não ter opinião formada, 95 % demonstra concordância total ou em parte com a afirmação “As atividades relacionadas com o Sector da Pesca devem estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos”. Refira-se que não houve quem discordasse totalmente (Tabela 12).

Tabela 12: Reação por inquirido à questão (EA 5) "As atividades relacionadas com o setor da pesca devem estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos".

Resposta EA 5	nº	%
Concordo Totalmente	211	57%
Concordo em parte	141	38%
Não Concordo nem Discordo	20	5%
Discordo Totalmente	0	0%

Uma das mais antigas teorias éticas com relevo no âmbito da ética ambiental é a lei natural ou a da tradição teleológica cuja ideia primordial assenta na constatação de que a nossa natureza é um guia para o nosso modo de ação, que há em certas coisas que contribuem para o nosso bem, a nossa felicidade e desenvolvimento enquanto seres humanos e que o certo é aquilo que contribuirá para a prossecução dos nossos fins tal como determinado pela nossa natureza (Vaz e Delfino, 2010). A ética da lei natural procura assim princípios morais fundamentais, a descobrir na nossa natureza, aplicáveis a todos os seres humanos independentemente de leis e convenções impostas por estados ou culturas.

A questão em análise reúne concordância generalizada. É possível concluir que, de uma forma geral, os inquiridos têm presente a necessidade em garantir o equilíbrio, entre as atividades relacionadas com o sector da pesca e os recursos haliêuticos (Figura 18).

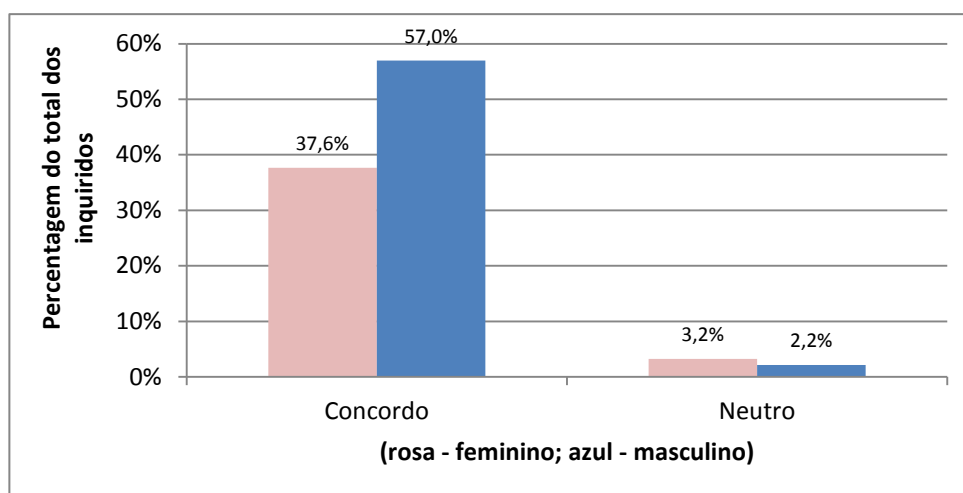


Figura 18: Reação do inquirido, por género, à afirmação "As atividades relacionadas com o setor da pesca deviam estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos".

Relativamente à distribuição de rendimentos na fileira, a atividade da pesca tem uma natureza multidimensional, cria e preserva valor e é integradora de múltiplas atividades a montante e a jusante. Indústria, investigação, restauração ou transformação, são algumas

das atividades que se relacionam com o sector da pesca. Os inquiridos têm consciência do valor a atribuir aos vários sectores que direta ou indiretamente se relacionam com a pesca e à equidade que deve existir na distribuição de rendimentos. No entanto, conforme a CE (2011), os pescadores queixam-se com frequência dos preços na 1ª venda estruturalmente baixos e das condições de venda rigorosas. É verdade que o poder, na relação entre a produção e a comercialização de peixe, pende para o lado dos do mercado. A produção é levada a cabo por um grande número de operadores, ao passo que o comércio se encontra cada vez mais concentrado nas mãos de um pequeno número de agentes. A irregularidade e os baixos rendimentos na primeira venda obrigam o pescador a voltar ao mar, com forte impacte nos ecossistemas. Este facto contraria a perspetiva da valorização dos recursos e da distribuição equitativa dos ganhos.

A valorização e o respeito pela natureza, princípios de justiça e igualdade são conceitos originados da própria natureza social dos humanos revelados pela conjugação da experiência e da razão. Não são propriamente valores escritos, criados pela sociedade ou formulados pelo Estado. Tratando-se de princípios, e não de regras, de carácter universal, eterno e imutável. Apesar de termos verificado um nível de consciência ambiental, esta muitas vezes não se traduz em consequências praticas.

6.11. Preocupação com as gerações futuras, no desempenho da atividade

No desempenho da sua atividade, é unânime a preocupação com a satisfação das gerações futuras, 87% dos inquiridos diz concordar com a afirmação, conforme se observa pela Tabela 13.

Tabela 13: Reação do inquirido à afirmação (EA6) "No desempenho da atividade, preocupo-me com a satisfação das gerações futuras".

Resposta EA 6	nº	%
Concordo Totalmente	323	87%
Concordo em parte	41	11%
Não Concordo nem Discordo	6	2%
Discordo Totalmente	2	1%

A forma como olhamos e utilizamos os recursos haliêuticos e os oceanos devem necessariamente inserir-se no tempo. Esta põe em jogo o bem-estar, tanto dos indivíduos que atualmente existem, como o das gerações futuras. A atitude em matéria de exploração dos recursos e de salvaguarda do meio ambiente adotada pela geração atual influenciará o seu bem-estar mas também a disponibilidade futura. O problema é que se as preferências atuais são conhecidas, o mesmo não se pode dizer relativamente às gerações futuras. É pois delicado estabelecer regras que assegurem de modo equitativo a partilha do bem-estar entre a geração atual e o conjunto das gerações futuras.

A preocupação com as gerações futuras é consensual entre os inquiridos: 87% concorda totalmente e 11% concorda em parte com a afirmação em análise. É possível, no entanto, estarmos mais uma vez perante um desajuste entre a consciência e a prática que faz com que, a consciência dos problemas e a noção da necessidade das práticas, seja insuficiente para alterar comportamentos, alguns deles, profundamente enraizados nos modos de vida da generalidade das pessoas (Figura 19).

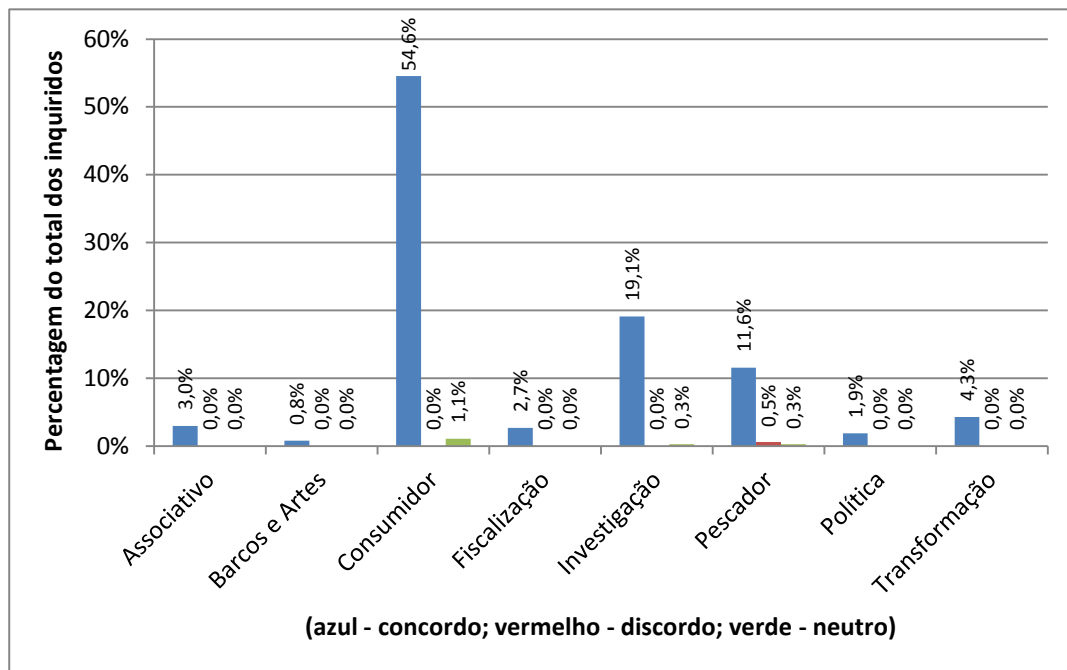


Figura 19: Reação, por ator representativo na fileira, à afirmação "No desempenho da minha atividade profissional preocupo-me com a satisfação das gerações futuras".

Mesmo se cada geração está incumbida do bem-estar dos seus descendentes imediatos, o facto dos nossos descendentes, estarem também eles incumbidos do bem-estar dos seus próprios descendentes imediatos, pode dar lugar a uma cadeia de obrigações intemporais até às gerações mais afastadas (Howarth, 1992). A distribuição dos direitos ativos entre gerações determina se a abonação eficiente dos recursos preserva o bem-estar ao longo das gerações (Howarth e Norgaard, 1992). O argumento ético é que as gerações futuras têm o direito de esperar uma herança suficiente para lhes permitir criar para si próprios um nível de bem-estar equivalente ao da geração atual. Isto, conforme refere Faucheux e Noël (1995), é uma espécie de contrato social inter geracional.

6.12. Estudos, exames, análises e debates teóricos dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca.

Quando confrontados com a afirmação - “Estudos, exames, análises e debates teóricos dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca”, as respostas dividem-se, apesar de 45% dos inquiridos discordar totalmente (Tabela 14).

Tabela 14: Reação do inquirido à afirmação (EA 7) "Estudos, exames, análises e debates teóricos dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca".

Resposta EA 7	nº	%
Concordo Totalmente	32	9%
Concordo em parte	147	40%
Não Concordo nem Discordo	27	7%
Discordo Totalmente	166	45%

Aceitar o pluralismo moral, diminuir a importância dos debates teóricos e considerar que assuntos práticos permitem chegar a consensos políticos mais facilmente, são os três aspetos centrais do conceito de pragmatismo ambiental (Vaz e Delfino, 2010). Em 1996 Light e Katz publicam uma coletânea onde definem um novo conceito no pensamento ético e ambiental, o Ecopragmatismo.

Conforme Vaz e Delfino (2010) a complexidade e a incerteza associados quer aos sistemas naturais, quer aos sistemas sociais, implicam que a filosofia ambiental pragmática seja uma alternativa válida para pensar e justificar as nossas ações no mundo que nos rodeia.

Para além da complexidade, outras características podem ser apontadas ao problema da sobre pesca ou à garantia de sustentabilidade dos ecossistemas marinhos, nomeadamente a incerteza, a imponderabilidade e a imensurabilidade. Estas

particularidades poderão estar na origem de alguma desconfiança generalizada relativamente às questões ambientais da pesca.

É tão incerta a natureza do comportamento do ser humano, como incerta é “a natureza da Natureza”. Os problemas ambientais encontram-se por definição, conforme Dryzek (1997), na interseção de ecossistemas, bastante complexos, com sistemas humanos e sociais, também complexos, esperando-se assim problemas duplamente complexos. Estes são alguns fatores que podem determinar algum pragmatismo. Quanto mais complexo é o problema, maior é o número de perspectivas sobre a sua análise e solução, dando espaço para suspeitas.

As respostas à questão em análise dividem-se, revelam algum pragmatismo relativamente à assertividade do trabalho teórico que é desenvolvido para a área da pesca.

Apesar de muitos dos problemas que afetam a sustentabilidade da pesca serem bem conhecidos e consensuais na comunidade científica, prevalece ainda na sociedade a percepção de que o oceano é demasiado vasto, complexo e resiliente para que as atividades humanas sejam passíveis de causar danos generalizados e irreversíveis.

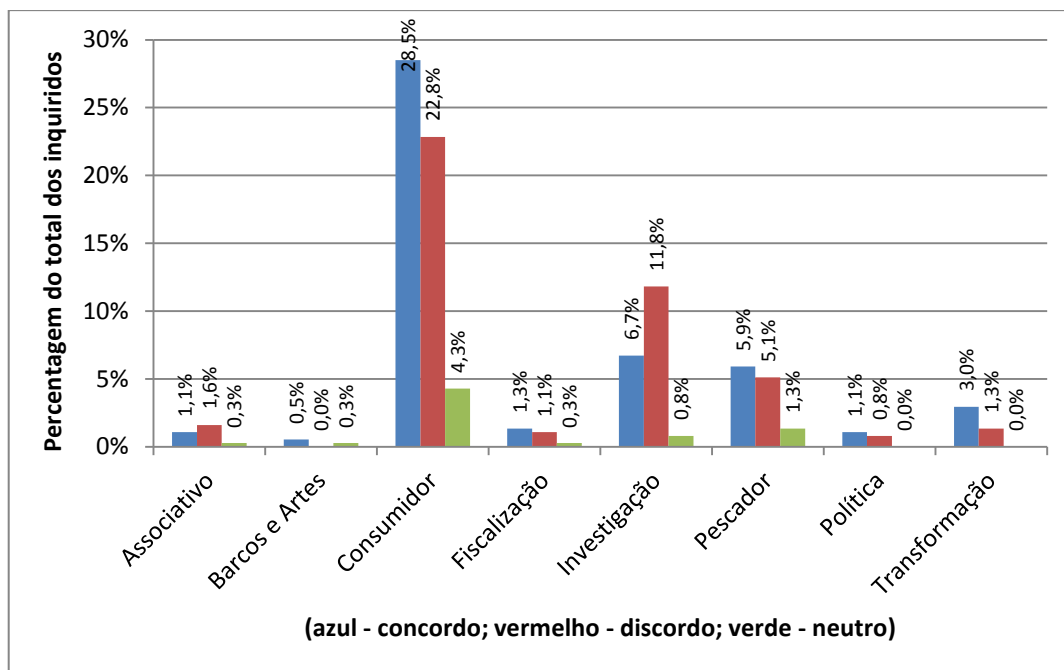


Figura 20: Reação, por ator representativo na fileira, à afirmação " Estudos, exames, análises e debates teóricos, dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca".

Adicionalmente, quando se discutem as principais causas dos problemas, poucas são os protagonistas que assumem a sua responsabilidade nos impactes ambientais, conforme Fernandes *et al.* (2011) é frequente a atitude de desculpabilização do próprio e culpabilização do outro.

Esta situação é possível observar na Figura 20, nas respostas de alguns dos atores, discordando com a afirmação em análise, refira-se o sector associativo e da investigação, onde muitas vezes o primado da teoria se sobrepõe à prática.

6.13. Alteração de alguns comportamentos, no desempenho da atividade, para que o recurso natural da pesca fosse preservado.

Revela consenso o facto de 93% dos inquiridos concordar, totalmente ou em parte, com a possibilidade de alterar comportamentos para que os recursos haliêuticos fossem preservados (Tabela 15).

Tabela 15: Reação, por inquirido, à afirmação (EA 10) "Para que os recursos fossem preservados, disposição para alterar comportamentos.

Resposta EA 8	nº	%
Concordo Totalmente	263	71%
Concordo em parte	80	22%
Não Concordo nem Discordo	24	6%
Discordo Totalmente	5	1%

Conforme já referimos, todos, de alguma forma, temos a responsabilidade de cuidar dos ecossistemas marinhos e dos seus recursos: seja apenas como consumidores ou até enquanto agentes para a sensibilização sobre estas problemáticas.

De uma forma geral a questão “Estaria disposto em alterar alguns comportamentos, no desempenho da atividade, para que os recursos fossem preservados?” reúne consenso, sendo possível por isso concluir que, para que os recursos fossem preservados, existe uma predisposição para a mudança de hábitos.

Esta questão, por razões que se prendem com a natureza humana e com as suas expectativas, é complexa e portanto a explicação sobre as dinâmicas inerentes à forma como se utilizam os recursos nem sempre é evidente. A utilização comum de recursos

comuns envolve uma menor preocupação individual da sustentabilidade desses recursos (Hardin, 1968).

Ainda a este respeito, pensamos ser adequado a referência ao problema do *free rider*. O paradoxo que se coloca é que, todos podem beneficiar dos recursos haliêuticos sem que tenham contribuído necessariamente para a sua existência, para a sua produção ou defesa. Conforme Filipe e Ferreira (2007), individualmente, seguindo instintos individualistas ou de interesse próprio, os indivíduos evitarão os custos de contribuir para eles, podendo obter os seus benefícios, independentemente de suportar, ou não, a sua quota-parte nos custos.

6.14. O sector da pesca deve satisfazer o maior número de pessoas e só tem valor quando associado às atividades humanas.

Apesar de 26% dos auscultados discordar totalmente que “O sector da pesca deve, em primeira análise, satisfazer o maior número de pessoas”, 61% concorda (totalmente (22%) ou em parte (39%)) (Tabela 16).

Tabela 16: Reação, por inquirido, à afirmação (EA9) "O setor da pesca deve, em primeira análise, satisfazer o maior número de pessoas".

Resposta EA 9	nº	%
Concordo Totalmente	80	22%
Concordo em parte	146	39%
Não Concordo nem Discordo	49	13%
Discordo Totalmente	97	26%

Regista-se ainda que, relativamente a uma posição mais antropocêntrica, 53% das respostas revela concordar totalmente ou em parte que “O recurso da pesca só tem valor quando associado às atividades humanas” (Tabela 17).

Tabela 17: Reação, por inquirido, à afirmação (EA 10) "O recurso da pesca só tem valor quando associado às atividades humanas".

Resposta EA 10	n^o	%
Concordo Totalmente	60	16%
Concordo em parte	138	37%
Não Concordo nem Discordo	36	10%
Discordo Totalmente	138	37%

O utilitarismo é uma corrente antropocêntrica que defende que a grandeza para medir o bem-estar é a utilidade, a qual pode ser devidamente expressa por meio das preferências individuais. Atribui valores aos bens e serviços ecossistémicos vinculados à utilidade derivada direta ou indiretamente, do seu uso atual e potencial.

Avaliar aspetos ligados a esta corrente ética, nos inquiridos foi o objetivo das questões EA 9 e EA 10. No que diz respeito à afirmação: “O sector da pesca deve, em última análise, satisfazer o maior número de pessoas”, verifica-se que, apesar de 26% dos inquiridos não concordar, 61% das respostas reúne concordância. É por isso possível concluir que, para uma parte substancial da nossa amostra, o que deve determinar a atividade da pesca é a consequência em satisfazer o maior número de pessoas. Esta postura vai ao encontro das três características diferenciadoras do utilitarismo: caracter hedonista, a busca do prazer como determinante das nossas ações; consequencialista, mais importante que as ações são as consequências e o holismo, mais importante que o bem-estar do indivíduo é o bem-estar do todo.

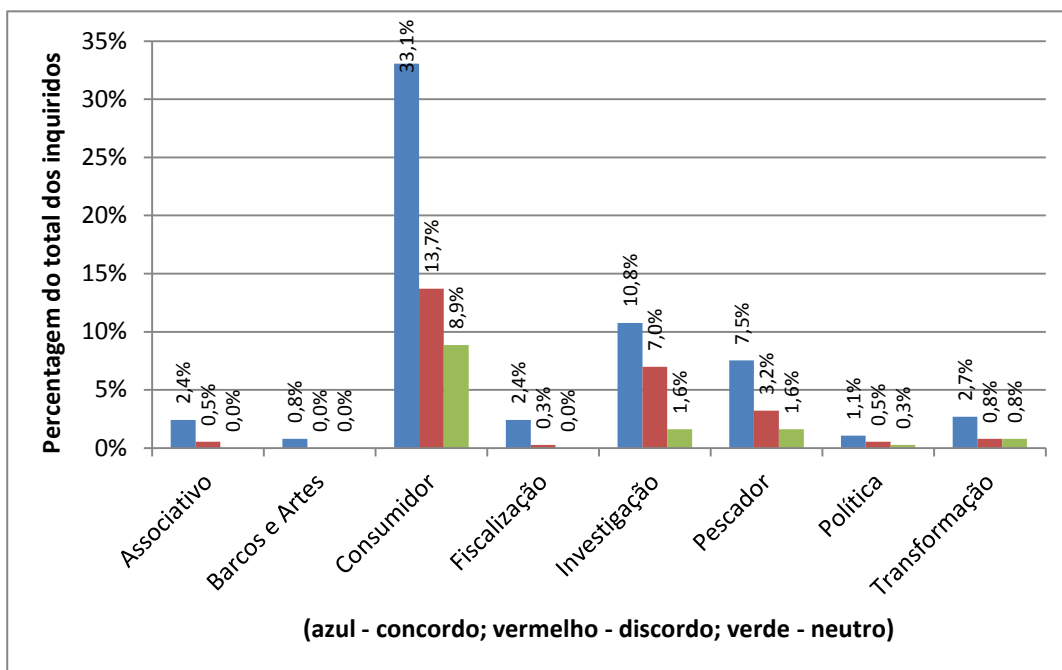


Figura 21: Reação, por ator chave, à afirmação "O setor da pesca deve, em primeira análise, satisfazer o maior número de pessoas".

“O recurso da pesca só tem valor quando associado às atividades humanas” é uma expressão que reúne concordância em 53% dos inquiridos (16% concorda totalmente, 37% concorda em parte). Pretendia-se avaliar a perspectiva mais antropocêntrica.

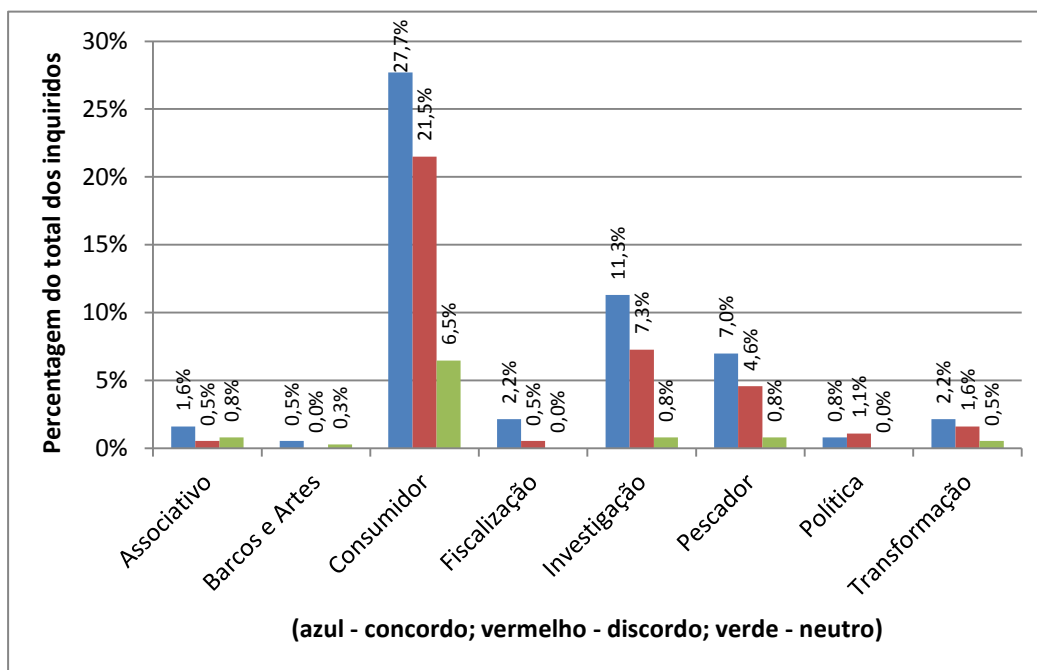


Figura 22: Reação, por ator chave, à afirmação "O recurso da pesca só tem valor quando associado a atividades humanas".

É possível confirmar um comportamento semelhante nos dois gráficos, relativo a cada um dos atores identificados na fileira da pesca (Figura 21 e Figura 22). Ao refletir na reação às duas anteriores afirmações, é possível considerar que existe uma escala de valores com o ser humano no centro do esquema conceptual. Atos ou estratégias são vistos como “bons” se favorecerem o ser humano.

Segundo Moniz *et al.*, (2000) existe algo de paradoxal neste comportamento, embora sendo ele esperado e conhecido, uma vez que, se numa primeira fase, o nível muito elevado do esforço que conduza a grandes capturas gera níveis de rendimento elevado e crescente, numa segunda fase, por depleção, gera rendimentos marginalmente decrescentes. Isto é, níveis cada vez maiores de esforço produzem resultados adicionais cada vez mais pequenos ou mesmo negativos a partir de certo momento. Os pescadores aplicam esforços cada vez maiores com rendimentos cada vez menores. Ao atual nível de exploração a pesca pode ser vítima do seu próprio sucesso.

6.15. O estado dos oceanos é alarmante, são urgentes medidas restritivas, e severas para preservar a Pesca

Provando-se risco ou colapso nos recursos haliêuticos, é unânime a opinião dos respondentes de que deveriam ser aplicadas medidas severas e urgentes. Conforme se pode observar na tabela, 18, 58% das respostas revela concordância total e 36% concorda em parte com a expressão em análise (Tabela 18).

Tabela 18: Reação, por inquirido, à afirmação (EA 11) "O estado dos recursos vivos dos oceanos é alarmante, está em causa o futuro da pesca. Medidas restritivas, severas, são urgentes".

Resposta EA 11	nº	%
Concordo Totalmente	214	58%
Concordo em parte	134	36%
Não Concordo nem Discordo	12	3%
Discordo Totalmente	12	3%

O progresso não deve apenas ser constatado, deve, acima de tudo, ser compreendido e, atualmente, estamos confrontados com novos problemas que há apenas meio século eram desconhecidos para os seres humanos. O que é hoje conhecido como desenvolvimento tem provocado efeitos colaterais enormes que devem ser tidos em conta.

A expressão em análise, reúne concordância em 94% das respostas (58% concorda totalmente e 36% concorda em parte). Estando em causa o futuro da pesca, a sustentabilidade dos recursos haliêuticos e dos ecossistemas marinhos, o desenvolvimento e progresso do sector deverão dirigir-se no sentido de manter o equilíbrio, mesmo que para isso, reforçando uma perspetiva de pragmatismo ambiental, sejam necessárias medidas restritivas e severas.

Com efeito, o oceano e os recursos da pesca confrontam-se hoje com um conjunto de problemas que levam a que o desequilíbrio com a natureza se manifeste de forma intensa. Conforme Filipe e Ferreira (2007) a possibilidade de não se conseguir recuperar ecossistemas em rutura, requer que se tome consciência acrescida destes sinais de instabilidade global provocada pelos seres humanos e, por isso, é necessário adotar

medidas consistentes permitindo reverter este processos. No entanto, pode tornar-se irreversível em muitas situações, se é que em muitos casos o ponto crítico não foi já ultrapassado. Esta percepção existe e é revelada na questão em análise.

6.16. As atividades relacionadas com o Sector da Pesca deveriam ser ajustadas e valorizadas de forma a preservar o Ecossistema Marinho.

A afirmação EA 12 revela consenso generalizado. Sabendo que os seres humanos, na sua condição de seres vivos, têm utilizado os sistemas naturais ao longo de toda a sua evolução para satisfazer as suas necessidades, é evidente que a sua ação, ela própria, tem efeitos diretos e importantes sobre os ecossistemas. Há alguns milénios, com a aquisição da capacidade de modificar (e não só já a de usar) o meio que o rodeia para melhorar a sua condição de vida, o ser humano passou a poder exercer efeitos significativos com alterações profundas do próprio meio.

Tabela 19: Reação, por inquirido, à afirmação (EA 12) "As atividades relacionadas com o setor da pesca deveriam ser ajustadas e valorizadas de forma a que o recurso fosse preservado e o ecossistema marinho e estivesse de boa saúde e em equilíbrio".

Resposta EA 12	nº	%
Concordo Totalmente	342	92%
Concordo em parte	25	7%
Não Concordo nem Discordo	4	1%
Discordo Totalmente	1	0%

Para que se consiga uma mudança de rumo, haverá que inverter os interesses do curto prazo para longo prazo haverá que passar da sobre exploração dos recursos para uma

exploração sustentável, permitindo que os recursos renováveis possam de facto renovar-se (Filipe e Ferreira 2007).

Conforme o mesmo autor, as alterações necessárias, como solução de recurso, deverão permitir que haja um mais racional consumo de recursos, uma melhor qualidade ambiental, uma melhor qualidade de vida das sociedades humanas e um melhor equilíbrio ecológico, consentâneo com as milenares e inconscientes vocações de sã convivência com a natureza, a fim de que se possa encontrar uma solução duradoura para os equilíbrios da vida no planeta Terra. De facto, pode ser determinante contrariar reações de impulso, imediatistas e pouco ponderadas, e racionalizar os processos de decisão na fileira da pesca. Refira-se: na atividade extrativa, na investigação, na política ou no consumo.

Esta é também a opinião revelada nas respostas à questão EA 12, onde se procurou auscultar evidências, dentro da ética ambiental, relacionadas com a ética da virtude do ambiente.

Esta foi a afirmação que reuniu maior concordância, revelando preocupação, relativamente ao equilíbrio entre a atividade da pesca e a necessidade de preservar o Ecossistema Marinho (Tabela 19). Esta reação denota, por parte do inquirido e de forma transversal, consciência ambiental.

6.17. O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar.

Conforme se pode observar na Tabela 20, mesmo não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, 46% dos inquiridos não concorda com a perspectiva de acabar com a pesca, apenas 10% é dessa opinião. Concorda em parte com essa medida 34% dos inquiridos.

Tabela 20: Reação; pelo inquirido, à afirmação (EA 13) "O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar".

Resposta EA 13	nº	%
Concordo Totalmente	36	10%
Concordo em parte	125	34%
Não Concordo nem Discordo	41	11%
Discordo Totalmente	170	46%

O planeta, em si mesmo, deve ser considerado como um ecossistema global, no qual se relacionam vários fatores ecológicos, qualquer efeito sobre o equilíbrio global, ou sobre qualquer das suas componentes, tem necessariamente implicações importantes sobre todo o conjunto do sistema (Stern, 2009).

Numa grande parte do nosso planeta, poucas são as evidências de ecossistemas virgens, não afetados pela ação dos seres humanos. Os ecossistemas, em muitos casos deixam de conseguir autorregenerar-se e os efeitos da destruição são aniquiladores. Podemos encontrar, de uma forma generalizada os fortes efeitos da poluição ou da sobre pesca, por exemplo, e do resultante colapso de espécies e habitats assim como a destruição dos equilíbrios ecológicos quer a nível regional quer a nível global.

No que diz respeito aos recursos marinhos e à atividade da pesca, a reflexão na área da ética ambiental coloca necessariamente em questão os nossos quadros de referência, em que tanto os ecossistemas marinhos no seu conjunto (como realidade holística), como os seus recursos, são pensados como entidades com valor meramente instrumental, para uso exclusivo dos seres humanos, destituídos de valor intrínseco e, portanto, sem dignidade ou estatuto moral, passíveis, por esta razão de serem explorados sem limites de qualquer

ordem, em função e em nome dos interesses humanos, independentemente da relevância efetiva desses interesses.

Na afirmação EA 13, pretendia-se saber qual a reação dos inquiridos perante um cenário limite. Até que ponto, as questões com as quais nos confronta a ética ambiental, nos forçam a repensar a exploração dos Oceanos no seu todo, na tentativa irrevogável de construirmos, como defendia Aldo Leopold (pioneiro da ética ambiental), uma Ética da Terra que permita aos seres humanos e não-humanos, coabitar de forma sustentável o planeta Terra, a quem James Lovelock, na sua obra, atribuiu a designação simbólica de deusa grega *Gaia* (Vaz & Delfino, 2010).

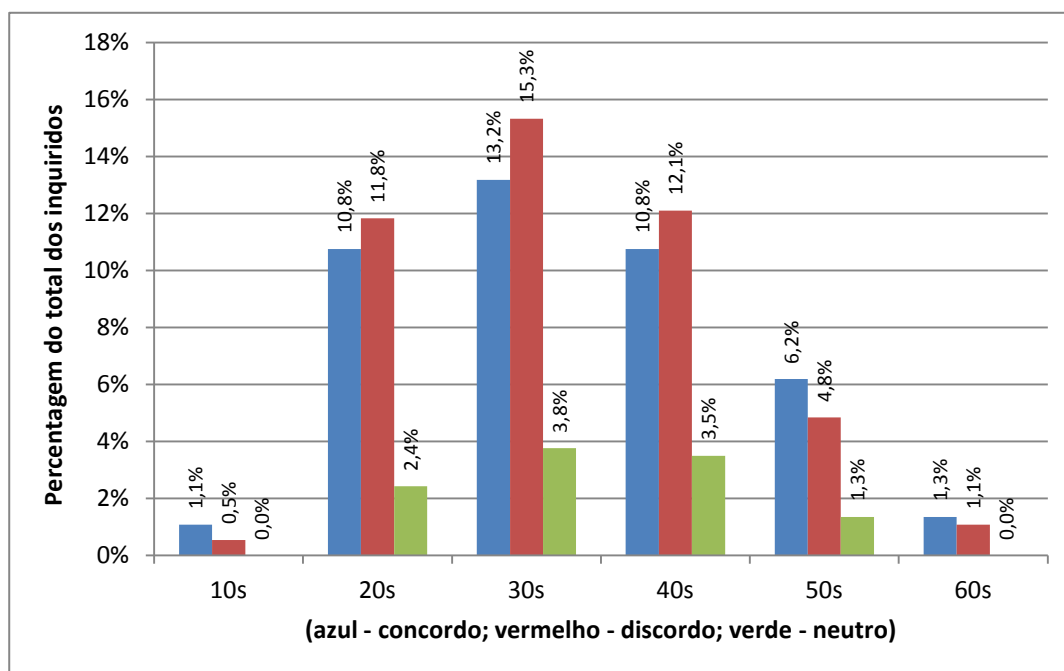


Figura 23: Reação, por classe etária, à afirmação "O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar".

Apesar de não ser expressivo, é evidente a alteração no comportamento das respostas nas classes etárias até aos 20 e a partir dos 50 (Figura 23). Embora não termos

conhecimento de qualquer estudo sobre esta matéria, este aspeto revela algum pragmatismo ambiental nas classes etárias referidas.

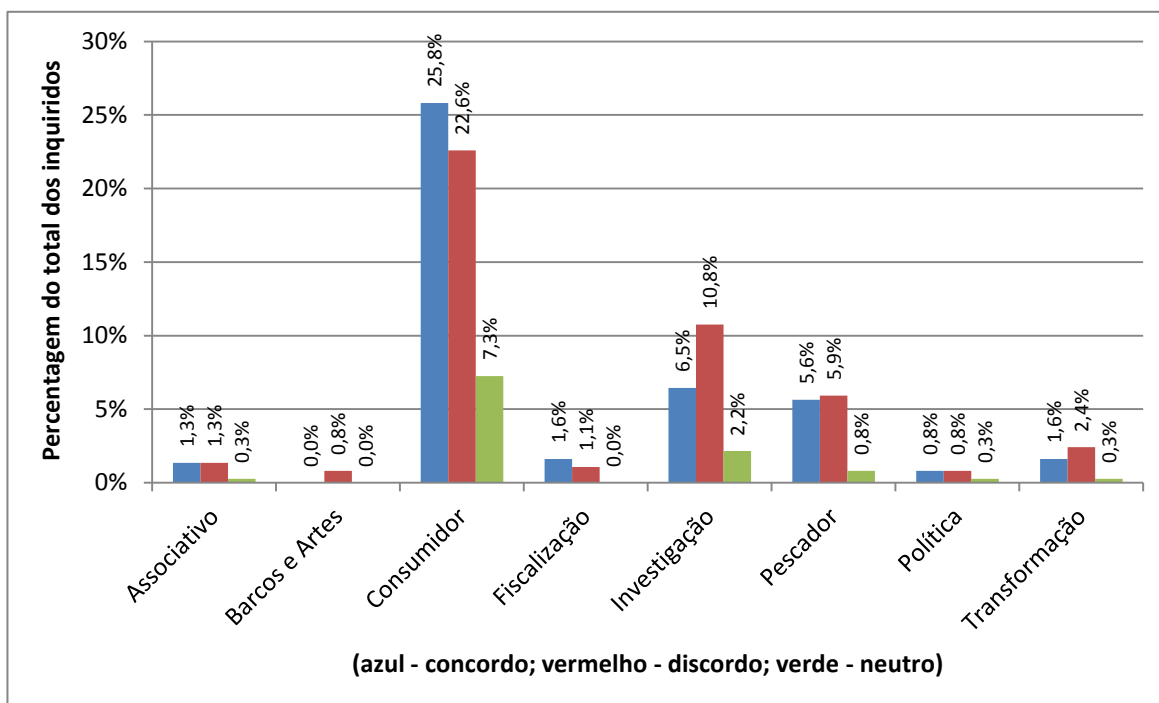


Figura 24: Reação, por ator representativo na fileira, à afirmação "O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar".

Mais evidente uma posição de concordância no ator “consumidor”, confirmando alguma predisposição para a alteração de hábitos. É manifesta também uma posição de discordância no ator “investigador”, revelando um certo otimismo na ciência e na possibilidade de resolução do problema em função da ciência (ver Figura 24). Esta postura, se generalizada, deixa o campo livre à exploração dos recursos naturais e do meio ambiente.

Conforme se observa na Tabela 20, a maior parte dos inquiridos (46%) é da opinião que, mesmo não estando garantidas as condições de sustentabilidade, a pesca não deve acabar. A corrente de ética ambiental, mais frequentemente caracterizada pelo termo Ecologia Profunda, articula-se principalmente em torno de considerações éticas aplicadas à

natureza no seu todo, e não apenas aos seres humanos, e orienta-se geralmente para posições conservacionistas extremamente rígidas. É uma corrente não antropocêntrica, mais precisamente ecocêntrica e holística, que nos faz aproximá-la de todos aqueles que insistem no primado da natureza sobre o Homem.

Esta perspectiva, radical numa escala de valores atribuídos à natureza defende a preservação da natureza por si mesma e não para satisfazer o bem-estar das gerações presentes ou futuras. Segundo os defensores da Ecologia Profunda, a natureza tem um valor intrínseco separado de qualquer uso, mesmo futuro. Devall e Sessions (1985) vão mais longe na sua afirmação do valor intrínseco, visto que postulam a igualdade dos valores intrínsecos, aquilo a que chamam a “igualdade biocêntrica”: todas as coisas presentes na biosfera têm igual direito a viver e a expandir-se, e a alcançar as suas formas individuais de desenvolvimento e de realização, graças à tomada de consciência de que, a uma vasta escala, todos os organismos e entidades da ecosfera, enquanto partes interligadas de um todo, são iguais em valor intrínseco.

Pelas respostas apresentadas, não é evidente, mesmo em cenários limite, a busca de equidade com os recursos da pesca ou de considerações não utilitaristas e não antropocêntricas. É possível observar que quanto maior for a clarificação sobre as possíveis respostas ao problema, e quanto mais “drásticas”, menor também é o nível de comprometimento dos inquiridos. Referimo-nos ao comportamento das respostas às afirmações EA 5, EA 11 EA 12 e EA13³.

³ EA5: "As atividades relacionadas com o setor da pesca devem estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos"- 95% Concordância; EA11: "O estado dos recursos vivos dos oceanos é alarmante, está em causa o futuro da pesca. Medidas restritivas, severas, são urgentes" – 94% concordância; EA12: "As atividades relacionadas com o setor da pesca deveriam ser ajustadas e valorizadas de forma a que o recurso fosse preservado e o ecossistema marinho e estivesse de boa saúde e em equilíbrio" – 99% concordância e EA13: "O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar" – 44% concordância.

6.18. **Beneficiando a qualidade / sustentabilidade, estaria disposto a consumir menos e a pagar mais pelo pescado**

Apesar de 12% das respostas revelar total discordância com a afirmação “Beneficiando a qualidade / sustentabilidade, estaria disposto a consumir menos e a pagar mais pelo pescado”, 33% concorda totalmente (Tabela 21).

Tabela 21: Reação, do inquirido, à afirmação (EA 14) "Beneficiando a qualidade/sustentabilidade, estaria disposto a consumir menos e a pagar mais pelo pescado".

Resposta EA 14	nº	%
Concordo Totalmente	121	33%
Concordo em parte	181	49%
Não Concordo nem Discordo	24	6%
Discordo Totalmente	46	12%

À semelhança da afirmação EA 8, na afirmação EA 14 pretendia-se avaliar a predisposição para a mudança nos hábitos de consumo, beneficiando a sustentabilidade dos ecossistemas. É possível, pelas respostas apresentadas, confirmar a sensibilidade para o estado dos recursos, denunciando predisposição para a alteração de hábitos de consumo. Em 82% dos inquiridos a afirmação reúne concordância, 33% concorda totalmente e 49% concorda em parte. Relacionando a orientação das respostas às afirmações EA 6 (preocupação com as gerações futuras no desempenho da atividade profissional – 98% concordância), EA 8 (para garantir a sustentabilidade, disposição para alterar comportamentos na atividade profissional – 93% concordância) e EA 14 (beneficiando a sustentabilidade, disposição para consumir menos e pagar mais – 82% concordância), é

possível verificar que, quanto maior for o nível de cumplicidade nos comportamentos a alterar, menor é a capacidade de estabelecer compromissos.

6.19. Conhecimento dos Códigos de Conduta para a Pesca

O Código de Conduta para a Pesca Responsável e Sustentável da FAO é o documento que, apesar de forma subliminar, melhor expressa a aplicação de conceitos éticos à atividade da pesca. Cerca de metade (49%) dos inquiridos revela conhecer o referido Código (Tabela 22).

Tabela 22: Respostas, do inquirido, à questão (S8) "Conhece os códigos de conduta para a pesca".

Resposta S 8	nº	%
sim	183	49%
não	189	51%

O trabalho político mais avançado, completo e de referência para a pesca mundial é o Código de Conduta para a Pesca Responsável, adotado em 1995 pela Conferência da FAO que, embora tenha sido elaborado principalmente a partir de perspetivas tecnológicas, sociais, económicas e políticas, contém um número reduzido, mas mesmo assim fundamental, de considerações éticas. Hoje, as questões éticas relacionadas com o bem-estar das pessoas e dos ecossistemas são fundamentais para o debate sobre o futuro que queremos para os recursos e para os pescadores.

Uma abordagem holística e ética no sector da pesca, com especial atenção para o subsector extrativo, pode ser determinante para os ecossistemas marinhos e para as condições de vida da comunidade da pesca.

É determinante fazer avançar o discurso, baseado no conhecimento, que ligue a ética ambiental ao sector primário, nomeadamente na fileira pesca, para garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos vivos e da segurança alimentar nas gerações atuais e futuras. A atividade da pesca e as suas políticas afetam profundamente as condições de vida das pessoas em muitas partes do mundo. Apesar do reconhecimento, que os recursos naturais comuns podem ser esgotados, estes eram até há pouco, tratados como se fossem inesgotáveis, com pouca atenção para as consequências ambientais, económicas e sociais. Este facto é suportado pelo nível de desconhecimento do documento em análise, como se observa nas respostas a S 8.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje coloca-se com particular veemência a questão de se estar a entrar numa fase crítica onde os ecossistemas marinhos já encontram alguma dificuldade em autorregenerar-se. Estamos numa época em que algumas espécies passam a ver radicalmente encurtada a sua esperança de sobrevivência. Aos seres humanos cabe a responsabilidade no processo e deverão ser eles a tomar o mais rapidamente as medidas necessárias a atenuar esta tendência que assume hoje níveis preocupantes.

Pelo estudo, é possível constatar a falta de uma perspectiva holística e intersectorial dos inquiridos sobre o sector da pesca. Este facto pode, de certa forma, desresponsabilizar alguns dos protagonistas e influenciar interpretações, discursos, projetos ou políticas. O sucesso de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a pesca dependerá da estrutura organizacional e funcional e não apenas de orientações sectoriais, as quais, só por si, não asseguram a sustentabilidade da própria decisão. É possível observar, pelos resultados obtidos, que quanto maior for a clarificação sobre as possíveis respostas ao problema ambiental da pesca e quanto mais “drásticas” forem essas soluções, menor é o nível de comprometimento dos inquiridos.

A consciência da influência do consumidor na sustentabilidade dos recursos, pela prática de um consumo sustentável, não é revelada no estudo. Há uma natural propensão ao consumo mais frequente de algumas espécies evidenciando, pela demanda em satisfazer o mercado, uma maior pressão sobre determinados *stocks*.

O nível elevado do esforço de pesca que conduza a grandes capturas gera níveis de rendimento elevado e crescente e, mais tarde, por sobre pesca, gera rendimentos marginalmente decrescentes. Níveis cada vez maiores de esforço produzem resultados adicionais cada vez mais pequenos ou mesmo negativos a partir de certo momento. O estudo revela que a perceção da tecnologia envolvida na atividade da pesca, pode nem sempre ter a profundidade necessária para criação de uma consciência ambiental crítica.

Relativamente aos recursos ambientais, um comportamento eticamente responsável, contempla, na tomada de decisões, a melhor utilização do conhecimento disponível e uma perceção de incertezas e do risco. Estas são questões transversais que se aplicam ao bem-estar humano e ao ecossistema. Temas relacionados com a governança ou a política e as questões de orientação estratégica não se enquadram em qualquer das dimensões consideradas para a garantia da sustentabilidade. Considera-se que uma reflexão mais cuidada sobre estas matérias devem, no que diz respeito à formação de uma consciência coletiva que respeite os recursos haliêuticos e, no que diz respeito ao conceito de sustentabilidade, ser tidas em conta.

Os oceanos são, assim, considerados como uma reserva de bens e serviços, com um valor sobretudo “instrumental” para os seres humanos. Isto significa que os bens e serviços do oceano, em concreto, a atividade da pesca e outras formas de exploração dos recursos haliêuticos, aparecem como valor, em função da sua utilização, direta ou indireta. É por isso, que a abordagem económica convencional dos recursos naturais e dos ecossistemas marinhos é, simultaneamente, utilitarista e antropocêntrica.

Para valorizar a importância dos recursos haliêuticos concorre não apenas a descoberta do seu valor intrínseco para o funcionamento equilibrado do planeta, mas também a sua utilização pelas futuras gerações. É importante, para a fileira da pesca adquirir consciência das questões fundamentais que se colocam atualmente à humanidade no âmbito da ética ambiental e procurar, de forma sistemática e plural, respostas construtivas para os problemas ambientais nos quais se decide o futuro das gerações futuras, sejam elas humanas ou não - humanas.

Para a tomada de consciência de valores mais profundos, como o valor intrínseco ou a preocupação com gerações futuras, foi necessário retirar “da equação” o interesse dos

seres humanos sobre os recursos, refira-se que, no caso, valores ecocêntricos surgem em destaque em relação a valores biocêntricos. O todo é valorizado sobre a parte.

A questão é que se as preferências das atuais gerações são conhecidas, o mesmo não se pode dizer relativamente às gerações futuras. É pois delicado estabelecer regras que assegurem de modo equitativo a partilha do bem-estar entre a geração atual e o conjunto das gerações futuras. O futuro depende da capacidade de superarmos o nosso atual estado e assumirmos incondicionalmente a responsabilidade de estabelecermos uma coincidência, o mais perfeita possível, entre aquilo que pensamos (a nossa consciência) e aquilo que fazemos (as nossas praticas). Apesar de pelo estudo ser possível observar uma consciência ambiental individual evidente, esta, não se traduz numa consciência coletiva.

A prevalência da perspectiva de lucro, quase impulsiva, na exploração de um recurso selvagem, “invisível”, leva a um círculo vicioso, dominado por comportamentos utilitaristas e antropocêntricos mais drásticos. De facto, pode ser determinante contrariar reações de impulso, imediatistas e pouco ponderadas e racionalizar os processos de decisão na fileira da pesca. Refira-se: na atividade extrativa, na investigação, na política ou no consumo. Foi possível verificar que quanto maior for o nível de cumplicidade nos comportamentos a alterar, menor é a capacidade de estabelecer compromissos.

Os recursos da pesca, pelas características que apresentam, podem ser entendidos como recursos comuns e frequentemente caem na alçada de orientações mais antropocêntricas e da problemática associada à Tragédia dos Bens Comuns. Isso acontece porque os recursos pesqueiros podem tornar-se escassos e porque em regimes de pesca que potenciam a sobre exploração e a possibilidade de ocorrer a sobre pesca está sempre nos horizontes de qualquer entidade ligada à pesca. A vulnerabilidade do conhecimento, fracasso de algumas políticas e o seu efeito, a complexidade e a incerteza associados quer aos sistemas naturais, quer aos sistemas sociais, implicam que a ética ambiental pragmática

seja uma alternativa presente para pensar e justificar as nossas ações no mundo que nos rodeia e que nos ajuda a resolver de imediato os problemas ambientais. Há uma predisposição para a mudança, no entanto, uma menor preocupação individual, quando se tratam de recursos comuns.

Em nosso entender, evidências de perspectivas ecofeministas na fileira da pesca, revelam algum preconceito por relacionarem a pesca apenas com o sector extrativo e, nesse caso, preenchida sobretudo por homens.

Apesar da ética da lei natural assentar na constatação de que a nossa natureza é um guia para o nosso modo de ação, não existe possibilidade de apropriação de princípios de ética ambiental se as pessoas reagirem como não-autónomas e, portanto, não responsáveis pelos seus atos e omissões. A base de uma interação saudável com a natureza, é a existência de sociedades de pessoas livres, não só para construir suas vidas com dignidade, como para responder pelas suas opções. A ética ambiental pode ter um papel determinante. Sem ela, a sustentabilidade e o respeito pelo meio ambiente, é resultado de uma construção coletiva involuntária e inconsciente, vulnerável a diversos interesses, que estabelecem o que é considerado aceitável, nas relações entre o ser humano e a exploração ou preservação da natureza e na interação com as gerações futuras.

8. BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, L. & J. Nascimento. 2004. *Os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar 1982*. Edições UESC. Florianópolis.
- Barreto, L. 1994. *Ética Ambiental uma Anotação Introdutória*. Publicações Ciência e Vida, Lda. Lisboa.
- Baumol, W. & W. Oates. 1988. *The theory of environmental policy*, Prentice-Hall, New Jersey.
- Boersma, P. D. e J. K. Parish. 1998. *Limiting Abuse: Marine Protected Areas, A Limited Solution*, in Constansa, R., e F. Andrade (ed.), *A Economia Ecológica e a Governação Sustentável dos Oceanos*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto do Mar e Liga para a Proteção da Natureza, 230 pp.
- Caddy, J. F. & R. C. Griffith. 1995. *Living marine resources and their sustainable development. Some environmental and institutional perspectives*. FAO Fisheries Technical Paper. 167pp.
- Carvalho, N., Rege, S., Fortuna, M., Isidro, E. e G. Adwards-Jones. 2011. *Estimating the impacts of eliminating fisheries subsidies on the small island economy of the Azores*. Ecological Economics. Elsevier.
- Castello, J.P. 2007. Gestão Sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível. *Pan- American Journal of Aquatic Sciences*. 2: 47-52.
- CE – Comissão Europeia. 2001. *Livro Verde. O futuro da política comum da pesca..* Comissão Europeia. Luxemburgo.
- CE – Comissão Europeia. 2002. Disponível em:
http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/2002_reform_pt.htm. Último acesso: 8 de Novembro de 2012.
- CE – Comissão Europeia. 2003. Disponível em http://ec.europa.eu/fisheries/cfp_pt.htm. Último acesso: 9 de Novembro de 2012.
- CE – Comissão Europeia. 2004. *Código Europeu de Boas Práticas para uma Pesca*
- CE - Comissão Europeia (2009), Livro Verde para a Reforma da Política Comum de Pescas, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Comissão Estratégica dos Oceanos (CEO). 2003. *Estratégia Nacional para o Oceano*. Comissão Estratégica dos Oceanos. Lisboa.

- Comissão Europeia (2011), Farnet Guia 3, Valorização dos Produtos da Pesca Local e da Aquicultura. Comissão Europeia Assuntos Marítimos e Pesca. Bruxelas.
- Correia, J. M. & M. Franco. 1991. *O nosso futuro comum*. Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (W.C.E.D.). Lisboa.
- Correia, F. & N. Farinha. 2006. *Atuns, bonitos e cavalas dos Açores*. João Azevedo Editor. Mirandela.
- Cunha, T. 2011. *Portugal e o Mar*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Guide Artes Gráficas, Lda. Lisboa.
- Dansereau, P. 1999. *Ecologia Humana, Ética e Educação*. Editora Pallotti.
- Devall, B. & G. Sessions. 1985. *Deep ecology, Living as if Nature Mattered*. Peregrine Smith Books, Salt Lake City.
- Doane, D. 2005. *The Myth of CSR The problem with assuming that companies can do well while also doing good is that markets don't really work that way*. Stanford Social Innovation Review.
- Dryzek, J. 1997. The politics of the earth. *Environmental discourses*. Oxford University Press.
- F.A.O.1993. *Marine Fisheries and the law of the Sea: A decade of change*. Special chapter revised of the state of Food and Agriculture. 1992. FAO Fisheries Circulars n.º 853. Roma.
- F.A.O. 1995. *Código de Conduta para uma Pesca Responsável*. FAO. Roma
- F.A.O. 2005. *Ethical Issues in Fisheries*, FAO Ethics Series, Roma.
- F.A.O. 2012. *Fisheries and Aquaculture Department, The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA)*, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Roma.
- F.A.O. 2010. *Fisheries and Aquaculture Department, The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA)*, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Roma.
- Filipe, J. Coelho, M. & M. Ferreira. 2007. *O Drama dos Recursos Comuns nas Sociedades Actuais – À Procura de Soluções para os Ecossistemas em Perigo*. Edições Sílabo, Lisboa.

- Fernandes, E., Lavinha, J., Vaz, S. Ferreira, F., Gonçalves, E., Santos, F., Mota, M., Alho, J., Paiva, J., Sequeira, E., & Oliveira, R., 2011. Partilhar o Futuro. *Colecção Gulbenkian Ambiente*. Esfera do Caos Editores e Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Ferreira, M (2009) Paisagens Invisíveis: Ética da Terra segundo Aldo Leopoldo. Revista Portuguesa de Estudos Regionais nº 20;
- Faucheux, S. & J. Noël. 1995. *Economia dos recursos naturais e do meio ambiente*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Frazão, F. & G. Morais. 2009. *Portugal, Mundo dos Mortos e da Mouras Encantadas*. Volume II. Apenas Livros Lda. Lisboa.
- Galvão, P (2002) O Dilema da Ética da Terra, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Gomes, V. 2002. Disponível em: www.aprh.pt/rgci/pdf-rgci7f21velosogomes.pdf. último acesso em 22 de Outubro de 2012.
- Goodpaster, K. E. (1978)“On being Morally Considerable”. In: *Journal of Philosophy*, 75/6, Junho, 1978m.
- Guedes, A. 1989, *Direito do Mar, Instituto de Defesa Nacional*, Lisboa.
- Hang, P. (2003), *Essays in game theory and natural resource management*, PhD thesis, Tilburg University.
- Hannenson, R. 1996. *Fisheries Mismanagement. The case of the north Atlantic cod*. Fishing News Books.
- Hanssen, K. (2000), “*Fisheries dependent communities in Dinnmark: dependence on fish or people?*” in D. Symes (org) *Fisherie Depend Regions*, Fishing New Books Oxford.
- Hardin, G. 1968. *The Tragedy of the Commons*. Science, 162(3859): 1243-1248.
- Howarth, R. B. 1992. Intergenerational justice and chain of obligation. *Environmental Vallues, Vol. 1*. White Horse Press.
- Howarth, R. B. & R. B.Norgaard. 1992. *Environmental valuation under sustainability*. American Economic Review, Papers and Proceedings.

- JOCE. 1998, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, n.º L 125, de 27 de Abril 1998.
- JOCE.2000, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, n.º L 100, de 20 de Abril 2000.
- Leite, A. M. 1989. *Manual de Tecnologia de Pesca*. Secretaria de Estado das Pescas/Escola Portuguesa de Pescas (SEP/EPP). Lisboa.
- Leopoldo, A (1949), *A Sand Country Almanac*, Oxford University Press, Oxford;
- Light, A., & E. Katz. 1996. Environmental Pragmatism. *Environmental Philosophies*. London, Routledge.
- Leopold, A. 2000. *Una Ética de la Tierra*. Ed. Los Libros de la Catarata. Madrid.
- Lovelock, J. 1992. *La terre est un être vivant: l'hypothèse Gaia*. Éditions du Rocher, Paris.
- Marcos, A. 2001. *Ética Ambiental*. Universidade de Valladolid, Valladolid.
- Martins, L. (2007). Mares Poveiros. Coleção “Na linha do horizonte – Biblioteca Poveira” 17. Camara Municipal da Póvoa do Varzim e Academia de Marinha. Povo do Varzim.
- MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, (2000). *Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity Synthesis*. World Resources Institute, Washington, DC.
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho. 2013. *Pescas e Aquicultura em Portugal*. Retirado de http://www.crcvvirtual.org/vfs/old_crcv/biblioteca/pescas/ em Março 2013.
- Moniz, A. Godinho, M. & I. Kovács. 2000. *Pescas e Pescadores, Futuros para o Emprego e os Recursos*. Celta Editora, Oeiras.
- Neves, M. 2009. *Projecto de Relatório sobre o Livro Verde para a Reforma da Política Comum de Pescas*. Comissão das Pescas. Parlamento Europeu.
- Nicholson, W. 1989. *Microeconomic Theory*. Dryden Press.
- NU - Nações Unidas. 1982. *Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar*. Nações Unidas.
- O’Leary, B. (2002). *Re-herdar a terra, Despertar para Soluções sustentáveis e Verdades Maiores*. Lisboa: Âncora Editora.

- Oliveira, R. 2011. *A Função Educativa dos Biocativeiros como Factor Modelador da Consciência Bioética*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Universidade Aberta. Lisboa.
- Organização das Nações Unidas. 1982. *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*. ONU, Montego Bay, Jamaica.
- Pareto, V. (1906), *Manual d'Économie Politique*, reed. Droz, Genebra.
- Pearce, D. & R. Turner. 1990. *Economics of natural resources and the environment*. Herts, U.K., Harviester Weatsheaf.
- Pereira, R., C. Feitoria & A. Leite. 1991. *Tecnologia e Elementos de Marinharia da Embarcação de Pesca*. Secretaria de Estado das Pescas/Escola Portuguesa de Pescas (SEP/EPP). Lisboa.
- Pikitch, E.K., Santora, E.A., Babcock, A., Bakun, A., Bonfil, R., Conover, D.O., Dayton, P., Doukakis, P., Fluharty, D., Heheman, B., Houde, E.D., Link, J., Livingston, P.A., Mangel, M., McAllister, M.K., Pope, J., Sainsbury, K., (2004). Ecosystem-based fishery management, *Science*, Vol. 305, American Association for the Advancement of Science;
- Pikitch, E.. (2012). The risk of overfishing. Vol.338. *Science*.
- Rego, A., Gonçalves, H., Cunha, M. & S. Pinheiro. 2011. *Estratégia Oceano Verde*. Texto Editores, Alfragide.
- Rodrigues, L. 2007. *Respeito pelos recursos haliêuticos e pelo meio em que evoluem: A aplicação nos Açores do Código Europeu de Boas Práticas para uma Pesca Sustentável e Responsável*. Relatório de Estágio do Curso de Biologia, ramo Biologia Ambiental e Evolução. Departamento de Biologia, Universidade dos Açores. Ponta Delgada.
- Rodrigues, L. 2008. *Artes de Pesca Artesanal dos Açores, Tecnologia de Pesca e Marinharia*. Associação Marítima Açoriana. Rabo de Peixe.
- Rodrigues, L., Lacerda, S., Sousa F., Sousa, R. Santos, M., Lopes, H., Rodrigues A. & N. Farinha. 2007. *Espécies Marinhas dos Açores e de Interesse Comercial*. Associação Marítima Açoriana. Rabo de Peixe.

- Rolla, F. *Ética Ambiental: Principais Perspetivas Teóricas e a Relação Homem-Natureza*. Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Russell, E.S. 1931. Some critical considerations on the “overfishing” problem. *Journal du Conseil International pour l’Exploitation de la Mer*. 6:3-20.
- Shrivastava, P. (1995) - *Ecocentric Management for a Risk Society*. *The Academy of Management Review*, Vol. 20, No. 1
- Sissenwine, M. & D. Symes. 2007. *Reflections on the common fisheries policy*. Comissão Europeia. Bruxelas.
- Soares, C. G., J. B. Reis & M. B. M. Guerreiro. 2002. *O Mar Fonte de Desenvolvimento Sustentado*. Edições Salamandra, Lda. Lisboa.
- Soares, C. G., Reis, J. B. & M. B. M. Guerreiro. 2002. *O Mar Fonte de Desenvolvimento Sustentado*. Edições Salamandra, Lda. Lisboa.
- Stern, N. 2009. *O Desafio Global*. Esfera do Caos Editoras, Lisboa.
- Taylor, P. (1986) *Respect for Nature. A Theory of Environmental Ethics*. Princeton University Press: Princeton
- Tietenberg, T. 2000.- *Environmental and natural resource economics*. Addison-Wesley.
- Varandas, J (2009), *Ambiente uma questão de ética*, Coleção Gulbenkian Ambiente, Esfera do Caos. Caloust Gulbenkian. Lisboa;
- Vaz, S. & Delfino, Â. 2010. *Manual de Ética Ambiental*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Verbeke, W., Vanhonacker, F., Sioen, I., Van Camp, J., De Henauw, S. (2007). Perceived Importance of Sustainability and Ethics Related to Fish: A Consumer Behavior Perspective. *Royal Swedish Academy of Sciences. Ambio* Vol.36 No. 7.
- Young Reporters for the Environment (2013). *O século XXI será ético ou não será de todo*. Retirado de http://www.youngreporters.org/article.php?id_article=372 em Março 2013.
- Zhou, S., Smith, A., Punt, A., Richardson, A., Gibbs, M., Fulton, E., Pascoe, S., Bulman, C., Bayliss, P., Sainsbury K., (2010). Ecosystem-based fisheries management requires a change to the selective fishing philosophy. Edward L. Miles, University of Washington, Seattle.

9. ANEXOS

ANEXO

Este questionário constitui uma ferramenta para a investigação da “Ética Ambiental na Pesca”. É uma parte da dissertação realizada no Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação, da Universidade Aberta. Procura avaliar a apropriação de conceitos de Ética Ambiental pelo Sector da Pesca. É um trabalho académico e agradecemos a sua colaboração.

Para cada uma das respostas assinale com uma cruz (X) o respectivo quadrado.

As suas respostas devem expressar com sinceridade o modo como se situa em relação a cada tema. Não existem respostas certas ou erradas.

O questionário é individual.

Idade (C1) *

Sexo (C2) *

- Masculino
- Feminino

Localização (C3) *

- Portugal Continental
- Região Autónoma dos Açores
- Região Autónoma da Madeira
- Fora de Portugal

Habilitações académicas (C4) *

- não sabe ler nem escrever
- não tem a 4ª classe
- com a 4ª classe

- tem o 6º ano
- tem o 9º ano
- tem o 12º ano
- com curso superior
- Mestrado / Doutoramento

Area de Formação. * Académica / Profissional

Refira 3 palavras que se lembre, relacionadas com pesca. * Em 5 segundos! (S1)

1. Qual a relação que tem com o sector da pesca? (S2) *

- Pescador(a)
- Transformação do pescado
- Venda do pescado
- Distribuição do pescado
- Controlo da qualidade do pescado
- Construção Naval
- Motores e Aprestos
- Agente de Autoridade / Fiscalização
- Administração
- Sector Associativo
- Investigação
- Restauração
- Política
- Apenas Consumidor
- Outra:

2. Quantas variedades de peixes consumiu no último ano? (S3) * Uma estimativa

- 2 ou menos
- 3 a 6
- 7 a 10
- 11 ou mais

3. Refira 3 das espécies que consumiu. (S4) * As mais frequentes.

4. Tem consciência das técnicas envolvidas na captura das espécies que consome? (S5) * Selectividade, Impacte Ambiental, Áreas de Operação...

- Sim
- Não
- Só de algumas

5. Identifique as técnicas que conhece? (S6) *

- 1 Redes (Cercos, Arrasto, Sacadas)
- 2 Linhas e Anzóis (Palangre, de mão, "salto-e-vara")
- 3 Armadilhas ("Covos", Nassas, Gaiolas)
- Não conheço
- Já ouvi falar
- Outra:

6. Para si qual o principal problema com que o sector da pesca se depara? (S7) * O que destaca.

- Aquecimento Global
- Poluição
- Sobrepesca
- Alterações Climáticas
- Políticas desajustadas
- Qualificação / Formação
- Exclusão, pobreza, subdesenvolvimento
- Falta de orientação estratégica
- Sobredimensionada

- Não existem problemas
- Outra:

7. Qual o valor que o pescado tem para si? (EA1) * O que considera mais relevante.

- Económico
- Protecção da Biodiversidade
- Protecção de atividades tradicionais
- Social
- Actividade recreativa
- Reserva genética
- Essencial ao equilíbrio dos ecossistemas marinhos
- Segurança alimentar
- Património da Humanidade
- Ciência e Investigação
- Valor Nutricional
- Outra:

8. Sem ser para a espécie humana, que outro valor poderá ter o pescado? (EA2) * Refira o mais importante.

- Qualquer forma de vida tem o mesmo valor.
- Património do Planeta.
- Protecção de biodiversidade.
- Recurso natural essencial ao funcionamento do ecossistema marinho.
- Valor intrínseco.
- Não tem outro valor
- Outra:

9. As medidas implementadas pelo Estado Português e União Europeia permitem preservar o recurso pesca. (EA3) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

10. O principal problema do sector da pesca é ser gerido sobretudo por homens. (EA4) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

11. As atividades relacionadas com o sector pesca deviam estar mais em equilíbrio com o recurso natural e serem valorizadas da mesma forma, sendo distribuídos equitativamente os ganhos. (EA5) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

12. No desempenho da minha actividade profissional preocupo-me com a satisfação das gerações futuras. (EA6) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

13. Estudos, Exames, Análises e Debates teóricos, atrasam e dificultam a aplicação de medidas urgentes para a sustentabilidade da pesca. (EA7) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente
-

14. Estaria disposto em alterar alguns comportamentos, no desempenho da minha actividade, para que o recurso natural pesca fosse preservado. (EA8) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

15. O sector da pesca deve, em primeira análise, satisfazer o maior numero de pessoas. (EA9) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

16. O recurso pesca só tem valor quando associado às atividades humanas. (EA10) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

17. O estado dos recursos vivos dos oceanos é alarmante, está em causa o futuro da pesca. Medidas restritivas, severas, são urgentes. (EA11) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

18. As atividades relacionadas com o sector pesca deveriam ser ajustadas e valorizadas de forma a que o recurso pesca fosse preservado e o Ecossistema Marinho estivesse de boa saúde e em equilíbrio. (EA12) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

19. O Planeta funciona como um todo, não estando garantidas as condições de sustentabilidade do ambiente, a pesca deve acabar. (EA13) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

20. Beneficiando a qualidade/sustentabilidade, estaria disposto a consumir menos e a pagar mais pelo pescado. (EA14) *

- Concordo Totalmente
- Concordo em parte
- Não Concordo nem Discordo
- Discordo Totalmente

21. Conhece os Códigos de Conduta para a Pesca? (S8) *

- sim
- não